

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

PINTO, Mário da Silva. Má-
rio da Silva Pinto (depoi-
mento; 1987). Rio de Janei-
ro, CPDOC/FGV - SERCOM/Pe-
trobrás, 1988.
141 p. dat. ("Projeto Memó-
ria da Petrobrás")

Mário da Silva Pinto
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em
parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox.
A citação deve ser textual, com
indicação de fonte

Esta Entrevista foi realizada na
vigência do convênio entre o
CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás.
É obrigatório o crédito às ins-
tituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Maria Ana Quaglino e Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

levantamento bibliográfico e roteiro: Maria Ana Quaglino e Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

conferência da transcrição: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

sumário: Carlos Eduardo Siesú Grillo e Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

texto: Dora Rocha Flaksman

leitura final: José Luciano de Mattos Dias

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Ilma da Fonseca Pinto e Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro - RJ

data: julho de 1987

duração: 8 h 50 min.

fitas cassete: 10

páginas datilografadas: 141

SUMÁRIO

1ª Entrevista: Declaração de princípios: horror à xenofobia; ingresso como estagiário no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB); elogio a Eusébio Paulo de Oliveira; passagem pelos vários departamentos do SGMB; preocupação do SGMB com a questão energética: petróleo e xisto; presença de técnicos estrangeiros no SGMB desde sua fundação; a competência dos técnicos do SGMB; a recusa à xenofobia, característica do SGMB; transformação do SGMB em DNPM e saída de Eusébio de Oliveira; estrutura do DNPM; trabalho do entrevistado sobre o sal em Cabo Frio; a utilização pela iniciativa privada dos trabalhos do DNPM; os nomes do DNPM que fizeram a história da geologia no Brasil; Código de Minas, elaboração e fundamentos; mudanças no SGMB por sua transformação em DNPM; grupo formado pelo entrevistado, Glycon de Paiva, Irnack Amaral, Henrique Capper Alves de Sousa, Luciano Jacques de Moraes e Sílvio Fróes de Abreu; a descoberta por Glycon e Sílvio Fróes de petróleo no Recôncavo; a disputa pela autoria da descoberta; as peculiaridades do petróleo de Lobato; o erro de Oppenheim, embora competente e honesto; Monteiro Lobato, um canalha; Malamphy, competente mas ingênuo; 1938; desorganização do DNPM sob Fleury da Rocha; a nomeação de Luciano Jacques de Moraes e a jovem diretoria por ele escolhida; o papel de Guilherme Guinle na descoberta do petróleo de Lobato; mudança de posição do DNPM depois da descoberta; Horta Barbosa e incidentes na transferência de equipamentos do DNPM para o Conselho Nacional do Petróleo (CNP); divisão de poderes entre técnicos e militares no CNP; preocupação mercantilista do CNP; nomeação para diretor-geral do DNPM em 1948; razões da demissão em 1951; obras do entrevistado na direção-geral do DNPM; contratação de geólogos americanos durante e após a guerra: "homens de bem"; Plano do Carvão; presença da esquerda no DNPM; a importância do Laboratório da Produção Mineral no ensino da química no Brasil; grandes nomes internacionais no Laboratório; Dias Leite e a destruição do Laboratório; participação no CNPq; entrada na Academia Brasileira de Ciências; elaboração do Plano do Carvão; ingresso na Assessoria Econômica de Vargas; carvão e petróleo como fontes de energia; horror ao monopólio estatal; opinião sobre Jesus Soares Pereira..... 34

2ª Entrevista: Reflexões sobre a importância da entrevista; o DNPM e o Estatuto do Petróleo; a antixenofobia do DNPM; o exemplo da Schlumberger; criação da Petrobrás: Vargas contra o monopólio estatal, instituído por "leizinha da UDN"; na Assessoria Econômica de Vargas; a exclusão do entrevistado da Comissão do Plano do Carvão; os membros da Assessoria Econômica; o caso do manganês do Amapá e da Icome; perfil do ex-diretor da Petrobrás Neiva de Figueiredo; defesa do investimento privado para a erradicação da miséria do povo brasileiro; relação do entrevistado com o grupo

nacionalista da Assessoria Econômica; participação no CNPq; na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1951: breve histórico da ESG, opinião sobre professores, conferencistas e colegas de turma; perfil do general Cordeiro de Farias, comandante da ESG; a questão do petróleo na ESG; relações da Assessoria Econômica com os ministérios; o final do governo Vargas; a saída do entrevistado do CNPq; perfil de Gregório Fortunato; perfil e relações com Luís Simões Lopes; professor na CEPAL e na Escola Nacional de Química; auditor do BID em Washington; assessor de Luís Simões Lopes na Carteira de Exportação e Importação (Cexim), atual Carteira de Comércio Exterior (Cacex); convite de Roberto Campos para chefiar o Departamento de Projetos do BNDE em 1958: a retenção dos projetos pelos esquerdistas, episódio com Mário Ludolf; ida para o Conselho de Desenvolvimento e desapontamento com Juscelino; o Plano de Metas de Juscelino como plano onírico; rápido perfil de Lúcio Meira; a origem da indústria automobilística brasileira no governo Café Filho; a implantação da Mercedes Benz; condições para a implantação de indústrias automobilísticas no Brasil em 1954; Lúcio Meira ligado à indústria de construção naval, e não à indústria automobilística; saída do entrevistado do BNDE; o Tratado de Roboré: elaboração e utilidade; propostas de exploração do petróleo de Roboré; depoimento do entrevistado sobre Roboré perante CPI da Câmara; participação de Carlos Lacerda na CPI; perfil de Roberto Campos; a política econômica brasileira em 1959 e a saída do entrevistado do BNDE; a política do BNDE: financiamento para a construção da usina hidrelétrica do lago Paranoá em Brasília; o projeto da Companhia Nacional de Álcalis..... 70

3ª Entrevista: Situação do entrevistado na Cacex; perfil de Henrique Capper Alves de Sousa; relações pessoais com o antigo grupo do DNPM; a economia trazida para o país pelo grupo do entrevistado na Cacex; importância da implantação do conceito de números-índices na Cacex; opinião sobre os funcionários do Banco do Brasil nos anos 50; leitura comentada de pareceres do entrevistado na Cacex; trabalho recente da Consultec para a Petrobrás; análise comparativa entre a linha de atuação da Petrobrás nos seus primeiros anos e hoje; opinião sobre o presidente da Petrobrás, Ozires Silva; a implantação da indústria automobilística no Brasil; a estratégia de atuação da Petrobrás nos seus primórdios; cursos e formação de técnicos da Petrobrás, participação dos ex-funcionários do DNPM; a descoberta de petróleo em Lobato; os primeiros órgãos de planejamento estatal e a participação do entrevistado em alguns deles; comparação entre os funcionários do Banco do Brasil e do BNDE; auditoria para o BID em Washington; carta a Arnaldo Blanc, do Banco do Brasil, em 1955, por ocasião de convite para trabalhar como assessor do grupo Votorantim; recusa ao

cargo de representante geral do grupo Votorantim no Rio; experiência de professor; formação da Consultec e exemplos de trabalhos já realizados; comparação entre a atuação na iniciativa privada e em órgãos públicos; situação atual da Consultec; origem familiar; a política de financiamento do BNDE hoje; a diretoria do BNDE na época do entrevistado, perfil de Cleanto de Paiva Leite e Celso Furtado; opinião sobre o Plano de Metas e sobre Juscelino; trabalho da Consultec sobre a indústria farmacêutica no governo Castelo Branco; comparação entre a indústria farmacêutica brasileira e a estrangeira; dados sobre o patrimônio do entrevistado; o afastamento de Roberto Campos da Consultec com a nomeação para embaixador em Washington; perfil de Roberto Campos; perfil de Leonel Brizola e episódio da importação de turbinas; o IPES; processo contra os jornalistas Hélio Fernandes e Joel Silveira; episódio com Brizola 107

4ª Entrevista: Opinião sobre o livro de Eusébio de Oliveira, História da pesquisa de petróleo no Brasil; diferença entre sondagem por administração e por contrato; problemas internos no DNPM em 1938-1939; perfil de Fleury da Rocha e motivo de sua saída do DNPM; a passagem das atividades de petróleo do DNPM para o CNP; o papel de Lobato e o papel de Guilherme Guinle; a posição do entrevistado e dos demais técnicos do DNPM sobre o capital estrangeiro na extração de petróleo; opinião sobre a campanha "O petróleo é nosso"; o papel ambíguo de Vargas na questão da nacionalização do petróleo; perfil de Glycon de Paiva e sua participação no Código de Mineração de 1967; sobre o Código de Mineração de 1967: membros da comissão de elaboração presidida pelo entrevistado, principais características do código, comparação com o Código de Minas de 1934; sobre o Plano Decenal do governo Castelo Branco: principais objetivos; criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) pelo ministro Dias Leite e extinção do DNPM; renúncia do entrevistado à presidência do Conselho do Plano Decenal; consequências do esvaziamento do DNPM para o entrevistado; opinião sobre o ministro Dias Leite; participação na reforma administrativa da década de 1950; opinião sobre os governos brasileiros pós-64; os contratos de risco; provas de que a origem da indústria automobilística brasileira é anterior ao governo Juscelino; comparação entre a atuação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc); relações da Mercedes Benz com a Cacex e o GEIA; participação de Glycon de Paiva e Macedo Soares no Conselho de administração da Mercedes Benz; contexto brasileiro na época da implantação da indústria automobilística; a Consultec: breve histórico da firma, primeiros trabalhos, estatutos, situação atual; relações com Carlos Lacerda; opinião sobre a UDN e os políticos em geral; trabalhos da Consultec para o então governador Carlos Lacerda e desentendimento quanto à Es-

cola de Desenho Industrial; estudo recente da Con
sultec para a Petrobrás; outros trabalhos recen-
tes..... 141

1ª Entrevista: 09.07.1987

M.Q. - Dr. Mário da Silva Pinto, o senhor tem uma longa trajetória na área de mineração, no Serviço Mineralógico. Então, nós gostaríamos que o senhor começasse a falar um pouquinho sobre a sua experiência no serviço Geológico, e também sobre a sua formação. Como foi que o senhor entrou lá, e como se fez a sua formação a partir desse momento.

M.P. - Minhas senhoras, eu vou atender à pergunta, mas, para definir o tom do que vou dizer, eu queria declarar de início que tenho horror a xenofobia. Horror! Eu acho que o povo brasileiro, principalmente as camadas pobres, precisa de emprego, precisa de trabalho. E tudo o que impedir a formação de unidades de produção, de atividades, eu julgo ser um desserviço ao povo brasileiro.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.P. - Para que possam avaliar o mérito e a justeza do meu depoimento, eu preciso reprisar que não confundo patriotismo com nacionalismo! Nacionalismo é uma histeria do patriotismo. Eu, toda a minha vida, procurei ser patriota, evitando sempre, com horror, a palavra nacionalismo. Para gostar do meu país não preciso desconfiar de ninguém nem odiar ninguém. De modo que isso define o tom do que eu vou contar, do que eu vou responder. Provavelmente com dispersões ideológicas inevitáveis.

Bem. Ainda estudante de engenharia, eu concorri a um concurso do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Em 1926. Há mais de 60 anos. Fui examinado pelo grande técnico e grande brasileiro, que era o diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, dr. Eusébio Paulo de Oliveira, também homem responsável pela reanimação e ressurreição dos estudos de pesquisa de petróleo no Brasil. Ele me fez um exa-

me prático de classificação de rochas minerais em que me saí bem, e fui admitido então como estagiário estudante. E me lembro de uma coisa curiosa desse período. Ele me disse: "É capaz de você aprender geologia e tecnologia. Parece que você leva jeito. Mas eu vou evitar a especialização prematura. Você vai percorrer as mais diversas seções do Serviço Geológico para depois se fixar em uma. E vai ter uma vantagem. É que se algum dia você chegar a diretor e diretor-geral, ninguém vai enganar você, porque você vai conhecer tudo."

C.G. - Esse procedimento de circulação entre os vários departamentos era usual para todos os jovens técnicos que ingressavam no Serviço Geológico naquele tempo?

M.P. - Eu não posso dizer que fosse. Eu, fui talvez aquinhoado. De modo que passei pelas seções de Química, de Físico-Química, de Petrografia, de Paleontologia, de Topografia, de Forças Hidráulicas. Em suma, foi um segundo curso de engenharia. Depois de algum tempo, o dr. Eusébio mandou eu me fixar no Laboratório de Química. O Serviço Geológico foi fundado em 1908.* Ele tinha várias seções, e uma delas era o Laboratório de Química. Esse laboratório tinha tido grandes chefes, e no momento em que eu, como humilde estudante, fui para lá, o chefe era um químico inglês, Theophilo Henry Lee, grande...

M.Q. - Da Academia Brasileira de Ciências também, não é?

M.P. - Foi. Mas Theophilo Lee estava muito doente. Era um homem curioso. Às vezes ele recebia visitas com uma serpente enrolada no pescoço.

M.Q. - Figura curiosa. [risos]

M.P. - É. [risos] Mas era um grande químico, especializado principalmente em pedras raras e meteoritos. Alguns meses de

* O Serviço Geológico foi na verdade criado em 1907.

pois da minha entrada, infelizmente, Theophilo Lee desapareceu. Eu tive contatos ligeiros com ele, mas havia simpatia mútua. Eu, nesse tempo... Eu sou de 1907, de modo que em 1926 eu tinha 19 anos. O Serviço Geológico nesse tempo, era curioso, ele tinha muita preocupação com energia. E tinha recomeçado as pesquisas de petróleo, um pouco com Gonzaga de Campos, e intensificado por Eusébio Paulo, que tem um interessante livro sobre o histórico do petróleo no Brasil. Livro publicado, talvez, em 1925.*

M.Q. - É um livro que tem o prefácio do dr. Glycon de Paiva?

M.P. - Eu acho que sim.

M.Q. - Eu conheço.

M.P. - Agora, nessa ocasião, o Serviço Geológico se preocupava não só com questão de petróleo, principalmente de pesquisas na baixa Amazônia, como também com outras fontes energéticas: xistos pirobetuminosos, turfas... E eu tive então o privilégio de ser analista dessas rochas energéticas. Não o trabalho de campo. Trabalho de laboratório.

C.G. - Nesse momento a preocupação maior do Serviço era com a questão energética, ou a gama de pesquisa mineralógica tinha outras prioridades?

M.P. - O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil era uma repartição curiosa naquela ocasião, porque não ligava muito ao aspecto científico das questões geológicas. Mas a preocupação prática, iniciada no tempo em que eu era praticante, era com a questão energética. E o curioso é que foram muito visados os xistos betuminosos e pirobetuminosos. De modo que eu, nessa ocasião... Um xisto pirobetuminoso é colocado numa retorta e destilado, e esse destilado é muito parecido com petróleo bruto. Então, eu tive a meu cargo,

* Livro publicado, na verdade, em 1940: História da pesquisa do petróleo no Brasil. Publicidade agrícola.

apesar de estudante ainda, pré-engenheiro, eu tive a tarefa não só da destilação dos xistos pirobetuminosos, como depois do estudo do óleo obtido dessa destilação. De modo que, sendo assim, eu me preparei para as análises de petróleo que iriam ser feitas.

M.Q - O senhor disse que trabalhava com um técnico estrangeiro. Dentro da estrutura do Serviço Geológico havia outros técnicos estrangeiros? Como é que eles eram contratados? Como se fazia essa questão do intercâmbio? Por exemplo: eles vinham para se estabelecer? Como é que era essa sistemática dentro do Serviço, nesse momento?

C.G. - Nesse momento. Porque o senhor, mais adiante, vai trazer. Técnicos estrangeiros. Mas nesse momento já havia?

M.P. - Bem. O Serviço Geológico tinha um corpo técnico de elite. Engenheiros de minas de Ouro Preto - ainda não havia a profissão de geólogo - , engenheiros civis, civis especializados, gente que tinha estudado no estrangeiro, brasileiros, e havia um grupo de quatro ou cinco estrangeiros de primeira qualidade, oriundos da fundação do Serviço Geológico, cujo fundador foi Borges Adalberto de Melo Neto. De modo que havia, por exemplo, o caso de Horace Williams, um homem que estudou a Chapada Diamantina, havia o caso do Theophil Henry Lee, e mais um ou dois estrangeiros. O regime de aquisição era o regime de contrato. Mas esses contratos eram [inaudível] renovados, e havia alguns funcionários de status como chefes de seção. Era um grupo compacto, embora de muito mérito. Muito trabalhador.

C.G. - A valorização da competência é uma característica muito forte no DNPM, não é?

M.P. - É. E tinha uma coisa curiosa. O serviço de campo, naquela época, era considerado um privilégio, um prêmio. Não só pela honraria que representava estar estudando um pedaço de um país geologicamente virgem, como também pela possibilidade de ganhar um pouco mais no projeto de [inaudível] .

Era uma coisa comum a gente encontrar nos corredores e salas do Geológico um colega que tinha passado quatro ou seis meses na Amazônia. Conversava-se, trocavam-se idéias e se perguntava: "Quando é que você volta para o campo?" Era uma característica desses tempos heróicos.

Agora, o meu papel, até a minha diplomação como engenheiro, foi um papel de analista. Analista de química. E quando me formei, fui logo admitido como engenheiro contratado do Serviço de Petróleo e Carvão de Pedra. Eu recebi meu diploma no começo de 1928, mais ou menos 60 anos atrás. Eu já tinha dois anos de serviço e de prática no Geológico. E a minha atenção foi mais desviada para os combustíveis sólidos do que para o petróleo propriamente dito. A parte de petróleo foi intensificada de acordo com recursos alocados, e foram feitas sondagens no Paraná, São Paulo e no Pará. Davam estímulos [inaudível] que seriam analisados. Gases combustíveis, e algumas vezes uns suspiros ou larvas de petróleo. [riso] Mas essas sondagens tiveram muitos subprodutos: por exemplo, uma sondagem para petróleo feita em São Paulo, em São Pedro, deixou [inaudível] as águas termais.

Bem. A vida continuou, a vida técnica, a vida funcional. Havia muita união. Não havia ciúmes profissionais.

C.G. - Nem em relação aos técnicos estrangeiros? Essa sua recusa à xenofobia era uma coisa que fazia parte do espírito do DNPM, ou era uma característica sua?

M.P. - Na ocasião fazia parte do espírito do Serviço Geológico. Tanto que em 1930 ou 31 - as senhoras me desculpem, porque eu estou falando de improviso, sem ter recordado, sem ter estudado, estou apelando para a minha memória...

M.Q. - Não tem problema algum.

M.P. - Em 1930 ou 31,* o dr. Eusébio de Oliveira resolveu

* Malamphy foi contratado em 1933.

contratar um técnico americano especializado em geofísica, Marc Malamphy, para começar os estudos de geofísica, no Brasil. E o Malamphy preparou um grupo de discípulos excelentes. Ainda me lembro de alguns. O Henrique Capper Alves de Sousa. Era um homem brilhantíssimo. Era engenheiro, era químico, era geólogo, era geofísico, era matemático, era tudo. Era um brasileiro, nascido em Paris, oriundo da aristocracia gaúcha. Primeiro aluno do Instituto Superior Técnico de Lisboa. E ele resolveu voltar ao Brasil porque achou que o parque europeu era pequeno para as ambições intelectuais dele. Então, ele veio para o Brasil e imediatamente foi admitido por influência do ministro Lira Castro, que era paraense. Era paraense, do Pará, de onde era oriunda a família dele. Esse foi um discípulo de Malamphy, que deu cursos de especialização em geofísica. Eu fui aluno de um curso desse.

O outro discípulo de Malamphy foi Irnack Carvalho do Amaral, que foi até presidente da Petrobrás. E um outro, Décio Oddone, que também se especializou em geofísica. Bem. Isso é para mostrar a orientação progressista de Eusébio de Oliveira, cuja memória eu respeito muito.

Agora, o Serviço Geológico, no começo, depois da Revolução de 30, falhou um pouco aos seus destinos econômicos. Porque Eusébio de Oliveira insistia em manter o Serviço Geológico como uma repartição científica, quando já havia necessidade de um trabalho de geologia econômica. De modo que, depois da Revolução de 30, quando Juarez Távora foi ministro da Agricultura, ele resolveu mudar a estrutura do Ministério da Agricultura, criando pelo menos três departamentos correspondentes aos reinos da natureza: Departamento da Produção Animal, Departamento da Produção Vegetal e Departamento da Produção Mineral. Fora um centro de pesquisas ecológicas e agronômicas.

Eusébio de Oliveira era um homem puro, mas tinha um defeito. Ele confundia investidor, homem de negócio,

com negociista. Na psicologia dele, que era um velho mineiro, formado nas primeiras turmas de Ouro Preto, ele tinha uma desconfiança inata dos homens de negócio. Interessante isso. E ele resistiu a essa transformação do Geológico em Departamento Nacional da Produção Mineral. E, devido a essa resistência, ele foi aliado. Uma injustiça moral, mas, talvez, uma necessidade administrativa.

Bem, então criou-se o Departamento da Produção Mineral em 1933.[inaudível]* Criou-se o Departamento Nacional da Produção Mineral com quatro divisões: a Divisão de Geologia e Mineralogia, que conservou durante algum tempo o nome de Serviço Geológico e Mineralógico; a Divisão do Fomento da Produção Mineral, que ia cuidar de geologia econômica, das minas, das pesquisas; a Divisão de Águas, que cuidava da parte de energia hidráulica, e o Laboratório da Produção Mineral. O curioso é que eu talvez tenha tido, apesar de moço, bastante influência na criação do Laboratório da Produção Mineral, que se encarregaria da química, metalurgia, produção de minérios radioquímicos. É que os engenheiros de minas têm um preconceito curioso contra a química. Eles acham que a química é uma célula, e não uma ciência autônoma. Esqueciam, nesse preconceito, que química dá prêmio Nobel e geologia não dá. [risos] Mas eu tive uma certa influência na criação desse laboratório, que de início era como uma seção, e depois nós batalhamos para ser transformado numa divisão hierarquicamente igual às três outras.

Bem. O primeiro diretor do laboratório foi Andrade Júnior. Andrade Júnior era um especialista em radioquímica e também em águas minerais.

[FINAL DA FITA 1-A]

* O entrevistado provavelmente terá dito 1933, ano em que foi criado o DNPM.

M.P. - Andrade Júnior foi, por exemplo, o responsável pela captação das fontes de Araxá. Era realmente um engenheiro competente. E fez muito. Embora ele tivesse se afastado do Laboratório para os trabalhos de Araxá. E eu fui o substituto dele. Tinha feito concurso, tinha tirado o primeiro lugar e, apesar da mocidade - menos de 30 anos - , eu seria um substituto natural, pelos trabalhos publicados. Nessa ocasião eu tinha efetuado o trabalho sobre sal de Cabo Frio, sal do estado do Rio - é o Boletim 52 do Serviço Geológico - , que o grande geólogo que foi Luís Flores de Moraes Rego classificava como o ingresso do Geológico na tecnologia mineral, na tecnologia econômica. De modo que eu tinha alguns títulos para ser o substituto.

C.G. - Esse seu trabalho é utilizado pela indústria do sal, não é?

M.P. - Foi utilizado, e ainda é, infelizmente, decorridos quase 60 anos, ainda é o único trabalho científico sobre sal no Brasil. O que não me envaidece, me entristece, porque havia ocasião para muito aperfeiçoamento e muita melhora desse trabalho. Esse trabalho foi escrito por um engenheiro de 22 anos. [risos] De modo que ele podia e devia ser muito melhorado. Agora, ele caracterizou um estudo do aspecto econômico da indústria do sal. Além da parte científica.

C.G. - O senhor disse que uma das razões da mudança feita pelo Juarez era a intenção de transformar o Serviço Geológico num departamento que tivesse uma produção articulada com a economia. Além da utilização do seu estudo sobre o sal, passou a ser norma a articulação com a iniciativa privada, com as empresas, para a utilização dos estudos que o Departamento produzia?

M.P. - Foram feitos muitos estudos sobre jazidas, prospecção de jazidas, ligação com os exportadores de minério, mas tudo muito desordenado, nessa época. Mas os homens que assu

miram as chefias dessas divisões são homens que figuram na história da geologia no Brasil. Por exemplo: no Serviço Geológico* foi diretor o Glycon de Paiva. Na Divisão do Fomento da Produção Mineral, que era a que se ocupava mais da parte econômica, o primeiro diretor foi Djalma Guimarães. Na Divisão de Forças Hidráulicas, o primeiro diretor foi Antônio José Alves de Sousa, que depois veio a ser o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que ajudou a captar Paulo Afonso. E no Laboratório foi Andrade Júnior. Eu fui o terceiro diretor do Laboratório. O primeiro foi Andrade Júnior, o segundo Djalma Guimarães, o terceiro fui eu, em 38, quando... Bem.

M.Q. - Eu poderia fazer uma pergunta ao senhor? Com a revolução de 30, as grandes mudanças que ocorreram no Departamento ocorreram também no nível da orientação da política do solo, do subsolo, das forças da natureza, com a criação do Código de Minas, do Código de Águas, com as restrições que se colocaram na Constituição de 34. Qual foi a repercussão disso dentro do DNPM, e qual é a sua opinião pessoal também a esse respeito?

M.P. - Com a criação do Departamento Nacional da Produção Mineral, instalou-se uma comissão para preparar o Código de Minas. E para esse Código de Minas, que é um documento maravilhoso até hoje, houve necessidade de um artifício. Porque, na realidade, ele foi assinado depois da Constituição, mas com data retroativa. De modo que isso resistiu, e os tribunais mantiveram o Código de Minas. O principal fundamento de filosofia econômica do Código de Minas foi o regime do res nullius - coisa de ninguém. Quer dizer, o subsolo não pertencia a ninguém e era dado em concessão a quem pedisse. Tendo duas fases: a fase de pesquisa e a fase de lavra. Eu

* Glycon de Paiva foi diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM, que durante algum tempo manteve o nome de Serviço Geológico.

tive o privilégio de ter uns três ou quatro artigos de minha lavra no Código de Minas de 34; foram os relativos a águas minerais. A parte, o capítulo de águas minerais, fontes minerais, foi redigido por mim, nessa época, em 34. Agora, a vida de Departamento intensificou-se muito, porque foram admitidos dezenas de novos técnicos, tanto para o Serviço Geológico como para a Divisão de Fomento da Produção Mineral. Não foi uma época tão tranqüila internamente e endogenamente quanto a do Serviço Geológico. Antes de 34, havia uma paz moral, sentimental e científica muito grande no Serviço Geológico. E com a criação do Departamento houve muito burburinho e muitos exemplos de falta de ética.

C.G. - A que o senhor atribui essa mudança?

M.P. - Ambições. Ambições de mando, ambições de remuneração e competição técnico-científica. Mas apesar de tudo, o Departamento foi muito útil ao Brasil. Intesificaram-se os serviços de cartas geológicas, estudos de jazidas, com possibilidades de aproveitamento no mercado interno, no mercado externo. Foi uma época inquieta e brilhante, essa época. Agora, muitos dos que chefiaram eram homúnculos, não tinham grandeza moral. Alguns. E outros foram dedicados e leais servidores do país. Quando eu digo homúnculos, não quero dizer que eles tenham traído o país, mas eles associavam interesses de vaidade pessoal aos interesses do país. É a lembrança que eu tenho desse tempo. Não se tinha muito sossego. Mas apesar de tudo, as publicações começaram. E havia três classes de publicações: os boletins, os avulsos e as publicações especiais. De qualidade técnico-científica excelente.

C.G. - E um volume muito grande também.

M.P. - E um volume muito grande.

C.G. - Dr. Mário, o senhor diz que a união que existia no Serviço Geológico foi quebrada .

M.P. - Foi.

C.G. - E o senhor vê a rutura dessa união como a formação de grupos articulados dentro do Departamento, ou era só uma dispersão de solidariedade, uma coisa mais?...

M.P. - Formação de grupelhos. De grupelhos.

C.G. - Em torno de quê, dr. Mário?

M.P. - Em torno de vaidades pessoais.

C.G. - Não era em torno de questões mais substantivas?

M.P. - Não. Vaidades pessoais muito... pequeninas.

M.Q. - Não era em torno de concepções de como é que se deveriam aproveitar os recursos minerais?

M.P. - Não. Não. Curiosamente, havia uma grande unanimidade de opiniões de que o problema do Brasil era aumentar a sua produção mineral. Fosse de que modo fosse. E o Código de Minas era apoiado por todos.

C.G. - Dentro do Serviço, dentro do DNPM, se aceitava que esse aumento da produção fosse feita mesmo com a entrada de empresas estrangeiras? Quer dizer, ninguém dentro do Departamento, nesse momento, discordava disso?

M.P. - Naquele momento, não. Naquele momento era gente sazoadada, de modo que todos eram acordes na necessidade de se trabalhar o subsolo. Fosse de que jeito fosse. Não havia nenhum preconceito xenófobo, na ocasião. Interessante notar, porque esses preconceitos apareceram depois. Mas o pessoal com experiência não tinha preconceito.

C.G. - Nem contra as empresas privadas se tinha preconceito?

M.P. - Nenhum. Nenhum preconceito. Eu lembro, com saudade, desse tempo. Agora, em relação ao petróleo, há um detalhe interessante a contar. Havia um grupo, no Departamento, de amigos íntimos e compatíveis ideologicamente. Eram Glycon de Paiva, Irnack Amaral, Henrique Capper Alves de Sousa, eu e Luciano Jacques de Moraes. Fora Sílvio Fróes de Abreu, que era do Instituto Nacional de Tecnologia. Nós tínhamos tanta

necessidade uns dos outros que conversávamos ao telefone, os elementos desse grupo, horas por semana. Trocando idéias sobre as coisas do Brasil, as descobertas, as possibilidades. E um manifestando ao outro as suas preocupações. Era esse grupo. A condição necessária para entrar nesse grupo era que o técnico tivesse alguma inteligência e alguma competência. Éramos esses seis que constituíamos um núcleo homogêneo, que ficou muito unido quando se criou o Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia, em que eu fui vice-presidente até, que se reunia na Escola Politécnica, no largo de São Francisco, de quando em vez, para escutar conferências técnicas e doutas. Bem. Nós chegamos aí a 1938.

C.G. - Antes disso, eu queria perguntar ao senhor sobre uma saída de parte desse seu grupo, nas férias, para fazer pesquisas no Recôncavo, e que resultou naquela publicação do Sílvio Fróes.

M.P. - É. Geologia do Recôncavo.

C.G. - Como é que esse serviço foi recebido no DNPM? Foi um serviço feito durante as férias dos técnicos...

M.P. - É. A sua pergunta é muito apropriada para restabelecer um aspecto da verdade histórica. A exudação de petróleo de Lobato, na Bahia, foi um puzzle geológico. Por causa do seguinte: numa cacimba, na praia, havia óleo, e a uns cem ou duzentos metros de distância havia formações metamórficas onde não podia existir petróleo. Era uma falha. E não havia conhecimento da geologia local. De modo que alguns geólogos de importância acharam que aquilo eram restos de petróleo de antigos depósitos de combustíveis da construção do porto da Bahia. E no entanto, - é uma coisa que eu vou contar - houve uma exposição nacional, aqui no Rio, em 1861, se não me engano, 61 ou 65, uns quatro ou cinco anos depois da descoberta comercial de petróleo nos Estados Unidos, em Titusville, pelo coronel Drake. E o curioso é ver como o brasileiro daquele tempo era atilado e curioso. Nessa exposição nacional mandaram uma amostra de petróleo de Lobato.

M.Q. - A Standard ainda não tinha... A Standard não, o porto lá da Bahia ainda não tinha nem... [risos]

M.P. - Pois é. Então, um baiano mandou. Agora, por que é que essa descoberta não foi aproveitada? Por causa do seguinte: os engenheiros que se formavam aqui no Rio eram engenheiros civis, não tinham curiosidade nem paixão pela geologia ou geologia econômica. E a Escola de Minas de Ouro Preto só foi fundada em 1874,* quando a memória dessa amostra se tinha perdido.

M.Q. - Veja como é importante a história, não é? [risos]

M.P. - Pois é. Se a senhora quiser, eu tenho esse livro sobre...

C.G. - O quebra-cabeça não é só na geologia de Lobato.[risos]

M.P. - É. Agora, na Bahia, houve um presidente da Bolsa de Mercadorias, Oscar Cordeiro, que se aproveitou da curiosidade de um engenheiro baiano cujo nome... Inácio Bastos, se eu não estou enganado...

C.G. - É isso mesmo.

M.P. - É. A senhora está vendo que apesar de velho, a minha memória ainda está razoável. Bem. E Oscar Cordeiro quis se intitular descobridor do petróleo de Lobato, quando uma exudação de óleo não é uma descoberta, porque o óleo depende da extensão, depende da espessura, do que se pode tirar do campo de petróleo. O Oscar Cordeiro queria registrar as minas de petróleo de Lobato. Coisa com que o Departamento não podia concordar. Ele teve mérito, agitou a questão. E eu, no Laboratório, analisei esse petróleo de Lobato. E curiosamente eu não sou amaldiçoado na história do petróleo do Brasil porque eu não sou totalmente obtuso. Porque o petróleo de Lobato era singular. Ele era um petróleo que começava a des

* A Escola de Minas de Ouro Preto foi fundada em 1876.

tilar a 150 graus, como se fosse um petróleo do qual se tivessem extraído as frações leves. Ele tinha um ponto de início de destilação perfeitamente definido. Ele não tinha enxofre, de modo que era um petróleo puríssimo. Então, eu fui muito instado na ocasião a dizer que não era um petróleo natural, que era um produto artificial. Tal era a crença de alguns geólogos que aquilo era uma fraude, tinha sido colocada. Mas eu estudei a questão e verifiquei que havia petróleos no mundo sem enxofre, e havia petróleos que começavam com ponto de destilação igual ao de Lobato. De modo que o meu parecer na época disse que era um petróleo de características raras, mas que existiam petróleos iguais. De modo que só o estudo da geologia local podia decidir se era um produto artificial ou um produto natural. De modo que escapei de ser amaldiçoado. [risos] Foi esperteza tecnológica. [risos]

Bem. Nessa ocasião houve um geólogo americano de muito valor, o Victor Oppenheim, que ia trabalhar em Alagoas, para o petróleo. E ele passou por Lobato e não diagnosticou a falha - há rochas metamórficas, impróprias a petróleo, e rochas sedimentares onde poderia haver petróleo. Então, ele mandou uma carta ao Departamento Nacional da Produção Mineral dizendo que tinha visitado o local e que o petróleo era artificial. Não foi de maldade. Foi um erro técnico. Bem Oppenheim tinha trabalhado na Argentina. Depois, então quando acabou o contrato dele em Alagoas, foi convidado a ingressar na Produção Mineral, onde fez trabalhos excelentes, excelentes. Ele não era desonesto nem era incompetente. Era um judeu estoniano, se não me engano, naturalizado americano, ou filho de americano. E fez uma carreira brilhante, depois, em petróleo, aí no Caribe, na Venezuela; era realmente um homem de grande valor. E...

[FINAL DA FITA 1-B]

M.P. - Não sei se eu estou contando coisas que as senhoras já sabiam.

M.Q. - Não. Pode falar.

M.P. - Está bom. Victor Oppenheim foi um grande geólogo, fez excelentes trabalhos para a Produção Mineral. Agora, a esse respeito, na ocasião, houve um escândalo muito grande, explorado - vão desculpar a palavra que eu vou empregar - explorado pelo canalha que foi o Monteiro Lobato. Canalha! basta dizer que até hoje não se descobriu petróleo em nenhum lugar que Monteiro Lobato criou para companhias. Não me incomodo que transcrevam isso porque essa palavra eu empreguei num depoimento que fiz numa comissão de inquérito da Câmara dos Deputados. Era um escroque, apesar de grande escritor.

M.Q. - Esse depoimento foi quando?

M.P. - Esse depoimento foi uns meses antes da morte do Monteiro Lobato. Ainda em vida dele. Por isso é que eu não me incomodo de repetir essas palavras candentes, porque eu disse quando ele era vivo. Eu sou um homem que gosta do risco. [risos]

Agora, o Victor Oppenheim era um homem do mundo. Era um... Eu não falo isso com deturpação. Era judeu muito atilado. E o Malamphy era um bom técnico, mas um inocentão. Um homem... E o Malamphy teve, na ocasião, a idéia de atrair investidores para o Brasil e colocar à disposição desses investidores o conhecimento que ele, Malamphy, e o Oppenheim tinham. E, sem permissão do Oppenheim, ele publicou anúncios sob o título de uma entidade que ele chamou Malope-Malamphy e Oppenheim. Oppenheim é que tinha todas as possibilidades de malícia, mas não teve responsabilidade nenhuma nesse anúncio e nessa colocação de conhecimentos de geologia econômica do Brasil à disposição de investidores estrangeiros e nacionais. Bem. Isso motivou a saída do Malamphy, que voltou para os Estados Unidos. Oppenheim ainda fi-

cou algum tempo no Brasil.

Agora nós chegamos a 1938, que foi uma época de culminação de desavenças no Departamento. E o diretor-geral na época, ele tinha sido diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, era um homem hábil, mas não conhecia nem geologia nem geologia econômica.

M.Q. - Quem era?

M.P. - Ah, não! Prefiro não dizer. A senhora vai pesquisar.
[riso]

M.Q. - Fleury da Rocha?

M.P. - A senhora é que está dizendo... [riso] Bem. E ele tinha deixado o Departamento chegar a uma... desorganização, a uma desordem muito, muito grande. Diretores estavam afastados trabalhando em minas, outros não iam lá. Era uma desmoralização administrativa. Bem. E era ministro da Agricultura na ocasião, ao qual o Departamento era subordinado, um grande homem, que foi o Fernando Costa. E aí o Fernando Costa resolveu pôr ordem no Departamento e concedeu o bilhete azul ao então diretor-geral. E convidou o Luciano Jacques de Moraes, que era um grande geólogo, geólogo de campo, geólogo economista, para diretor-geral. E o Luciano - aí foi curioso - constituiu a sua diretoria, seus auxiliares, com homens ao redor de 30 anos. Ele chamou o Glycon de Paiva para diretor da Divisão de Geologia, chamou o Otávio Barbosa, que era um engenheiro de minas muito distinto, para diretor da Divisão do Fomento, manteve o Antônio José Alves de Souza na Divisão de Águas, e eu, com 31 anos, fui chamado para diretor do Laboratório da Produção Mineral. Então, isso era apelidado o "jardim de infância" do Luciano. [riso]

C.G. - Dr. Mário, o Luciano fazia parte daquele grupo de que o senhor falou.

M.P. - Fazia. Fazia.

C.G. - Por que é que apesar de ele estar na direção do DNPM

nesse momento, e apesar de ser tão amigo do Glycon de Paiva, o DNPM não usa esse estudo do Glycon de Paiva falando do petróleo e não se adianta ao CNP, que é quem vai descobrir o petróleo em Lobato, pelo menos é que vai ser...

M.P. - Quem descobriu foi o próprio Departamento Nacional da Produção Mineral. A coisa foi a seguinte: o Sílvio Fróes era um geólogo nato, um naturalista de grande valor. Ele não era engenheiro de minas, ele era químico. Químico, mas baiano, [irônico] De modo que ele tinha trabalhos de geologia sedimentar, geologia estrutural, e ele foi passar umas pequenas férias na Bahia, e então visitou Lobato, o local Lobato - que não tem nada com Monteiro Lobato. O nome é antigo. O Sílvio Fróes visitou e verificou que era uma exudação natural de óleo. Ele observou, viu as gotas de óleo saindo das paredes da cacimba, voltou para cá trazendo amostras do petróleo e conversou com o Glycon, que era um grande geólogo. E o Sílvio Fróes era amigo do dr. Guilherme Guinle. E então convenceu o Guilherme Guinle a patrocinar um reconhecimento geológico no Recôncavo. Esse papel do Guilherme Guinle já está esquecido nas brumas da história, mas foi ele, como mecenas, que subvencionou esse time constituído pelo Glycon de Paiva, como grande geólogo, Sílvio Fróes Abreu, como tecnólogo, e Irnack Amaral, como geofísico, para irem ver esse petróleo de Lobato. E como consequência disso eles apresentaram ao Guilherme Guinle esse trabalho sobre geologia do Recôncavo, e o Guilherme Guinle pagou a publicação. De modo que nesses albores da descoberta do petróleo não se deve esquecer o nome do Guilherme Guinle. Ele foi um capitalista inteligente e patriota. Eu nunca tive nada com ele, mas estou tentando fazer a história. Bem. Com a publicação desse trabalho, o Departamento teve que mudar de posição, porque grandes nomes diziam que o petróleo era natural. Isso foi... deve ter sido no ano de 37,* se não me

* Este trabalho foi publicado em 36.

engano. Bem. Aí, em 38, o Luciano Jacques de Moraes foi nomeado o diretor-geral. Então eles resolveram fazer uma campanha de pesquisas no Recôncavo.

C.G. - Eles e a direção do DNPM.

M.P. - Já estava na direção. O Otávio Barbosa é que era o responsável pelas sondagens. E o Glycon e o Sílvio Fróes Abreu pela interpretação geológica dos fatos do Recôncavo. O curioso é que até hoje a interpretação que eles deram naquele tempo é a interpretação que vale para a geologia do Recôncavo. O que mostra o que pode o talento e a imaginação.

M.Q. - Eu queria perguntar ao senhor se foi nesse período que surgiu a proposta da criação - me parece que o nome é esse - do Serviço Nacional do Petróleo, uma proposta do dr. Glycon.

M.P. - Eu não me lembro desse fato.

M.Q. - Porque parece que foi nesse período em que estava se criando o CNP, estava sendo gestado o CNP, dentro do Conselho Federal de Comércio Exterior, parece que estava lá também o dr. Fleury da Rocha...

M.P. - Ele foi transferido da Produção Mineral para lá.

M.Q. - Pois é. E também do lado de cá, do lado do Ministério da Agricultura, me parece que seria uma proposta interessante, já que existia petróleo, a criação desse serviço sob a égide do Ministério da Agricultura.

M.P. - Essa proposta não teve seguimento nem muita importância, porque os militares consideravam essa questão de petróleo como de segurança nacional. Então preferiram criar o Conselho Nacional do Petróleo, cujo primeiro presidente foi um general.

M.Q. - Horta Barbosa.

M.P. - Horta Barbosa. Do qual eu tenho muito má lembrança.

[riso]

C.G. - Ô dr. Mário... [rindo]

M.P. - A senhora está vendo que eu sou um homem que gosta de viver o perigo, não é? [rindo] Eu vou lhes dizer por quê. A arrogância, a prepotência desse general fez com que ele arrebanhasse, por exemplo, todos os aparelhos de geofísica da Produção Mineral e que não tinham nenhuma aplicação na pesquisa de petróleo. Como por exemplo a balança de Tussek. E, de repente, a seção de geofísica do Departamento ficou desmantelada, porque tinha técnico e não tinha aparelhagem. Então, o dr. Fernando Costa, ministro da Agricultura, acolheu as queixas do Departamento e me encarregou, como plenipotenciário, de ir ao general Horta Barbosa para pedir que, por empréstimo, ele deixasse na Produção Mineral os aparelhos de geofísica que ele não ia utilizar. E eu digo: "Ministro, dr. Fernando, eu não vou lá porque eu vou ser desautorado e desmoralizado. E é capaz de haver até pugilato meu com um general do Exército. De modo que eu só vou lá se o senhor obtiver a promessa do general de que ele vai me respeitar. Senão não vou." Bem. Eu fui. E não consegui nada. Era um mutismo impenetrável. Mutismo que só era interrompido pelo advérbio "não". Bem. E o curioso é que esse material, que ele não quis deixar ser utilizado pela Produção Mineral, ficou um ano e meio nos porões da Produção Mineral encaixotado, sem ser utilizado por ninguém. Por isso é que eu digo: tenho muito má lembrança do general Horta Barbosa. Era um desatinado. Estou contando isso. O material ficou nos porões da produção Mineral, durante um ano e meio, sem ser utilizado por ninguém! [indignado]

C.G. - Dr. Mário, nesse momento está se processando a passagem da questão do petróleo das mãos do Ministério da Agricultura para o Ministério do Exército, está sendo tirada a...

M.P. - Não. Presidência da República.

C.G. - A Presidência da República, mas com influência muito grande do Estado-Maior.

M.P. - Dos militares.

C.G. - E também está sendo retirada das mãos dos técnicos a decisão sobre a pesquisa do petróleo, está passando para as mãos dos militares e dos políticos. O senhor acha que isso determinou rumos diversos aos rumos que teriam sido tomados...

M.P. - Olha, eu procuro ser justo. Eu tenho a impressão de que os serviços técnicos do Conselho de Petróleo continuaram a ser exercidos por técnicos, e não por militares ou políticos. Agora, o que havia era uma prepotência e uma arrogância intoleráveis.

C.G. - Poder de decisão.

M.P. - É. Agora, houve um regime misto de início. É que o Conselho de Petróleo tinha o poder decisório, o poder de política, mas as sondagens eram feitas pela Produção Mineral. De modo que em 1939,* quando se descobriu o petróleo na região de Lobato, as sondagens era da Produção Mineral. De modo que quando se diz que foi o Conselho que descobriu, não é verdade. O Conselho era um órgão administrador. Foi o próprio DNPM, com engenheiros do DNPM e sonda pertencente ao DNPM.

M.Q. - É. O CNP inclusive não tinha recursos. Estava querendo se tornar um órgão muito forte, autônomo. Inclusive houve uma briga com o DASP, não é?

M.P. - É. De modo que essa verdade histórica tem que ser restabelecida. Quem descobriu o petróleo no Brasil, na Bahia - descoberta que não tem importância econômica hoje em dia - foi o Departamento Nacional de Produção Mineral. E não o Conselho do Petróleo.

M.Q. - Na concepção do general Horta Barbosa, me parece que estava embutida a idéia de que se devia investir pri-

* O entrevistado se refere ao reconhecimento oficial da descoberta já realizada em 36.

meiro no refino e não na produção. De que primeiro se montaria refinarias, e que uma parte do lucro que se obtivesse seria investida na produção. O que o senhor pensa disso, pensava naquela época, e o que pensavam os técnicos?

M.P. - Bem. Eu não estou dentro da memória do general Horta Barbosa para saber se ele pensava assim. O Conselho de Petróleo trabalhou. E quando todo o equipamento foi transferido, e técnicos e tudo, as pesquisas de petróleo continuaram mais ou menos na escala em que vinham sendo feitas pelo DNPM. Não houve uma retração de atividades. Agora, essa preocupação mercantilista que houve não foi só do Conselho de Petróleo, foi também da Petrobrás, no começo. Queria fazer caixa. e não descobrir petróleo.

Bem. Agora, nessa ocasião então, em 39...

C.G. - O senhor já à frente do Laboratório.

M.P. - Do Laboratório. Apesar de diretor, eu analisei o óleo de Lobato junto com o professor Otto Rothe e também fui à Bahia especialmente colher os gases do poço de petróleo para ver se por acaso havia gases raros: hélios e outras coisas. Não havia. Era só metano. E um pouco de etano.

Bem. Agora, depois de 39, o Conselho do Petróleo foi continuando até que no segundo governo Getúlio Vargas resolveu-se criar empresas de economia mista: a Petrobrás, Eletrobrás. E nessa ocasião eu tinha feito o Plano do Carvão, porque a minha preocupação era mais com combustíveis sólidos. Esse plano, em 19... Bem, a história seguiu, e em 1948 eu fui nomeado diretor-geral, cargo em que fiquei três anos e meio. E saí porque tinha horror à xenofobia. Eu saí por causa de intrigas de uma empresa que processava monazita e queria o privilégio de toda a monazita ser canalizada para ela.

C.G. - Que empresa, dr. Mário?

M.P. - Orquima. Até fazia parte da Orquima um amigo meu, que foi o Augusto Frederico Schmidt. Nessa ocasião, fins do

governo Dutra, eu fiquei três anos e meio na direção da Produção Mineral, direção geral, e os maiores serviços desse período foram o Plano do Carvão e o contrato de geólogos estrangeiros. Eu achei que a escola geológica brasileira estava exaurida, exausta, a escola fundada por Derby, no começo do século, e que havia que renovar os conhecimentos geológicos do Brasil. E para isso queria aproveitar a situação do após-guerra, de desordem na Europa, para trazer grandes técnicos e geólogos. O que consegui. E pôr ao lado deles, para cada geólogo estrangeiro, dois técnicos nacionais para se formarem.

C.G. - O senhor traz geólogos mesmo durante a guerra, não é? Naquele convênio com os institutos americanos.

M.P. - Não! Esse serviço se deve primacialmente a Luciano Jacques de Moraes. Depois eu continuei, e na minha administração foram assinados os acordos, mas quem teve iniciativa e trouxe geólogos americanos aqui, sem convênio algum, somente pelas relações amigáveis entre as repartições técnicas dos dois países, foi Luciano Jacques de Moraes.

C.G. - Por que sem convênio, dr. Mário? Algum medo de que um convênio pudesse dificultar essa vinda?

M.P. - Não. O Luciano Jacques de Moraes trouxe o pessoal porque os Estados Unidos precisavam de materiais para o seu esforço bélico. Então, o Luciano Jacques de Moraes aproveitou essa ocasião para trazer técnicos. Depois foram assinados acor...

C.G. - Mas por que ele não faz convênio? Para agilizar, para ser mais rápido ou para...

M.P. - Para ser mais rápido. Depois foram assinados convênios. No tempo de paz foram assinados convênios. E no tempo de guerra arregaçaram-se as mangas e começou-se a trabalhar.

M.Q. - Esses técnicos eram especializados em quê, especificamente?

M.P. - Eram técnicos do Serviço Geológico americano e do Bureau of Mines americano. Estiveram aqui, por ocasião da guerra, uns 40 técnicos mandados por essas duas repartições. E eles faziam não só o trabalho de ajudar a mineração, como trabalhos científicos. Por exemplo, a primeira definição dos minérios de ferro de Minas Gerais foi dada por um grande geólogo americano, o John Van Nostrand Dorr. Porque se pensava que o minério de ferro de Minas era um minério compacto e grosseiro, e isso era somente uma casca. Quem descobriu e mostrou que o minério de ferro de Minas era um minério fino foi o Dorr, o geólogo Dorr.

Eu trabalhei no níquel de Tocantins com William Pecora, que depois foi diretor do Serviço Geológico e subsecretário do Interior nos Estados Unidos. Trabalhei com ele em São José do Tocantins para definir a importância das jazidas niquelíferas de São José do Tocantins. E assim foram estudados os pegmatitos no Nordeste, baritina da Bahia, uma série de trabalhos de geologia econômica e de geologia geral foi feita com esses técnicos americanos. E o curioso é que, por acaso, todos os homens que vieram para cá foram grandes técnicos e homens de bem. Por acaso.

[FINAL DA FITA 2-A]

M.Q. - O senhor estava falando sobre os técnicos americanos, o caráter deles.

M.P. - É. Por acaso - porque eu não dou diploma de virtude latusensu ao americano - os técnicos que vieram para o Brasil foram excelentes profissionais e homens de bem.

M.Q. - É interessante, porque nesse período a gente tem, por exemplo, a Missão Cook, que vem ao Brasil, tem também a iniciativa da Siderúrgica, depois a criação da Companhia Vale do Rio Doce...

M.P. - A Missão Abbink.

M.Q. - Abbink é mais tarde, não é? Mas durante a guerra, a Missão Cook. Quer dizer, os Estados Unidos estão descobrindo o Brasil, nessa área de minérios, de tudo isso.

M.P.- Eles precisavam. Eles precisavam. O País, a América do Norte, precisava de minério de ferro, precisava de manganes, precisava de tantalita, precisava de berilo, precisava de minérios de tungstênio, para o esforço de guerra americano. Eram materiais estratégicos para eles.

M.Q. - Esse técnico que foi estudar o minério lá em Minas Gerais, ele não esteve associado aos planos de criação da Siderúrgica Nacional, não?

M.P. - Não. Ele, o John Van Nostrand Dorr, viveu muito tempo em Belo Horizonte estudando as jazidas do quadrilátero ferrífero. Deixou uma filha aqui, que se casou com um brasileiro, mineira autêntica, e que é hoje em dia a chefe do Serviço de Economia Mineral do Instituto Brasileiro de Mineração, a dona Catarina Dorr Abreu. O Dorr começou a vida como professor de literatura shakespeariana e acabou como geólogo. [risos] É um homem extremamente culto. Houve escolas, homens admiráveis nesse grupo que veio para cá. E eu acredito que eles vieram para cá por patriotismo, para defender o seu país.

Bem. Aí, eu ia contando a questão da minha saída da Produção Mineral. À minha saída houve um discurso de um deputado, que depois foi ministro da Agricultura, a respeito de monazita. E eu, quando...

M.Q. - Qual era o nome dele?

M.P.- João Cleofas. E eu tive ocasião de apresentar minha carta de demissão, a que não dei caráter irrevogável, mas disse: "Ministro, se o senhor quiser, eu só posso continuar se o senhor fizer uma declaração pública se desdizendo do que falou na Câmara." Ele fechou a cara... E como eu tinha sido o autor do Plano do Carvão, o dr. Getúlio não quis me demitir. Foi... Foi... em 51. Não quis me demitir. De modo

que ficou uma situação anômala, de eu ser o diretor-geral de missionário, não ser estimado pelo ministro, e o presidente não querer me demitir. Bem, isso, esse interregno durou uns três meses. Até que eu senti que o Departamento estava sendo prejudicado porque eu tinha uma autoridade falsa, não gozava da confiança do ministro. Então, eu cheguei um dia ao ministro e disse: "Ministro Cleofas, eu acho que essa situação já durou muito. De modo que eu queria dizer ao senhor que eu fico mais uma semana como diretor-geral, depois entro em férias e não reassumo. O senhor tem que arranjar um diretor-geral." Ele arranjou um diretor-geral e, um ano depois, me mandou convidar para reassumir a direção geral da Produção Mineral. [riso] Quem me fez o convite foi o João Maurício de Medeiros, que era chefe de gabinete dele. Eu digo: "João Maurício, isso é como beber café requentado. É como casar com a antiga esposa. Eu não quero..." [riso]

M.Q. - Não tem volta, não é?

M.P. - Não tem volta. Eu não aceito. De modo que aí foi a minha passagem na produção Mineral. Eu tive ainda como serviço razoável o Plano do Carvão, que nasceu aleijado. Porque tinha começado a inflação no Brasil, e o Plano do Carvão foi aprovado com os orçamentos iniciais, que já estavam defasados. Valiam apenas 30% do que precisava. Agora, depois eu ainda tive ligações com a produção mineral porque fui professor de metalurgia na Escola Nacional de Química, onde tinha que dar todas as coisas sobre matérias-primas: minerais, combustíveis. E onde eu tive muito prazer, durante 25 anos, de ter contato com a mocidade. Esse é meu papel na produção mineral. Agora, eu tive também uma pequena influência no estudo de xistos. Destilação de xistos, tive muita ligação com o professor...

C.G. - Dentro do Departamento.?

M.P. - Dentro do Departamento. E depois, eu fui convidado para ser chefe do Departamento Técnico do Banco Nacional de De

senvolvimento Econômico.

C.G. - mas vamos voltar um pouquinho mais para trás. Eu queria que o senhor nos falasse um pouco a respeito de uma afirmação que o senhor faz naquela sua entrevista sobre a história da ciência, sobre a instalação, dentro do Departamento, do espírito político. O senhor diz que a política começa a minar o espírito dos técnicos dentro do Departamento.

M.P. - Ah, isso foi.

C.G. - O senhor podia nos falar um pouco sobre isso?

M.P. - A coisa foi a seguinte: houve um núcleo esquerdista ou comunista no Departamento que ficou em estado larvar durante a guerra. A Rússia estava também. De modo que nessa ocasião eles...

M.Q. - O senhor poderia nomear?

C.G. - Esse núcleo estava localizado em algum departamento?

M.P. - O maior núcleo era no laboratório. E simplesmente porque eu não tinha preconceitos. Não tinha preconceito de raça, não tinha preconceito político, nunca indaguei da crença de quem quer que fosse. De modo que o Laboratório teve uma importância muito grande no ensino da química no Brasil. Porque ele ficava a 20 metros da Escola Nacional de Química. De modo que nós demos estágio, durante o meu tempo de diretor, talvez a uns duzentos químicos, estudantes de química, que percorriam, segundo a lição de Eusébio de Oliveira, as várias seções do Laboratório. Então, o Laboratório teve muita influência no ensino da química aqui no Rio de Janeiro e, portanto, no Brasil. Porque os estudantes de química começavam desde a preparação de amostras até os estudos de radioquímica. Eles passavam um ano, um ano e meio no Laboratório. E os melhores eram admitidos no Laboratório. Nessa oca...

C.G. - Não importando a filiação ideológica?

M.P. - Não. Nem religião nem cor nem nada. Eu era, sans le savoir, um democrata. [risos] Bem. Mas... E os melhores foram admitidos. E eu tive a pouca sorte da metade ser de esquerdistas, de comunistas. Eles procederam muito bem durante a guerra, e quando acabou a guerra eclodiu a revolta, a intriga, a revanche.

C.G. - Tudo isso em torno de alguma questão precisa? Era a questão do petróleo, por exemplo, que polarizava?

M.P. - Não. Era indisciplina intelectual ou ideológica. De modo que eu tive que ser um homem... aprender a andar na corda bamba. Porque eu tinha uns 20 técnicos ativistas e que...

M.Q. - Filiados mesmo? Porque o Partido Comunista foi para a ilegalidade.

M.P. - Não sei. Eu acho que eles eram suficientemente comodistas para não serem filiados, mas suficientemente indisciplinados para preferir um futuro incerto a uma realidade e ao trabalho pelo povo brasileiro. Noutro dia um desses químicos, hoje em dia cinqüentão ou sessentão, me falou: "Ah, dr. Mário, eu tenho muito remorso. O senhor fez tudo por nós. Arranjou melhoria de vencimentos, deixava-nos fazer pesquisa, e tudo, e nós procuramos apoquentá-lo." [risos] "Eu não queria que o senhor morresse sem saber que eu e alguns outros temos muito arrependimento do que fizemos." Bem. Mas eu tive uma outra coisa. Em 1941 chegou aqui como refugiado de guerra o professor Fritz Feigl, que...

M.Q. - Uma autoridade, não é?

M.P. - Era um homem de nível de prêmio Nobel. Então eu consegui, em 15 dias, a admissão dele. Ganhando o máximo que um funcionário público ganhava na época. E o Feigl criou um admirável centro de pesquisa de microquímica aqui, para onde vinha gente de toda a parte do mundo. Eu tive estagiários com o Feigl da China, da Índia, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da França. Era uma encruzilhada do mundo, o

Laboratório. E depois trouxe outros, logo no após-guerra, como o professor Hans Zocker, trouxe o Kubelka, Paulo Kubelka, trouxe o Hans Peter Mojen. Tudo gente de alta qualidade. De modo que o Laboratório, na época — eu posso dizer com um pouco de orgulho e vaidade — nos congressos de química do Brasil, durante dez anos, o Laboratório apresentou pelo menos metade mais um dos trabalhos de todo o Brasil. O que mostra o que pode um pouco de dedicação e um pagamento justo. Agora, isso tudo acabou. Um maldito ministro, Dias Leite, acabou com o Departamento da Produção Mineral, praticamente, e acabou com o Laboratório, um centro de pesquisa admirável. Sem nenhum respeito à tradição. A senhora está vendo que eu sou um homem de risco, não é?

M.Q. — Não, eu acho ótimo que o senhor diga realmente o...

M.P. — Meu pensamento. Não sei se é a verdade.

M.Q. — Mas eu acho que é a sua opinião. Tem que ser respeitada. E quem não gostar, que...

M.P. — Paciência. Pode escrever. Maldito ministro Antônio Dias Leite. [risos] Não me incomodo.

M.Q. — Dr. Mário, eu queria perguntar uma coisa ao senhor. O senhor esteve na criação do CNPq?

M.P. — Estive. Não só no período de gestação legislativa como no primeiro Conselho. Aí foi o seguinte: eu tinha saído de diretor-geral. O Conselho é, se não me engano, de 52 ou 53.* Então, me deram a representação do Ministério da Agricultura no Conselho como uma espécie de compensação. E aí posso dizer que o Cleofas não foi mesquinho. Aceitou a minha indicação. Eu fui representante da Agricultura. Até que saí, porque não concordava com a desordem administrativa do Conselho.

* O CNPq. Foi criado em 1951.

M.Q. - Naquela época o Conselho era presidido pelo Álvaro Alberto, não é? Quais eram as suas relações com Álvaro Alberto?

M.P. - Até de família. Mas ele era um macaco.

M.Q. - Um macaco? [riso]

M.P. - Em loja de louça.

M.Q. - Como é que é?

M.P. - Um macaco em loja de louça. [risos] O Álvaro Alberto uma vez me fez uma confissão que felizmente não se aplica a mim. Ele teve uma idéia falsa de energia atômica. E então ele me disse uma vez: "Mário, eu estou velho. Não sei quanto tempo vou viver. Tenho uma pressa de fazer alguma coisa pelo meu país." E fez errado.

Mas eu saí pelo seguinte. Eu representava o Ministério da Agricultura, portanto a Produção Mineral. Em Poços de Caldas apareceu um mineriozinho de zircônio associado ao minério de urânio que era uma reserva muito pequena. E o Álvaro Alberto resolveu fazer uma indústria de urânio em Poços de Caldas baseada nesse minério. Eu tinha família em Poços de Caldas, sabia que era uma coisa insuficiente, e protestei contra a assinatura de acordo com os franceses, com a Société des Terres Rares, porque não ia ter fábrica, não ia ter minério. Como não teve. Eu queria duas coisas: queria que acabassem a prospecção para saber se tinha quantidade de minério, e queria saber a qualidade do minério, para poder estudar a tecnologia. E o Álvaro Alberto disse que já tinha assinado o convênio com os franceses, não podia voltar atrás. Tivemos então uma desavença de ordem técnica, e eu tive que pedir demissão em caráter irrevogável. E o curioso é que era o Getúlio, e ele não quis me dar demissão.

M.Q. - De novo.

M.P. - De novo. Eu não sei por que o Getúlio gostava de mim. Mas eu aí saí. E esse minério não existia praticamente. E durante uns 15 ou 20 anos ficaram as construções lá abandonadas.

das, em Poços de Caldas, porque não havia minério. Depois, em um outro lugar do planalto descobriu-se o minério, que infelizmente é lavrado hoje em dia por um preço absurdo.

M.Q. - Me diga uma coisa, dr. Mário, a sua saída foi antes da crise em que o Álvaro Alberto saiu do CNPq?

M.P. - Bem, a minha saída foi antes. Foi em 53. Essa crise, por um desfalque dado por um conselheiro, foi depois. Aí foi num governo provisório, num governo interino. E o Álvaro Alberto pagou pela desordem administrativa dele. Ele era um homem honesto, de mérito intelectual e mérito científico...

M.Q. - Os senhores eram colegas na Academia Brasileira? Naquela época o senhor já era da Academia Brasileira?

M.P. - Eu já era. Eu sou decano da Academia. Entrei para a Academia em 1940.

M.Q. - Quem o levou para lá?

M.P. - Bem, a coisa era a seguinte: eu tinha trabalhos de pesquisa, tinha o trabalho de sal, tinha uma vaga... Eu acho que foi o Mário Saraiva, diretor do Instituto de Química, que me levou para lá. De modo que eu tenho 47 anos de Academia. Eu e o Glycon de Paiva somos os decanos.

C.G. - Ele entrou no mesmo tempo que o senhor?

M.P. - É. Uma diferença de um mês de um para o outro. Não sei se eu sou mais antigo ou se ele é o mais antigo.

M.Q. - Sílvio Fróes Abreu entrou antes, em 38. Inclusive foi ridicularizado lá na... no discurso de posse. Ou pelo menos foi bastante hostilizado pela questão do petróleo de Lobato. Não é?

M.P. - Eu acho que foi sim. O Sílvio foi um grande amigo, de quem eu tenho saudade até hoje. Grande homem. Mas, sabe de uma coisa, ele morreu no tempo certo. Se é que há um tempo certo para morrer. Porque ele estava começando a fi-

car esclerótico. Era um homem de um passado admirável e que ia ter um presente e um futuro quase ridículos. Intelectualmente foi uma coisa boa para ele e muito ruim para os amigos dele, inclusive para mim. [emocionado]

M.Q. - Claro. Mas agora vamos tratar da sua... O senhor fez aquele trabalho sobre o carvão na época do segundo governo Vargas, não é?

M.P. - Não. Foi no fim do governo Dutra.

C.G. - Foi durante o governo Dutra.

M.Q. - E qual foi a sua atuação junto à assessoria do segundo governo Vargas? O senhor esteve lá, não é?

M.P. - Estive lá. A questão foi a seguinte. Houve um congresso aqui de combustíveis em que só havia declarações de amor ao carvão e nenhuma medida prática. Era ministro nesse tempo o senador Novais Filho, um pernambucano, e eu disse a ele: "Ministro, o problema do carvão está abandonado. Só há declarações de amor, e não há jeito de aumentar a produção. Tem-se que fazer um plano para o carvão." Ele aí me perguntou: "E você se encarrega disso?" Digo: "Se me derem autoridade, sim." Então eu fui nomeado representante direto do presidente da República para a elaboração do Plano do Carvão. Eu tive a categoria de ministro, nessa época, para fazer o Plano do Carvão. Que fiz e que ainda foi entregue no governo Dutra. E aí veio a administração Cleofas, eu saí, e assessores do gabinete do Getúlio me convidaram, em nome do presidente, para ir para a assessoria técnica, para fazer a revisão do Plano do Carvão e acompanhar a gestação do Plano do Carvão no Congresso.

M.Q. - Quem foi que o convidou?

M.P. - O Rômulo Almeida.

M.Q. - Ah, sim. Uma coisa que eu queria lhe perguntar ainda. Nesse período, como era vista a questão do carvão e do petróleo? Do carvão como fonte de energia, e do petróleo? Por

que o petróleo, por exemplo, estava substituindo as caldeiras de carvão nos navios. Eu queria saber sobre essa questão: o papel do carvão e o papel do petróleo no desenvolvimento econômico industrial.

M.P. - Bem, o carvão brasileiro, infelizmente, é um carvão medíocre. Caro de extração, e muito difícil de beneficiar. Mas naquele tempo havia um grande entusiasmo pelo emprego do carvão metalúrgico em Volta Redonda. Então, daí a origem do Plano do Carvão. Agora, o Plano do Carvão ficou em palácio algum tempo, e, em velocidade de criação, a Petrobrás ganhou. Quer dizer, eu colaborei nesse tempo não só no Plano do Carvão como no projeto da Eletrobrás.

M.Q. - Ah, a Eletrobrás também?

M.P. - Também. Nesse tempo. Porque quem era da Produção Mineral tinha que entender um pouquinho de energia elétrica.

C.G. - O senhor passou pelo Plano do Carvão, pela Eletrobrás, nesse momento sempre na condição de diretor do DNPM, ou como um técnico renomado?

M.P. - Não, eu passei aí como técnico. Simples técnico. como também...

C.G. - O senhor não levava a estrutura do DNPM com o senhor?

M.P. - Não.

C.G. - Para trabalhar no Plano do Carvão, por exemplo, o senhor não precisou levar... ?

M.P. - Não. Fiz sozinho. Agora, talvez com o auxílio do engenheiro Álvaro de Paiva Abreu, que é um dos maiores engenheiros brasileiros. E eu tinha trabalhado no carvão junto com os técnicos americanos, durante a guerra.

C.G. - Durante a guerra?

[FINAL DA FITA 2-B]

C.G. - Pode falar.

M.P. - Bem, eu ajudei no preparo do Plano da Eletrobrás, e o Plano do Carvão foi meu, exclusivamente meu. E o curioso foi uma explicação que me deram, de por que eu não fiz parte da primeira diretoria da Petrobrás. Foi o Rômulo Almeida quem me disse: "Ô Mário, você não foi para a diretoria da Petrobrás porque nós sabemos o horror que você tem ao monopólio estatal." E tenho, até hoje. Basta eu contar à senhora uma coisa: na ocasião da criação da Petrobrás havia um acréscimo sobre o preço de combustíveis, gasolina, e tudo, que era para constituir o capital da Petrobrás, e a gente recebia ações. Hoje em dia eu sou acionista da Petrobrás, comprei ações da Petrobrás. Mas naquele tempo o meu horror ao monopólio estatal era tal que eu não fui buscar nenhuma ação, como protesto íntimo contra o desserviço que se estava prestando ao Brasil. Deixei de ter as ações iniciais da Petrobrás. Hoje não, hoje eu tenho. Sou meio capitalista, [risos] eu tenho ações da Petrobrás.

C.G. - É um bom negócio, não é?

M.P. - É.

M.Q. - Bom, dr. Mário, o senhor deve ter conhecido um antigo técnico, antigo funcionário do Ministério da Agricultura, que era o dr. Jesus Soares Pereira, que foi um dos que elaboraram o Plano da...

M.P. - Da Petrobrás.

M.Q. - Da Petrobrás. O que o senhor poderia falar a respeito dele?

M.P. - O Jesus Soares Pereira era um santo com aspecto de demônio. Porque ele era um homem muito bom, muito puro, excelente criatura, e completamente desatinado em matéria de política econômica. Ele era o xenófobo por excelência. Ainda era ... Eu fui amigo dele. Agora, o Jesus Soares Pereira era um produto de inteligência e autodidatismo. Ele não tinha forma-

ção técnica alguma, tinha formação sócio-política. É o que eu...

M.Q. - Formado em sociologia, não é?

M.P. - É.

M.Q. - E trabalhou muito tempo no Conselho Federal de Comércio Exterior.

M.P. - Depois. Na ocasião ele era um intuitivo. Era um sentimental contra estrangeiro. Ele pensava que sendo contra estrangeiro era a favor do brasileiro. Essa é a definição que eu tenho dele; tenho boas lembranças dele, e respeitava-o como pessoa, e não como cidadão.

C.G. - Não as suas idéias, não é?

M.P. - Não. Ele foi um homem muito perturbador no Conselho de Petróleo; e em outros lugares, pela veemência política. Não tinha equilíbrio. Um homem parecido com ele, mas muito mais equilibrado, é o Rômulo Almeida. Muito...

C.G. - Nacionalista também.

M.P. - Nacionalista, mas é um nacionalista não dementado. [risos] Você olha e vê que é um velho desaforado. [risos]

C.G. - A entrevista está quente.

M.Q. - Bom, dr. Mário, eu acho que por hoje a gente poderia encerrar e marcar uma próxima sessão.

M.P. - Quando a senhora quiser.

M.Q. - Muito obrigada.

M.P. - Foi um prazer. Obrigado.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista : 16.07.1987

M.P. - Eu queria de início dizer que essa oportunidade de

colaborar para a preservação da memória brasileira, sob certos assuntos de realce, isso representa para mim uma grande honra. E, como eu já tive ocasião de ver, em depoimentos anteriores que prestei sobre a Companhia de Álcalis, e sobre...

M.Q. - A história da ciência.

M.P. - A história da ciência, eu vejo a importância desses depoimentos para os pósteros que vão chegar. E as senhoras, como sociólogas, têm interpretado muito bem. Eu vi o catálogo de depoimentos, e é uma honra ser entrevistado pelo CPDOC. E, também, uma oportunidade extremamente interessante e gratificante de contribuir para que elite, estudiosos, pensadores e povo, tenham, na ocasião devida, a reformulação histórica de certos acontecimentos no Brasil. É evidente, como eu declarei às senhoras, que ninguém foge às suas deturpações ideológicas, ninguém foge aos seus defeitos, que às vezes são qualidades. De modo que eu não tenho a pretensão de dizer a verdade, porque a verdade é um aspecto elusivo da história. Eu tenho, apenas, a pretensão de, com sinceridade, dar-lhes o meu depoimento. É só. Não sei se vou ser justo, mas vou tentar sê-lo. As senhoras querem saber de algumas coisas, não pela importância que eu possa ter tido na vida brasileira, mas apenas como depoimento, para que se preserve a memória dos acontecimentos. Então, no último depoimento que prestei às senhoras...

M.Q. - Dr. Mário, eu poderia perguntar uma coisa, um pouquinho antes, que se refere...

M.P. - Pode, por supuesto, señora.

M.Q. - É o seguinte: eu gostaria de saber uma coisa de que nós não tratamos na nossa última entrevista, que é a participação do DNPM na elaboração do Estatuto do Petróleo. O senhor, como diretor-geral do DNPM, deve ter acompanhado isso.

M.P. - Eu vou contar à senhora algumas coisas que, talvez, só sejam sabidas, no momento, por uma meia-dúzia de brasileiros.

Desse grupo faço eu parte. O Estatuto do Petróleo, a Lei da Petrobrás, foi organizada em 1952...

M.Q. - Não, não, o Estatuto do Petróleo foi a lei do Dutra, que foi organizada por uma comissão e que permitia a participação do capital estrangeiro, inclusive...

M.P. - Certo.

M.Q. - Em determinadas atividades de petróleo.

M.P. - Bem, nessa ocasião já existia o Conselho Nacional do Petróleo.

M.Q. - Sim.

M.P. - De modo que essa lei foi de responsabilidade principal do CNP. Agora, o Departamento Nacional da Produção Mineral tinha a seu cargo nessa época as pesquisas de petróleo, de modo que ele tomou parte na elaboração desse estatuto, mas principalmente no trabalho anti-xenofóbico. Porque o Departamento tinha uma noção muito concreta das necessidades do povo brasileiro, das necessidades de capital estrangeiro e das necessidades de técnica estrangeira. Por exemplo, eu vou lhes dizer: até hoje as pesquisas geofísicas de petróleo são feitas por uma grande firma estrangeira, a Schulmberger. Toda a interpretação geofísica, os perfis de sondagens, e tudo, ainda são feitos, no momento, apesar de todo o crescimento da Petrobrás - se não estou enganado - , ainda são feitos por essa firma estrangeira, a Schulmberger. É uma firma européia, dali da Bélgica, Holanda, França, por ali...

C.G. - Por que isso, dr. Mário? Essa técnica é inacessível, ela é tão complexa assim que nós não possamos reproduzi-la?

M.P. - Roma não se fez num dia. E a senhora... Essa firma deve ter uma experiência de uns 80 anos em geofísica de petróleo. E nós ainda não tivemos ocasião de aprender e poder substituí-la. Ainda compramos know-how. Essa é que é a ver-

dade dos fatos, pelo menos no que eu sei. Como eu já estou algo aposentado das coisas de petróleo, não sei se estou sendo injusto com a Petrobrás, mas a minha impressão é que a Schulmberger ainda é contratada da Petrobrás até agora. Que é contratada eu sei. Agora, se a Petrobrás seria capaz de dispensá-la, não sei. Minha impressão é que não. Senão, não haveria razão para a Petrobrás pagar pesadas contribuições em moeda estrangeira.

Então, esse Estatuto do Petróleo, nós colaboramos na parte, vamos dizer, de política econômica. Nós da Produção Mineral, principalmente aquele grupo dos seis de que eu lhes falei.

M.Q. - Sei, o grupo de que nós falamos na primeira entrevista.

M.P. - É.

C.G. - É, o dr. Glycon de Paiva era o representante do DNPM no...

M.P. - Acho que foi. As senhoras estão numa posição muito superior à minha. [risos] Porque as senhoras me perguntam, e eu estou falando tudo de memória, não me preparei para verificar certas coisas que o tempo pode ter diluído e levado.

M.Q. - Ah, mas isso é perfeitamente compreensível. Não tem problema, não.

M.P. - É, é. Agora, depois desse Estatuto do Petróleo, veio a Lei da Petrobrás.

M.Q. - Sim.

M.P. - Aí é que eu lhes conto um episódio que apenas meia-dúzia de brasileiros poderia se referir a ele, que é o seguinte. Eu fazia parte da assessoria técnica do governo Getúlio. O chefe dessa assessoria era um oficial-de-gabinete do Getúlio, um baiano extremamente distinto, que é o Rômulo Almeida.

M.Q. - Sim.

M.P. - E eu fui trabalhar nessa assessoria, para acabar de rever o Plano do Carvão e também colaborar, com pequenas partes, no Plano Petrobrás, com pequenas partes no Plano Eletrobrás.

M.Q. - Ah, o senhor colaborou?

M.P. - Colaborei. Agora, o curioso - e isso as senhoras podem comprovar, é uma verdade histórica - é que o Getúlio, o presidente Getúlio, era contra o monopólio estatal. A lei que ele mandou ao Congresso para a criação da Petrobrás não falava em monopólio estatal. O monopólio estatal foi criado por udenistas dementados, e eu posso falar isso porque eu era udenista. Era uma gente que preferiu fazer mal ao Getúlio do que fazer bem ao Brasil. Então, houve um grupo de deputados udenistas, Gabriel Passos, Carlos Lacerda, Ferro Costa* e alguns outros, que introduziram no projeto da Petrobrás o monopólio estatal. E na intimidade - e isso é o que eu digo, apenas uns seis brasileiros conhecem esse fato - o Getúlio se referi à Lei da Petrobrás com desprezo. Ele chamava "aquela leizinha da UDN". Eu posso citar, se as senhoras quiserem confirmar isso, que tem importância política e histórica, os seguintes brasileiros: o Rômulo Almeida...

M.Q. - Pretendemos ouvi-lo também.

M.P. - E podem dizer que eu falei isso. [risos] E o Rômulo Almeida um dia - nós éramos bons camaradas, nos respeitávamos, intelectual e administrativamente - , ele me disse: "Mário, você não foi chamado para a primeira diretoria da Petrobrás porque conhecemos o seu horror ao monopólio esta-

* Por ocasião da votação no Congresso da lei que criou a Petrobrás nem Gabriel Passos nem Carlos Lacerda eram deputados. Quem apresentou emenda propondo o monopólio estatal foi Bilac Pinto.

tal." Então, como eu falei às senhoras, eu tenho um privilégio: ter tido várias vidas, várias atividades, de modo que eu não lamento não ter pertencido a essa primeira diretoria da Petrobrás por causa do meu horror ao monopólio estatal. Meu horror ao monopólio era de tal ordem... Pode ser um erro, mas eu penso que eu representava o interesse do povo brasileiro, com a minha opinião. Eu tinha direito a receber um certo número de ações da Petrobrás, que era o imposto adicional cobrado naquela ocasião sobre a venda de combustíveis, e eu não fui receber minhas ações, por protesto ético, contra a solução adotada. Hoje em dia não, que eu estou velho, e tudo, eu comprei ações da Petrobrás, sou acionista. Mas naquele tempo, eu joguei na lata do lixo as minhas ações porque tinha horror à idéia de monopólio, que eu acho que é extremamente antidemocrática.

C.G. - Dr. Mário a UDN...

M.P. - Agora, só para terminar. Como as coisas evoluem. Eu vi, alguns meses após, o presidente Getúlio, quando apareceu um suspiro de petróleo em Nova Olinda, chegar lá, banhar suas mãos no petróleo, e dizer: "Esse diploma de nacionalista ninguém me tira." Era uma hipocrisia e uma mentira, de modo que...

Fotógrafo - Até logo, muito obrigado.

M.P. - Divertiu-se até agora?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.P. - Mas, depois, ainda nesse papel de assistente técnico do presidente Getúlio, eu fui encarregado de acompanhar a tramitação do Plano do Carvão no Congresso. Plano do Carvão que já tinha dois ou três anos de idade, e que foi suplantado pelo da Petrobrás em poucos meses. Bem. Nessa ocasião, também - é uma outra coisa que vou lhes contar - o presiden

te Getúlio, que ouvia muito mais do que falava, me chamou para uma entrevista sobre o Plano do Carvão, do qual eu tinha sido o autor e representante do presidente Dutra e dele junto às lideranças parlamentares. E ele me chamou para me sondar se eu aceitaria ser presidente da Comissão do Plano do Carvão. Bem, conversamos, e ele não concretizou o convite. Tivemos uma conversa muito interessante, muito amável, de quase uma hora. Ele tinha um caderninho em que tinha escrito as perguntas que iria fazer e onde escrevia também a resposta, para se orientar.

M.Q. - Isso era um hábito do Getúlio, não é? Parece que ele fazia isso com todo mundo.

M.P. - É, é. Agora, curioso, que eu me lembro dele: ele era um homem baixo, um pouco rotundo e com um admirável ar de autoridade. É, chegava-se perto dele, e a gente reconhecia o chefe, o homem de carisma, mesmo que dele discordasse. Bem, um dia eu estava em minha casa, num sábado, um dia muito bonito - céu azul, como o de hoje - tinha voltado da praia e recebi a visita de um general, que tinha sido escolhido para presidente do Plano do Carvão. Era o diretor de matérias-primas da Companhia Siderúrgica Nacional, o coronel Pinto da Veiga, com quem eu não tinha nenhuma discordância. Nós nos respeitávamos. E ele me foi contar que tinha sido convidado para presidente da Comissão do Plano do Carvão e tinha recebido como primeiro encargo, dado a ele pelo presidente Getúlio, convencer-me a trabalhar com ele como diretor do Plano do Carvão. E eu respondi a ele, nessa ocasião: "Coronel, o dr. Getúlio não tinha o direito de me impor essa humilhação. Ele não tem nenhuma obrigação de me convidar para a presidência do Plano do Carvão, e o senhor tem mérito bastante para merecer esse convite. Agora, a minha aceitação teria duas interpretações: primeiro, de que eu sou um ambicioso vulgar, e que por alguns mil réis a mais ou alguma posição de mando eu aceitaria ser apenas seu auxiliar. Eu não mereço essa humi-

lhação que me estão tentando impor. Então, o senhor teria um auxiliar que seria discutido como um homem bastardo, vil que aceita humilhações dessa ordem. E a outra interpretação seria a de que eu fosse um patriota e um santo, e em homenagem ao país, aceitava a humilhação imposta. O senhor não precisa nem de santos, nem de demônios, nem de homens abastardados; o senhor precisa é de técnicos competentes que o ajudem. De modo que o senhor disse que veio aqui por ordem do presidente Getúlio. Eu queria que apenas o senhor me fizesse um favor." Ele disse: "Eu estou às suas ordens." Continuei: "Diga ao presidente Getúlio que eu não merecia essa humilhação, porque pelos serviços que eu prestei ao governo na tramitação do Plano do Carvão, levar isso a bom termo, eu mereceria pelo menos respeito. Então eu quero que o senhor dê esse recado." Ele: "Mas, dr. Mário, eu não posso fazer isso." Eu disse: "Bem, a escolha é sua. O senhor me disse que faria o favor. Se não pode fazê-lo, não é obrigado, mas se quiser me fazer o favor, faça saber essa minha reação. Eu não merecia esta humilhação." Bem, então isso é um outro aspecto.

[FINAL DA FITA 3-A]

M.P. - Bem, então, eu aí fiquei ainda no gabinete do dr. Getúlio, como assessor técnico. Era interessante, eu era o único assessor técnico: os outros eram oficiais-de-gabinete, ou pessoas colocadas à disposição. Eu não, eu era assessor técnico da Presidência da República. De modo que eu ajudei, um pouquinho, na Lei da Petrobrás, e um pouquinho na Lei da Eletrobrás.

C.G. - O senhor nos conta qual foi a sua participação na mensagem que a assessoria produziu para a Presidência, a mensagem 1.516, da Petrobrás.

M.P. - Bem, eu tenho lembrança desse tempo, de que o grupo da assessoria técnica do presidente, chefiado pelo Rômulo

Almeida, era de gente competente e dedicada. Essa é a lembrança que eu tenho. Eram, como eu disse, Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Ottolmy Strauch, o...

M.Q. - Inácio Rangel?

M.P. - O Inácio Rangel era, mas não com tempo integral. Ele ia lá de quando em vez. Eu não o admirava, porque eu o achava um homem demasiado da esquerda. Agora, também opinava de quando em vez o Lúcio Meira, que para mim era um homem comum, não tinha nada de especial. Agora, desse grupo, o homem realmente representativo era o Rômulo Almeida. O Rômulo Almeida era dedicado, não tinha interesses materiais, punha o serviço público acima até da harmonia conjugal. Era um homem de primeira, primeiríssima ordem. Me lembro também da senhora dele - que se chamava, se não me engano, dona Francisquinha - como uma mulher muito dedicada aos interesses do país e muito amiga do marido. Bem, agora, uma outra intervenção que é bom relatar foi a intervenção que eu tive para salvar o manganês do Amapá.

C.G. - Ainda dentro da assessoria?

M.P. - Dentro da assessoria. Um dia, o general Caiado de Castro, que era o chefe da Casa Militar, me mandou chamar e me disse que queria que eu estivesse no palácio às nove horas da manhã, para discutir o caso do manganês do Amapá. O manganês do Amapá tinha sido declarado reserva nacional e tinha sido posto em concorrência. E essa concorrência tinha sido adjudicada ao grupo da Icomi, chefiada pelo dr. Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Essa gente negociou empréstimos nos Estados Unidos e, principalmente, garantiu o comércio de exportação do minério manganês, trazendo como sócio da empresa a Bethlehem Steel. Bem. E um auxiliar da assessoria, não era assessor completo como os outros, o Neiva Figueiredo - que era meu amigo, tinha sido meu subordinado - tinha levado para o palácio do Catete, para a assessoria técnica, a idéia do monopólio de produção e exportação do

minério de manganês. E o general Caiado de Castro queria escutar a mim e ao Neiva Figueiredo sobre esse caso. Se ele levaria...

M.Q. - Um momentinho.

M.P. - Bem, o general Caiado de Castro queria se elucidar sobre o caso, para saber se, a exemplo do monopólio estatal que havia sobre o petróleo, se deveria fazer um monopólio estatal sobre o minério de manganês. E eu fiquei horrorizado com a idéia, porque tudo já estava programado: empréstimo obtido, sócio estrangeiro admitido, de modo que o manganês do Amapá, provavelmente dentro de mais três ou quatro anos daquela data, deveria funcionar. E com o monopólio, voltaria tudo à estaca zero. Então nós ficamos discutindo isso, Neiva de Figueiredo, eu e o general Caiado de Castro, de nove horas da manhã de um sábado de céu azul, ensolarado, até às cinco da tarde. Bem, e ao final eu tive uma vitória que eu julgo que foi uma vitória intelectual e brasileira. O general Caiado de Castro disse a nós dois, Neiva de Figueiredo e eu: "Dr. Neiva, o dr. Mário Pinto me convenceu. Vamos deixar as coisas como estão."

Então, eu digo às senhoras que se existe uma operação de exportação de minério que começou, se não estou enganado, em 1956, portanto há uns 21 anos,* que provocou a construção de uma estrada de ferro de duzentos quilômetros, entre a barranca do Amazonas, do braço norte do Amazonas, e a serra do Navio, que provocou a construção de um porto, de duas cidades, o melhor programa de assistência social do Brasil, que é esse do Amapá, da Icomi, eu tenho orgulho de dizer que talvez tenha sido eu o responsável pela benesse, ou pelo crime. Mas fui eu.

M.Q. - O dr. Neiva de Figueiredo, depois, mais tarde, foi

* Há 31 anos.

ser diretor da Petrobrás.

M.P. - É.

M.Q. - Como é que ele aceitou o cargo, se ele tinha posições assim próximas as suas, me parece?

M.P. - Não! Ele não tinha posições próximas. O Neiva Figueiredo era até meu amigo, porque nossas raízes são homólogas: ele é paraibano, e minha família é paraibana. De modo que nós tínhamos muita camaradagem, quase chegando à amizade, e uma completa incompatibilidade intelectual e política.

M.Q. - Ah, é?

M.P. - Completa. Ele tem seu valor, mas não tem a menor apreensão da realidade brasileira. Porque eu não sei se já lhes defini, eu me considero um homem da rua.

M.Q. - Um homem...?

M.P. - Da rua.

M.Q. - Ah, sim.

M.P. - E viajei muito por esse Brasil, do Amapá ao Rio Grande do Sul. E tenho uma grande pena da classe pobre brasileira, que é provavelmente de uns 30 milhões de brasileiros. Então, eu vejo esses brasileiros nascerem em lares pobres, de pais pobres, terem mau ensino, não conseguirem emprego, chegarem à idade madura, talvez, com obrigação de serem marginais. E tudo isso, por quê? Porque não se dá emprego ao povo. Então, para mim, tudo o que criar emprego, seja de investimento de capital nacional, seja de investimento de capital estrangeiro, corresponde a uma necessidade nacional, e a uma questão de solidariedade. Então, é uma posição raciocinada e uma posição de solidariedade. Eu tenho horror a que alguém, governo, pessoa, esmague qualquer empreendimento que iria criar empregos, por preconceito ideológico ou horror ao lucro. Eu acho que o brasileiro é um povo bom, cujo maior defeito - se é verdade, e isso existe, pode ser uma má interpre

tação minha — é o horror ao lucro. Eu não tenho horror ao lucro, não tenho inveja de ninguém. Quanto mais se lucra, mais imposto de renda se paga, mais emprego se criou. Então, a minha posição é uma posição sócio-econômica e política, raciocinada, decidida e definitiva, e isso vem desde a minha mocidade.

C.G. — Essa sua posição é muito mais próxima da posição que dentro do governo Getúlio foi defendida pela Comissão Mista. E no entanto, o senhor, nesse governo, está dentro da assessoria, que tem uma postura predominantemente nacionalista. Como é que o senhor se relacionava dentro dessa assessoria, defendendo posições diversas?

M.P. — Bem, havia um grande respeito mútuo entre os membros dessa assessoria. De modo que, provavelmente, em homenagem ao pouco que eu sabia sobre mineração e subsolo, e a alguns serviços prestados, ninguém implicava comigo. Tenho a impressão de que não concordavam, mas desculpavam o funcionário público que até então tinha cumprido o seu dever e que tinha direito a ter opiniões erradas. Então, não havia discordância nem incompatibilidade pessoal, apesar da grande dessemelhança de idéias.

C.G. — Mas isso em relação ao senhor pessoalmente. E a Comissão e a assessoria, como é que se relacionavam? Havia uma história de atritos entre elas?

M.P. — Não, não me lembro. Agora, a razão talvez porque eu não estivesse a par de tudo — a minha preocupação era levar o Plano do Carvão a cabo e obter aprovação do Congresso e a sanção presidencial —, a razão era a seguinte: porque nessa ocasião eu fazia o curso da Escola Superior de Guerra e era membro do Conselho Nacional de Pesquisas. De modo que... Nesse Conselho Nacional de Pesquisas, eu fazia parte de três comissões: Comissão de Química, Comissão de Geologia e Comissão de Administração Geral. De modo que eu ia ao palácio, ao anexo do palácio do Catete, todo dia, cumpria os meus deve-

res, mas não dava tempo integral porque tinha duas missões a mais: o Conselho de Pesquisas e o estudo na Escola Superior de Guerra, que eu fiz esse curso no ano de 51.

M.Q. - Uma das primeiras turmas, não é?

M.P. - A segunda.

M.Q. - Segunda turma, é.

M.P. - A segunda turma. Houve uma turma experimental no ano de 49, que fez um curso de três ou quatro meses para experimentar métodos, treinar o corpo permanente da Escola. E depois houve a turma de 50, que foi a primeira, e a turma de 51, da qual eu fiz parte. Ocasão em que eu tive oportunidade de conhecer grandes brasileiros e grandes militares.

M.Q. - Quem eram os professores lá? Havia professores americanos, militares, não é, coordenando...

M.P. - Não.

M.Q. - Coordenando o trabalho de organização da ESG?

M.P. - Professor americano, se houve, deve ter sido na turma experimental de 1949, adaptando os brasileiros à metodologia do High War College americano. Agora, os professores da Escola Superior de Guerra naquele meu tempo não eram membros do corpo permanente da Escola. O pessoal do corpo permanente analisava as conferências, classificava, e se aculturava, por assim dizer. Os conferencistas foram grandes brasileiros. Eu me lembro, por exemplo, de um homem que me impressionou fundamente, nesse tempo: foi o San Tia go Dantas, que fez três conferências seguidas sobre áreas estratégicas. E vinha gente de vários estados do Brasil, principalmente de São Paulo, e eram escolhidos pelo comando, pelo corpo permanente da Escola. Grandes brasileiros, que foram conferencistas. E eu tive colegas cujo conhecimento na ocasião me envaideceu muito. Por exemplo, eu tive como colega o Eduardo Gomes. Tive como colega o Macedo Soa res.

M.Q. - Exato.

M.P. - Que é meu colega até hoje na Confederação Nacional do Comércio.

M.Q. - É, estamos terminando de entrevistá-lo.

M.P. - É, é um homem excelente. Tive também como colega o Ju randir Mamede e alguns outros. E era comandante da Escola nesse tempo o general Cordeiro de Farias, homem de admirável qualidade intelectual e de cidadão.

C.G. - Dr. Mário, alguns dessas pessoas que o senhor está citando estavam envolvidas na questão do petróleo nacional. Como é que esta questão repercutia dentro da Escola?

M.P. - Como uma simples questão técnico-econômica a mais, sem nenhum aspecto político.

C.G. - Não era catalisadora, não?

M.P. - Não, não foi assunto polêmico na época, dentro da Escola. Tavez, por uma habilidade especial do Cordeiro de Farias, que queria primeiro afirmar a Escola, antes de a deixar se envolver em assuntos polêmicos. Mas eu me lembro, para as senhoras verem a habilidade que tinha esse comandante, general Cordeiro de Farias: eu fui convidado em outubro de 51 para comparecer a um congresso de geologia de minas e mineração pan-americano - segundo congresso -, que se reuniu na Cidade do México, e do qual eu fui secretário-geral. Bem, curiosamente, no final do ano, a Escola era dividida em quatro grupos que iriam ter assuntos homólogos para resolver, escrever. E eu me lembro que eu fui chefe de uma turma - foi uma grande honra, eu estava chefiando generais, e uma série de coisas, eu, um pobre civil - sobre áreas estratégicas. Havia duas turmas, uma que iria descrever as áreas bolivarianas, quer dizer, o norte da América Latina, os aspectos de economia, de recursos naturais, de sociologia. E a outra que iria descrever a área san-martiniana, que era da Bolívia, Paraguai, Argentina até o Chile. O chefe de uma turma era o Ju

arez Távora, e o chefe da outra turma era eu. Então, eu não podia perder aquele congresso, que era uma ocasião de aperfeiçoamento profissional e intelectual. De modo que eu preparei tudo com a minha turma, distribuí os trabalhos por todo mundo, e a mim ficou escrever sobre os recursos naturais da área bolivariana, da área estratégica.

Bem, aí eu fui ao diretor de estudos, dizendo: "General, eu já distribuí o serviço, fui nomeado por decreto do presidente da República representante do Brasil nesse congresso, onde eu me demorarei três semanas. Voltarei a tempo de entregar o meu trabalho." Aí, esse diretor de estudos me respondeu: "A primeira virtude do militar, ou páramilitar, é a obediência a prazos, e a cronologia. O senhor não irá." Eu disse: "General, eu, apesar de aluno da Escola, tenho independência. Eu posso pedir desligamento, e eu irei ao congresso. Agora, se eu lá for como aluno da Escola, ou como desligado, eu apresentarei o meu trabalho." Ele disse: "Não nos interessa se for fora de tempo." Bem, aí eu encontrei... Saí evidentemente de rosto carregado, triste, e fui encontrado no corredor pelo então coronel Jurandir Mamede. Ele me viu e perguntou: "Que é que há, Mário? Por que você está assim alterado?" E eu contei. E ele disse: "Deixa que eu vou dar um jeito." E no dia seguinte o Cordeiro de Farias, em plena aula, disse que tinha uma comunicação a fazer: que a primeira coisa que ele exigia de quem trabalhava junto dos militares era a exatidão, era o cumprimento do dever a tempo e a hora. De modo que ele queria dizer que dava como prazo final para a entrega dos trabalhos uma data tal que era dali a um mês. De modo que ele, com o aspecto de quem estava passando um carão e estava censurando, me deu liberdade para eu ir ao congresso. Isso é para mostrar a habilidade que tinha esse homem. Não desprestigiou ninguém, repisou as palavras dos outros e me deu um prazo adicional ao findar do qual eu entreguei o meu trabalho, de volta do México. Eu estou contando essas coisas porque acho que têm

interesse geral.

M.Q. - Muito, muito.

M.P. - Por isso, são quase coisas anedóticas mas que definem pessoas.

M.Q. - E épocas.

M.P. - E épocas.

M.Q. - Dr. Mário, eu gostaria de perguntar também sobre as relações da assessoria com o ministério. O senhor falou que o ministério do governo Vargas...

M.P. - Bem, era... A minha impressão é que essa assessoria tinha um poder intelectual muito grande junto ao dr. Getúlio, e ela era autodisciplinada. De modo... O ministro da Agricultura foi o então deputado João Cleofas, e nunca houve incidente de monta do qual eu me recorde. Tanto que, eu lhes contei que decorrido um ano da minha demissão, o ministro Cleofas me mandou chamar para reassumir o posto. E a minha resposta foi que isso era casar de novo com a mulher de quem a gente se tinha divorciado. [risos] A gente precisava de novas experiências, e não de repetir as anteriores.

C.G. - Dr. Mário, a assessoria configurou, de qualquer forma, um esboço de planejamento estatal dentro do governo federal. Os ministérios não reagiam a isso? O planejamento não tolhia a liberdade de movimento, a autonomia desses ministérios?

M.P. - A minha impressão é que não. Porque havia um cuidado muito grande por parte do Rômulo Almeida e seus companheiros. E toda intervenção que se procurou fazer era uma intervenção persuasória. Não era uma intervenção nem de autoritarismo, nem de arrogância.

[FINAL DA FITA 3-B]

M.Q. - Estávamos então falando a respeito do final do governo Vargas.

M.P. - Esse governo Vargas, no final, houve uma decomposição administrativa, ética e moral. Uma anedota que eu conto, que tem relação com o Conselho Nacional de Pesquisas, foi que, numa determinada época, havia um colega nosso que estava se tratando de uma radiodermite na Europa. E numa sessão, o presidente, o almirante Álvaro Alberto, contou indignado que tinha recebido uma visita do Gregório, chefe da segurança do dr. Getúlio, pedindo para se dar uma bolsa para continuar o tratamento desse colega. Era uma radiodermite, e o almirante falou em pleno Conselho da humilhação que ele tinha tido, como oficial general, de receber um pedido de um capanga, e que ele tinha negado. Na sessão seguinte o almirante nos comunicou que o Gregório tinha voltado e tinha com ele negociado conseguir uma verba cinco a seis vezes maior do que o auxílio que ia ser concedido ao colega na Europa, e que ele, para bem do Conselho, tinha negociado e aceito a oferta e as condições do Gregório. Isso mostra, essa pequena anedota, mostra também o aspecto que estava tomando o Conselho Nacional de Pesquisas, e que foi uma das razões da minha renúncia, porque eu estava acostumado à disciplina de um serviço público, e não a uma interpretação de disciplina que seria apenas obedecer à vontade do chefe. Essa era a noção de disciplina que tinha o então presidente do Conselho de Pesquisas. A lei era ele, e só éramos disciplinados se obedecêssemos à tal lei. As senhoras hão de estar dizendo que eu sou um velho virulento, [risos] mas é preciso se contar a verdade, porque, provavelmente as senhoras vão entrevistar outras pessoas que terão lembranças inteiramente diferentes das minhas. Mas é conveniente que eu tente dizer-lhes a minha verdade, que não sei se é a verdade total.

C.G. - É o que nós queremos.

M.P. - Agora, ainda, uma anedota curiosa é que o presidente Getúlio fez uma visita a uma fazenda Jaraguá, em Mato Grosso, de um amigo meu, o general Américo Lúdice, e o Gregório dormia atravessado na porta do quarto do dr. Getúlio. Bem, e então, havia duas crianças, filhas do Américo Lúdice, a quem o Gregório disse que era amigo do dr. Getúlio, era a garantia do dr. Getúlio. E ele perguntou à mais velha: "Menina, você não faria o mesmo pelo seu irmão?" Ela Disse: "Eu, não, dava nele com porrete." [risos] O Gregório deve ter ficado um pouco desconsolado, por não ter conseguido impressionar os jovens na época.

Bem, agora, há um aspecto da minha vida do qual eu tenho muito orgulho, e que foi provocado pelo dr. Luís Simões Lopes, nosso presidente na Fundação e meu amigo pessoal. Eu tenho a lhes dizer que, quando diretor do Laboratório, e diretor-geral da Produção Mineral, eu não conhecia o dr. Luís Simões Lopes, que era presidente do DASP, e eu, simplesmente pelo dever cumprido, e pelas obras que esses órgãos estavam fazendo, eu consegui um apoio completo do DASP. Quando assumi o Laboratório, em 1948, ele tinha seis ou oito técnicos, e devido ao apoio admirável dado pelo presidente do DASP - o dr. Luís Simões Lopes - , quando eu deixei o Laboratório em 1948, eu o deixei com 110 técnicos. E, além da sede aqui no Rio, com três laboratórios estaduais, um em Criciúma, para o carvão, outro em Belo Horizonte, para minérios de um modo geral, e outro em Campina Grande, Paraíba, para minerais estratégicos, controle de exportação. E tudo isso eu consegui devido ao inestimável apoio do presidente do DASP, de quem eu hoje sou amigo íntimo, e que na ocasião era apenas um grande administrador. Não foi preciso influência política, não foi preciso nada, foi apenas a demonstração do dever cumprido. Tenho muita gratidão e muita admiração por um homem que apoiou na ocasião um moço quase desconhecido. De modo que eu não falo só mal, falo bem, também. [risos]

C.G. - Dr. Mário, em 55 o senhor se tornou professor de planejamento e desenvolvimento econômico da CEPAL.

M.P. - Isso foi um pequeno intervalo, porque foram... Houve um curso de desenvolvimento, para o qual me deram a honra de me chamar, mas isso durou apenas um ano. Nessa ocasião eu já era professor de metalurgia na universidade, na Escola Nacional de Química, no curso de engenharia química. E também tive uma ligação muito grande com o Banco Interamericano, do qual fui auditor, apesar de mero engenheiro. Fui chamado, com o ministro de Economia do Chile, e um ex-ministro da Fazenda da Argentina, para fazer uma auditoria no Banco Interamericano, e tentar explicar as razões do insucesso de alguns projetos. Os dois ministros não foram, e acabei eu sozinho em Washington, tendo que fazer essa auditoria. E, na ocasião, eu tive oportunidade de perceber - porque eu era da Carteira do Comércio Exterior - , de perceber que os fracassos do Banco Interamericano vinham da falta de acompanhamento dos projetos. Eles davam o dinheiro e não acompanhavam a aplicação. De modo que, sozinho, eu apresentei o resultado de minha auditoria. O diagnóstico que eu fazia é que o Banco era como que uma sociedade beneficente : entregava os empréstimos e não fazia o follow up, o acompanhamento. E como resultado disso, o Banco mudou sua estrutura e pôs auditores regionais para acompanharem os financiamentos hoje concedidos.

C.G. - Quando foi isso?

M.P. - Isso foi...

C.G. - Final dos anos 60?

M.P. - Não, foi em 1962.* Bem, agora, quando a senhora se referiu ao ensino que eu dei no curso da CEPAL, eu era che-

* Esta auditoria foi feita em 1967.

fe do Departamento de Projetos do BNDE, então diretor interino, e dentro das minhas convicções, eu tratei de alertar o auditório, os alunos, contra a xenofobia econômica. Para a necessidade de exportar, de criar divisas, de criar empregos. E eu tive o desagrado, na ocasião, de ver que um diretor do BNDE — vou dizer-lhe o nome, Cleanto de Paiva Leite — foi aos meus alunos para dizer que as minhas opiniões não eram necessariamente as opiniões do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

M.Q. — Aproveitando essa oportunidade, como é que o senhor foi para o BNDE?

M.P. — Eu fui para o BNDE pelo seguinte motivo: eu era companheiro do Roberto de Oliveira Campos. Nós tínhamos sido... Tínhamos trabalhado juntos, em fim de... Na Cacex, na administração Simões Lopes. O dr. Simões Lopes foi chamado para ser diretor da Carteira de Exportação e Importação, antiga Cexim, hoje em dia Cacex. Ele era amigo pessoalíssimo do dr. Getúlio e foi chamado para diretor da então Cexim em 1951, no começo do governo Getúlio. E ele percebeu que nesse ramo do Banco do Brasil não havia nenhum controle técnico ou de política econômica. E resolveu constituir uma assessoria, de engenheiros e economistas. Então, os engenheiros, que eram assessores técnicos dele, foram o Henrique Capper Alves de Sousa, de quem eu já falei na entrevista anterior — foi um dos maiores engenheiros que eu conheci —, o Eros Orosco, que tinha sido do Instituto Nacional de Tecnologia, e eu. E os assessores econômicos foram o Roberto de Oliveira Campos, o Garrido Torres e o Rafael Xavier. Então, esse grupo era responsável diretamente perante o diretor da Cexim, e ele nos distribuía os grandes problemas do Brasil. E nós fomos responsáveis pelo programa de substituição de importações e de começo de industrialização do Brasil, da década de 50. De modo que daí nasceu a minha amizade íntima com Roberto Campos, embora eu já tivesse tido contato com ele por ocasião da discussão do Plano do Carvão, no Conselho Nacio

nal de Economia. De modo que nós tivemos compatibilidade ideológica, compatibilidade de interesses, e ficamos amigos.

E no ano de 57, houve um congresso da CEPAL em La Paz, e o chefe da delegação brasileira foi o Roberto Campos. E eu fui chamado também, como delegado brasileiro, e fiz uma viagem até La Paz, e inclusive, depois, dentro da Bolívia, até o Observatório de Chalcataya, de raios cósmicos etc. E nessa ocasião, o Roberto Campos, que era diretor superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e meu antigo companheiro no Banco do Brasil, na Cexim, me convidou para assumir o Departamento de Projetos no BNDE. E eu disse: "Roberto, está faltando um ano para a minha aposentadoria, se você puder esperar um ano, daqui a um ano eu aceito o seu convite." O convite foi um convite aéreo, porque foi feito a três mil metros de altura, dentro de um avião. [risos] Bem, então, daí decorreu esse prazo, esse interregno de um ano, eu me aposentei e, quatro ou cinco dias depois de ter saído meu decreto de aposentadoria, assumi a chefia do Departamento de Projetos do BNDE, onde eu fiquei uns dois anos.

Tenho uma lembrança mista desse tempo do BNDE. Já mais vi um órgão tão indisciplinado intelectualmente quanto o BNDE do tempo que eu lá estive. Basta dizer que eu cheguei no Departamento de Projetos e encontrei um port-folio de mais de mil projetos sem estudo e sem despacho. A razão era a seguinte: havia um grupo esquerdista muito forte, eu encontrei no BNDE um grupo esquerdista muito forte que tomava a lei em suas mãos. Quando eles não concordavam...

C.G. - Quem eram essas pessoas? Quem era esse grupo?

M.P. - Eu acho que aí, alguns se tornaram meus amigos com o tempo e fizeram sua viagem a Canassa. Já não mais são esquerdistas e ocupam posições de responsabilidade, em empresas estatais, na iniciativa privada, de modo que eu peço para me dispensarem [risos] de dar-lhes os nomes desses.

M.Q. - Celso Furtado?

M.P. - Eu conto os pecados deles.

C.G. - Está bem.

M.P. - Que eram tomar a lei em suas mãos. Quando eles antipa-
tizavam com um candidato a empréstimo, eles congelavam o pe-
dido e guardavam na gaveta. Eu encontrei uns mil processos
em atraso, e...

M.Q. - Esse congelamento se dava num departamento?

M.P. - No Departamento de Projetos.

M.Q. - Certo.

M.P. - E também em grupos de trabalho.

M.Q. - Ah, sim.

M.P. - Também.

M.Q. - Quer dizer, quando conseguia chegar ao Conselho de
Administração, que era quem decidia, é porque não havia...

M.P. - Nunca conseguia chegar.

M.Q. - Mas os que chegavam é porque não havia oposição.

M.P. - Porque não havia oposição. Então, eu não sou um ma-
ta...

C.G. - Essa oposição, era uma oposição a partir de uma pos-
tura em relação ao capital internacional na economia brasi-
leira, basicamente?

M.P. - A partir da postura contra o capital internacional e
contra o capital privado brasileiro, tudo. Eram estatizan-
tes. Então, eles guardavam dentro da gaveta. O que eu acha-
va uma completa traição ao cumprimento do dever. A gente
tem o direito de ser contra, mas não tem o direito de ocul-
tar um documento à decisão dos responsáveis finais. Então,
eu dei no Departamento de Projetos um prazo de três meses
para a limpeza de gavetas, o que eu consegui fazer. No fim
de três meses, com parecer favorável ou contrário, não ha-
via mais projeto atrasado dentro do Departamento de Proje-

tos, e isso eu...

M.Q. - O senhor entrou em 58, não foi?

M.P. - Em 58, sim senhora. O convite do Roberto Campos foi feito em 57, e eu assumi em 58. Agora, eu vou lhes contar uma anedota curiosa: um dia me visitou o Mário Ludolf, que era presidente de uma companhia de cerâmica, e queria ampliar a sua fábrica de azulejos e cerâmica aqui no Rio. E ao mesmo tempo, o governo brasileiro na ocasião estava inaugurando um programa de casa popular. As condições necessárias para se obter financiamento do BNDE, na época, eram enquadramento e prioridade. Enquadramento é para definir se a indústria era indústria pesada.

C.G. - A teoria dos pontos de germinação do Roberto Campos.

M.P. - É. E prioridade é se havia necessidade econômico-social nacional de desenvolver aquela indústria. Então, o Mário Ludolf foi a mim, disse qual era a pretensão dele, e eu disse: "Ô Mário, eu acho que se enquadra, porque a fabricação de azulejos exige uma operação de mineração para a obtenção do caulim, depois misturadores, depois as prensas — são equipamentos pesados — e depois o forno de cozimento, e depois ainda o recozimento com esmalte, de modo que eu acho que é uma indústria, praticamente uma indústria pesada. E como estão fazendo aí esse programa de casa popular, vai se precisar de azulejo para cozinha, copa e banheiro. De modo que é a minha impressão. Agora, eu aconselho você, em vez de gastar dinheiro com um projeto, você dirija uma carta-consulta ao Banco, que é fácil: você expõe só em duas ou três páginas de papel, e a resposta sendo favorável, como eu espero, aí você faz o projeto e oficializa seu pedido de financiamento."

Bem, passam-se dois meses, e o Mário Ludolf volta a mim e me diz: "Ô Mário, você até agora não me deu resposta." Eu digo: "Mas Mário, você não me consultou, não mandou a carta." Ele disse: "Não, senhor, mandei, dei entrada, protoquei aqui." Eu digo: "Deixa eu ver." Chamei o Encarrega-

do do protocolo e perguntei: "A Companhia Cerâmica Carioca entregou alguma carta aqui de consulta?" Ele disse: "Entregou sim, doutor." Eu digo: "E como é que até agora não me veio às mãos?" Ele disse: "Ah, doutor, é que fulano..." É que, por definição estatutária, o chefe do Departamento de Projetos podia ser um engenheiro, e o substituto tinha que ser um economista. Então eu encontrei um economista como substituto e deixei, porque nada tinha contra ele. Ele disse: "Porque dr. fulano " - já é morto, coitado - "me deu ordem para não entregar ao senhor nenhum papel antes de passar pela mão dele." Eu digo: "Bem..." Acho que se chamava, esse encarregado do protocolo, tinha um nome esquisito, Arquimino, ou uma coisa assim... Eu digo: "Senhor Arquimino, o senhor vai buscar esse papel onde estiver, que eu vou despachar na frente do dr. Ludolf." Então ele foi, remexeu na mesa do meu substituto e me trouxe o processo. E, aí, eu, na frente do Ludolf, dei um parecer de dez linhas reconhecendo enquadramento e prioridade. Digo: "Está bem, está aí para você."

Bem, aí, chega à tarde o meu substituto, e diz: "Dr. Mário, o senhor não gostou de uma atitude minha e eu lhe devo uma explicação: como seu substituto, eu preciso estar a par de tudo, para poder substituí-lo nas suas ausências." Eu digo: "Doutor, eu acho curioso que o senhor substituto tenha que estar a par de tudo, e eu, titular, não tenha direito a ficar a par de coisa alguma." [risos] Ele disse: "Estou vendo que o senhor discorda de mim, e eu então queria pedir dispensa do cargo." Eu digo: "Seu pedido está aceito."

[FINAL DA FITA 4-A]

M.P. - ... Roboré.

M.Q. - Mas esse é um momento muito importante, porque é o

momento em que o governo Juscelino está implementando o Plano de Metas, com base no binômio energia e transporte, e colocando em funcionamento também toda uma estrutura de poder paralela, através dos grupos executivos, onde o BNDE tinha assento.

C.G. - E ele também era membro do Conselho de Desenvolvimento.

M.Q. - E o senhor era membro do Conselho de Desenvolvimento também, não é?

M.P. - Fui.

M.Q. - Primeiro, gostaria de saber se esses membros representantes do BNDE eram nomeados diretamente lá pela Presidência, pelo Conselho, ou se a indicação vinha do chefe do Departamento de Projetos. Como é que eram nomeados esses representantes que iam para os conselhos executivos?

M.P. - No máximo poderia haver conversa com os chefes de departamento. Mas a responsabilidade pela designação ou era do presidente de então, que era o Lucas Lopes, ou era do diretor superintendente, que foi o Roberto de Oliveira Campos.

M.Q. - Sei.

C.G. - Como é que o senhor foi nomeado para o Conselho de Desenvolvimento?

M.P. - Tenho uma nova anedota a contar, que motivou meu profundo desaponto com o presidente Juscelino Kubitschek. Eu acredito que a minha nomeação para o Conselho de Desenvolvimento tenha sido devida à indicação do Lucas Lopes e do Roberto Campos, que tinham grande acesso ao presidente Juscelino. E até hoje me lembro da minha decepção - que eu sou um homem sério - , porque eu fui tomar posse no palácio do Catete, um grande salão, no posto de membro do Conselho de Desenvolvimento, e estava ao lado do presidente Kubitschek o então ministro, e depois embaixador, Edmundo Pena Barbosa da Silva, que soprou no ouvido do presidente Kubitschek

quem é que estava chegando. Eu era professor, antigo diretor-geral, um homem de quê? 45 ou 48 anos, um homem que, se estava escolhido para ali, era por serviços anteriores e pela minha respeitabilidade técnica e administrativa. E, de repente, quando eu chego, o presidente Kubitschek me abre os braços, como prefeito de Diamantina: "Ô Mário, que prazer em ter você aqui!"

M.Q. - É?

M.P. - Eu achei que aquela falsa fórmula de cortesia era um completo desrespeito ao cidadão Mário Abrantes da Silva Pinto. Ele não me conhecia e não precisava fingir cordialidade. Era uma hipocrisia política da qual eu tive nojo no momento. Ele tinha que me acolher como professor, demonstrar o prazer em me conhecer e me dar posse. E não fingir uma intimidade que ele não tinha. Porque ele não me seduziria com artimanhas de prefeito de Diamantina. [risos]

C.G. - Dr. Mário, esse momento é crucial no processo de industrialização brasileira. O senhor está saindo de um governo, o governo Getúlio Vargas, que tinha um projeto de desenvolvimento baseado num modelo muito mais nacionalista do que o projeto do governo Juscelino.

M.P. - Eu não tenho essa opinião, nem essa lembrança. O Programa de Metas do governo Juscelino serviu como uma definição de sonhos. Foi um plano onírico, sem o menor valor técnico-econômico. Eu vou lhes contar uma coisa pequena de que eu me lembro. Eu conheço bem a indústria de alumínio, como professor de metalurgia que fui, e como, talvez, o descobridor de minérios de alumínio no Brasil, em Poços de Caldas. Talvez. O que estava definido no Plano de Metas como ambição alumínica do Brasil só foi atingido uns 15 ou 20 anos depois. Aquilo tudo era um sonho. Eu fiz um trabalho aqui, na Consultec, para a Universidade de Harvard, de análise do Programa de Metas, que foi feito por um cunhado do Roberto Campos, sobre papel e celulose. E tudo que figurava no Pla-

no de Metas era onírico, não havia nenhuma ligação entre as ambições, as matérias-primas necessárias, a energia necessária e o dinheiro necessário.

C.G. - Mas até...

M.P. - Era mera expressão de sonhos e de dialética demagógica, para obter votos. Essa é a lembrança que eu tenho do Plano de Metas.

C.G. - Mas apesar disso, alguns sonhos foram cumpridos.

M.P. - Com muita diferença. O país é um país emergente, tem que crescer, indústrias têm que surgir. Vou lhes contar uma outra coisa curiosa. As senhoras são capazes de pensar que a indústria automobilística se deve ao governo Juscelino.

M.Q. - Não, não. Foi já no governo Vargas, Lúcio Meira organizou...

M.P. - Café Filho...

M.Q. - Organizou aquela comissão...

M.P. - Não, Lúcio Meira não teve nada com isso...

M.Q. - O grupo...

M.P. - Lúcio Meira era um mero ambicioso, que queria penetrar na indústria automobilística para se promover a si próprio. A indústria automobilística nasceu no governo Café Filho. Eu era assistente industrial da Cacex, e apareceu - nessa ocasião o mercado brasileiro já estava maduro - e apareceu a Mercedes Benz, representada por um antigo general polonês, o Jurzykowski. Então, nesse ano de 55, fins de 54, apareceu a Mercedes Benz e o Jurzykowski, querendo fundar uma grande fábrica de caminhões e automóveis, que acabou sendo fundada, e que foi a Mercedes. Bem, então, o Brasil estava numa grave crise cambial, era ministro da Fazenda o professor Eugênio Gudín. E, então, eu fui encarregado, eu, Mário da Silva Pinto, fui encarregado de negociar com a Mercedes Benz a transformação do que eles queriam, que era capital

de empréstimo, em capital de risco. Porque o Brasil estava numa crise cambial e não poderia dar-lhes a garantia de reembolso de um investimento de 40 a 50 milhões de dólares na época. Então, eu discuti na época... E quem era o representante da Mercedes Benz era o Tadeus Skrowonski, antigo ministro da Polônia, embaixador da Polônia no Brasil. Eu discuti com ele e disse que a única forma de eles conseguirem instalar a usina, a indústria automobilística que eles pretendiam, no caso de ser investimento de capital estrangeiro, era pela Instrução 113, que tinha sido baixada pela Sumoc no tempo do dr. Gudin, ministro Gudin. Eles levaram umas três semanas discutindo comigo, eu como plenipotenciário brasileiro, por assim dizer, e aceitaram as condições que eu transmiti a eles em nome do governo brasileiro. E, aí, a Mercedes Benz foi criada como investimento de capital estrangeiro, e não como empréstimo. Bem, e nessa ocasião então nós resolvemos disciplinar as condições para o estabelecimento de outras indústrias automobilísticas no Brasil. E foram autores dessa instrução da antiga Superintendência da Moeda e Crédito três pessoas: o Arnaldo Blanc, que chegou a ser presidente do Banco do Brasil no começo do governo Castelo Branco; o João Gustavo Haenel, que era um assistente técnico da Cacex, como eu, em São Paulo, e eu. E nós três, então, organizamos a instrução da Sumoc para disciplinar a instalação da indústria automobilística em investimentos e empréstimos. Bem, isso foi nos fins de 55. Esse documento... Não, foi fins de 54, começo de 55. Esse documento foi levado ao professor Gudin, então ministro da Fazenda, que não conhecia na ocasião nem a mim, nem ao Arnaldo Blanc nem ao João Gustavo Haenel, e ele pediu o parecer do Glycon de Paiva, nessa ocasião. E o Glycon de Paiva afiançou a honorabilidade administrativa, técnica e econômica dos três organizadores da instrução da Sumoc, e isso foi aprovado pelo governo.

M.Q. - Isso em 55, não é?

M.P. - Começo de 55. Bem, então o curioso... Se a senhora ti ver curiosidade... Não é distante, aí no edifício da Cacex, no vigésimo andar, tem um museu do Banco do Brasil e da Cacex, e a senhora encontra a oferta do primeiro bloco-motor de caminhão diesel, feito no Brasil pela Mercedes, ofertado com uma placa de prata à Cacex antes de o Juscelino tomar posse.

M.Q. - Pouco depois da posse dele também houve uma inauguração, não houve, não?

M.P. - O que houve foi o seguinte: o Lúcio Meira tinha uma grande ambição de ser capitão da indústria e percebia o interesse da indústria automobilística para o Brasil. E ele transformou a instrução da Sumoc em decreto administrativo, ipsis literis o que a Sumoc fez. E que não leva nem o meu nome, nem do Arnaldo Blanc, e nem do João Gustavo Haenel.

M.Q. - É, eu já tive oportunidade de conversar com o dr. Lúcio Meira e ele se atribui a paternidade da indústria automobilística e da indústria de construção naval.

M.P. - Ele fala 50% da verdade. A indústria de construção naval pertence a ele, sem dúvida. Sem dúvida pertence a ele. E a indústria automobilística, ele apenas fez batizar, sob forma de decreto presidencial, aquilo que tinha sido elaborado pela Superintendência de Moeda e do Crédito. E se a senhora tiver curiosidade, o Eros Orosco, que foi secretário, já é morto, coitado, foi secretário do grupo...

M.Q. - Do GEIA.

M.P. - Grupo Executivo da Indústria Automobilística, e era amigo pessoal do Lúcio Meira, ele fez um trabalho para a Consultec, em 1960, para a Universidade de Harvard, sobre a indústria automobilística - um desses volumes aí -, e o Eros Orosco conta a verdade. Apesar de secretário executivo...

M.Q. - Mas ele saiu, não é? Porque quem o substituiu foi o

Lucas Lopes, não foi? Não, não, não foi o Lucas, não foi. Mas ele saiu seis meses depois, ele não ficou o tempo todo, não. Houve um substituto.

M.P. - Houve um substituto do Orosco como secretário executivo. Eu acho que foi o Latini.

M.Q. - Latini, exatamente. Exatamente.

M.P. - Mas o Lúcio Meira continuou agarrado à sua importância de padraço da indústria automobilística.

M.Q. - É, ele atribuía isso também ao papel dele na Comissão de Jipes e Tratores, uma comissão que foi criada, a CEI MA, que ele diz que é vamos dizer assim, um precursor do GEIA.

M.P. - É, ele foi um homem de influência.

M.Q. - Sim, sem dúvida.

M.P. - Mas o que a senhora pode realmente atribuir a ele é a criação e o fomento da indústria naval.

M.Q. - O senhor, como chefe do Departamento de Projetos do BNDE, acompanhou como se implementou tanto a meta da indústria automobilística... Não, a indústria automobilística, a crédito o senhor que pegou uma parte...

M.P. - É, muito pouca coisa.

M.Q. - Não, ainda não. E...

M.P. - Havia pedidos congelados da Ford e da General Motors.

M.Q. - A meta da indústria de construção naval, sim, não é?

M.P. - É, mas eu saí logo depois. E tem um certo interesse nacional a senhora saber os motivos de minha saída.

M.Q. - Gostaria de saber.

M.P. - Bem, em 1959 o Brasil tinha assinado com a Bolívia o Tratado de Roboré, em que a Bolívia dava ao Brasil o direito de pesquisa e lavra numa grande área supostamente petrolífera,

da Bolívia, na parte entre o Chaco — Chaco quer dizer aridez, planície árida — e o começo dos Andes. E até hoje, no máximo, o que Roboré deu foi gás. Não surgiu petróleo em Roboré. Então, o governo, na época, premido pela falta de divisas, pela dificuldade de importar petróleo, quis implementar esse Tratado de Roboré. E constituiu uma comissão para julgar as propostas, o trabalho em Roboré. Essa comissão foi por mim presidida no BNDE, e houve elementos de prol, como o depois ministro Nascimento e Silva — que era chefe do Departamento de Projetos —, economistas, engenheiros. E a nossa instrução, recebida oficialmente do governo, era de que não se podia aceitar nenhum registro de financiamento, porque a situação cambial do Brasil era dramática na ocasião. Quer dizer, quem fosse candidato a Roboré teria que ter financiamento estrangeiro, ou qualquer que fosse, ou teria que ter cruzeiros que se transformariam em divisas, porque provavelmente de dois terços a três quartos das despesas em Roboré teriam que ser feitos em moeda estrangeira. Então, eu presidi o grupo de trabalho que iria julgar as propostas para Roboré. Com essa instrução específica: quem quisesse trabalhar em Roboré, ou tem cruzeiros para transformar em dólares, ou tem que ter investimento a fundo perdido. Quer dizer, essa foi a instrução pessoal, por escrito, recebida, e que era uma condição muito natural, por causa da precariedade econômica do Brasil.

Apresentaram-se os candidatos, quatro candidatos. Eu me lembro de alguns: havia um de São Paulo, Oscar Hermínio, havia o Antônio Sanches Galdeano, e mais dois — eram quatro candidatos —, e eles não se tinham adaptado bem às condições do edital. Então, eu propus que o nosso grupo desse a eles mais um mês para eles pensarem no assunto e verem se podiam se enquadrar, obtendo cruzeiros ou moeda estrangeira. Bem, e aí, quando passou um mês, dois se adaptaram e dois não. Esses dois tinham que ser desclassifica-

dos por força das instruções recebidas, que não tinham sido inventadas pelo grupo de trabalho, eram instruções recebidas por escrito do governo, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda, do... Bem, então, dizem que quando chegou no dia — isso foi o Antônio Sanches Galdeano, que depois me pediu perdão, alguns anos depois — eu dei um murro na mesa e disse: "Nem mais um minuto!" — o que estaria em discordância com o meu modo de ser, com a educação que eu recebi de meus pais.

Bem, mas foi feita a classificação, foi dado o parecer, e isso foi mandado para os órgãos superiores do Banco: Superintendência, Presidência, e Conselho Técnico. E o curioso é que o único Judas de tudo isso foi o presidente do grupo, Mário da Silva Pinto. Eu tive que responder a uma comissão de inquérito na Câmara dos Deputados, presidida pelo Gabriel Passos, em que me inquiriram um dia por mais de seis horas. E até hoje, faz... Eu me lembro, já há alguns desaparecidos, nacionalistas, que fizeram parte do grupo... Ninguém foi me assessorar na comissão de inquérito da Câmara dos Deputados. Eu fui lá sozinho, como lobo solitário, para dar explicações sobre o petróleo de Roboré. Fui inquirido duas vezes e dei essas explicações de que o grupo não podia fugir às instruções recebidas. E na segunda vez eu fui argüído pelo Carlos Lacerda, que aí me perguntou o seguinte: "O senhor foi presidente do grupo, eu sei que o senhor é contrário ao monopólio estatal. E o que seria da Petrobrás? Eu queria que o senhor me confirmasse ou me denegasse isso." Era presidente da comissão o deputado Gabriel Passos, por cuja memória não tenho nenhum encanto, e, aí eu disse: "Senhor presidente, eu fui convidado aqui para falar sobre o petróleo de Roboré e sobre as ações da comissão que eu presidi. Penso que não fui chamado aqui para explicar qual é minha posição ideológica em relação à Petrobrás. Eu queria antes de mais nada que Vossa Excelência me esclarecesse se eu sou obrigado a responder a essa pergunta do deputado Car

los Lacerda." O Gabriel Passos me respondeu: "Não, é assunto estranho à sua convocação." Bem, aí eu disse: "Senhor presidente, eu lhe agradeço essa liberação, mas eu vou responder ao deputado Carlos Lacerda. Ele precisa, para poder bem me interrogar, ele precisa bem me conhecer. Eu fui absolutamente contrário ao monopólio estatal, combati-o com veemência e com todas as minhas forças. Mas isso se tornou uma idéia-força no meio do povo brasileiro, e qualquer quebra do monopólio estatal significaria no momento um trauma nacional, então...

[FINAL DA FITA 4-B]

M.P. - Então eu acabei de responder ao então deputado Carlos Lacerda: "O monopólio estatal transformou-se numa idéia-força, de modo que eu não levantaria o meu dedo mínimo para, no momento, destruir o monopólio estatal. É preciso deixar a Petrobrás viver com ele 20 a 30 anos e depois, decorrido esse tempo, haverá condições para resolver com justeza. No momento, eu sou um homem absolutamente indiferente ao monopólio estatal." Bem, e assim...

C.G. - E o Lacerda?

M.P. - Como?

C.G. - E o Lacerda, o que lhe respondeu?

M.P. - O Lacerda me agradeceu. Ele foi polido comigo, embora me tivesse argüido durante quatro horas. Foi um exercício de resistência vocal e intelectual dos dois lados, para saber quem se rendia em primeiro lugar. [risos] Felizmente eu não me rendi. E saí sem muitas escoriações desse inquérito. Que me magoou muito, porque eu fiquei sozinho, no plenário de uma comissão de inquérito, e ninguém me acompanhou.

C.G. - Nas duas vezes?

M.P. - Nas duas vezes. A única companhia que eu tive foi de

uma secretária, com quem eu não tinha romance. [risos]

M.Q. - Dr. Mário, o Roberto Campos também foi violentamente atacado nessa questão de Roboré, não?

M.P. - Evidente.

M.Q. - Ele presidiu...

M.P. - Evidente. Primeiro, o Roberto Campos é um admirável polemista, esgrimista, sarcasta, e um homem profundamente racional. De modo que ele tinha colaborado na elaboração da política de Roboré, então tinha que ser vítima de ataques. Como até hoje ele é. Daqui a meio século vai se ver a figura carismática que é ele. Homem de primeira ordem. Agora, quando nós saímos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Lucas Lopes, que era ministro da Fazenda, Roberto Campos, que o tinha substituído na presidência do Banco, eu, que era um mero chefe de departamento e diretor interino, nós saímos porque não concordamos com a evolução que estava tomando a inflação no Brasil, com a politização dessa inflação e com a construção de Brasília. Então, nós três saímos e fundamos a Consultec, em 1959, setembro.

C.G. - Nesse momento, em 59, já eram visíveis os primeiros sinais da crise profunda em que mergulhou o país no início dos anos 60. Dentro do Banco isso já repercutia, quer dizer, notava-se uma diminuição nos projetos, na atividade de financiamento do Banco?

M.P. - Não, porque há uma inércia econômica. A senhora não começa um projeto e o apresenta no dia seguinte. Um projeto custa três, quatro, seis meses de trabalho, de modo que há, como dizem, uma inflação inercial, há um investimento inercial. Então eu, quando saí do Banco, que eu saí em setembro de 59, não tinha notado ainda nenhuma diminuição de atividade econômica, nem de investimentos. Em setembro de 59.

C.G. - Apesar disso, o senhor saiu por conta de alguns sinais dessa crise.

M.P. - Não.

C.G. - Como a inflação, por exemplo.

M.P. - Nós saímos por divergência sócio-econômica e política com os rumos que a inflação estava tomando, e com a construção de Brasília.

M.Q. - Juscelino rompeu com o Fundo Monetário quando?

M.P. - Não me lembro.

M.G. - Não foi nesse período, não é?

M.P. - Eu não me lembro. Agora, o que aconteceu, por exemplo, lhes conto uma pequena anedota: quando eu estava como chefe do Departamento de Projetos, apareceu um pedido da comissão construtora de Brasília para um financiamento para a usina hidroelétrica do Paraná, lá em Brasília, que era uma coisa suntuária. E eles não tinham capacidade de reembolsar o Banco. Então nós tivemos a coragem de dar parecer contrário a esse financiamento, que nunca seria reembolsado ao Banco. E acabou se compondo a situação, fazendo-se o financiamento a fundo perdido, por conta do Tesouro. Nós achávamos que o Banco não podia dar esse mau exemplo de financiar um projeto visivelmente aleijado, doente e incapaz de reembolsar. De modo que Lucas Lopes, como ministro da Fazenda, Roberto Campos, como presidente do BNDE, e eu, como diretor do Departamento de Projetos, demos um parecer contrário a isso, e eles acabaram se compondo com a Novacap, através do Tesouro Nacional. Mas não através do Banco.

M.Q. - Outro projeto que ao senhor também lhe causou muito desgosto foi o Projeto da Álcalis, não é?

M.P. - Ah, o Projeto da Álcalis é um caso teratológico. Teratológico! Aqueles administradores da Álcalis tomaram muita talidomida. [risos] Essa é minha opinião até hoje. E, infelizmente, ninguém gosta de ter razão à custa de seu país. Naquele caso quem tinha razão era eu. Não havia área para produzir o sal necessário, e o pagamento do petróleo torna-

ria o projeto gravoso sob todos os pontos de vista: fosse o ponto de vista em moeda nacional, fosse o ponto de vista em moeda estrangeira.

M.Q. - Esse foi um elemento interessante, porque era o processo que era adotado para a obtenção do sal, que era um processo americano de imersão submersa.

M.P. - Combustão submersa.

M.Q. - É, combustão submersa.

M.P. - A combustão submersa é uma tolice. A senhora injeta num reservatório que tenha salmoura e cloreto de sódio: salmoura de sal marinho. A senhora injeta uma chama, e essa chama atravessa a massa d'água, deixa o seu calor, e sai vapor. Então, é no fundo uma caldeira de baixa pressão. A quantidade que ia se gastar de combustível era superior à compra direta de sal estrangeiro, ou então obtido em salinas à beira-mar, ou então à compra direta de barrilha. A Álcalis fez uma coisa curiosa: o único jeito que ela teve de sobreviver foi conseguir o monopólio de importação de barrilha estrangeira, porque então ela fazia uma média de preço entre a barrilha estrangeira barata e a barrilha cabofriense extorsiva. Foi assim que ela se defendeu, em 25 anos. As senhoras exigem, e eu digo, porque esse privilégio de depor para a memória nacional perante uma entidade responsável é uma coisa de importância inigualável para o ego de cada um, porque cada um de nós tem suas experiências, suas memórias, teve ocasião de colaborar, teve ocasião de acertar, e, quem sabe, de errar. De modo que eu imagino que daqui a 20, 30 anos, os que quiserem saber da nossa época, e que forem ao CPDOC, e que por acaso lerem o meu depoimento, serão capazes de dizer que esse tal Mário Pinto não foi tão ruim quanto parecia. [risos]

M.Q. - Dr. Mário, muito obrigada. Nós vamos continuar na próxima semana.

M.P. - Pois Não.

M.Q. - Mais uma entrevista.

M.P. - Pois não. Vai ser muita honra.

M.Q. - Muito agradecida.

[INTERRUPTÃO DE FITA]

3ª Entrevista: 23.07.1987.

M.Q. - Bom, dr. Mário, nós estávamos falando aqui sobre a Cacex. O senhor começou a falar fora do gravador, e gostaríamos que continuasse.

M.P. - Pois não. Deixe-me remontar ao começo. Esses engenheiros e economistas que eram assessores diretos do diretor da Cacex, eles tinham uma situação anômala, porque eles não pertenciam ao quadro do Banco do Brasil, e eram demissíveis ad nutum. Qualquer vontade do gerente ou do diretor, nós estaríamos fazendo outras coisas, mas não no Banco do Brasil. Mas procedeu-se bem, de modo que eu fiquei lá 26 anos. O Capper de Sousa ficou quase o mesmo tempo, mas ele foi um homem, coitado, que morreu...

M.Q. - Como era o nome dele mesmo?

M.P.; - Henrique Capper Alves de Sousa. Homem do mundo, e que eu tive uma honra muito grande de ser padrinho dele. Daí, a senhora vê, por livre escolha, que devíamos ser amigos, e éramos. E uma das razões dessa amizade é que aquele grupo de que eu lhe falei, que existiu no Departamento - Glycon de Paiva, Irnack Amaral, Sílvio Fróes Abreu, Luciano Jacques de Moraes, eu era o mais moço e mais modesto - nós nos comunicávamos pelo telefone pelo menos uma vez por semana, um com todos os outros, em permutações circulares. E ficávamos às vezes falando ao telefone, comentando coisas de mineração, exportação, horas. As mulheres achó que não simpati-

zavam muito [risos] com esse tipo de amizade. Mas nós procurávamos adivinhar o que ia acontecer e ajudar a plasmar os destinos do Brasil, no campo que nos cabia.

Esses assistentes, industriais e econômicos, acho eu que duram até hoje na Cacex. Reconheceram a utilidade e mantiveram esse grupo, de que de vez em quando, sai um, entra outro etc. Mas funcionários antigos do Banco achavam a situação irregular, porque nós não recebíamos gratificações, nós não recebíamos 13º salário, nada disso. Era o combinado mensalmente, seco. Bem, mas nós achávamos que aqueles lugares eram postos de observação admiráveis para se tomar o pulso do país, saber-se como ele estava progredindo. Não como esplanada, trampolim para negócios, não, mas para a gente ver como o país estava se saindo. Eu lhes contei também que nós fizemos o levantamento das quantidades de pareceres que tinham sido acolhidos pelo diretor e tinham ido para a Sumoc - para onde fosse - e que verificamos em conjunto - isso foi no primeiro decênio de prestação de serviços - que nós devíamos ter economizado para o Brasil de uns dois a três milhões de dólares. Modestos, no nosso canto, sem dar entrevista a ninguém e devorando processos. Então, antes de voltar ao célebre bloco-motor da Mercedes Benz, eu vou lhes ler dois a três pequenos trabalhos, para as senhoras terem uma noção do que se fazia naquele tempo.

C.G. - Antes disso, o senhor repete para nós o conceito dos números índices que os senhores implantaram como método na Cacex.

M.P. - Ah, não tem dúvida. Nós tínhamos que controlar o justo valor da maquinaria importada, como também o justo valor dos materiais que se exportassem. Então, nós criamos um conceito novo em economia aplicada e em controle de comércio, que foi o conceito dos números índices. Nós dividíamos o preço do material importado pelo peso, então dava um certo número de dólares ou cents por quilograma. Então, o mais barato de uma coisa dessas era uma maquinaria pesada, cons-

truída de aço, de aço carbono, médio teor. Agora, já uma maquinaria em que fosse necessário ter um aço mais puro, que no país de origem tinha sofrido nova oxidação, aí era mais caro. Mas então, nós tínhamos as nossas tabelinhas para ajudar nossa memória, e nós sabíamos. Quando vinha uma coisa: "Vamos ver o número índice." E nós fazíamos. E havia dois números índices: o número índice, o preço por quilograma do material que estava sendo importado, e o preço ou peso por unidade produtiva. Então, nós verificávamos também se aquele material, dividindo preço pela produtividade... Um moinho de trigo, por exemplo, para cem toneladas por dia. Nós dividíamos pelo peso total do equipamento, tinha um número médio índice e dividíamos. Se a capacidade garantida fosse de cem toneladas por dia de trigo moído, nós então sabíamos o preço por unidade produtiva. E isso foi uma trouvaille dos engenheiros brasileiros, foi uma coisa que permitiu fazer-se uma polícia técnica bastante efetiva, e eu não sei se já tiveram coragem ou curiosidade de contar em bloco o que nós teríamos evitado de manobras fraudulentas de câmbio, para exportação e para importação.

C.G. - Dr. Mário...

M.P. - Eu acredito que o conjunto desses engenheiros e economistas devam ter poupado ao Brasil no mínimo dez mil milhões de dólares.

C.G. - Esse método que os senhores implantaram foi encomendado por alguém, ou o senhor...

M.P. - Não, foi imaginação nossa. Nós...

C.G. - E uma vez elaborado, o senhor o ofereceu à direção do Banco.

M.P. - Não, nós fazíamos isso ao correr da pena em cada parecer. E isso acabou se espalhando e sendo um método hoje em dia aplicado pelo Banco, até para as operações no mercado interno. Eu devo lhes dizer que eu tenho muito boa lem-

brança do funcionalismo do Banco do Brasil. Era um pessoal extremamente dedicado, austero, e eles punham os interesses do Banco do Brasil acima de tudo. Era Deus no céu e o Banco do Brasil na terra. Tinham um orgulho! Agora, todos tinham lastro de conhecimentos gerais para acompanhar os engenheiros, mas muitos também se aperceberam rapidamente do método, viram como nós fazíamos as tabelas, e tudo, e passaram a aplicar isso hoje em dia: os métodos correntes na Cacex, que foram lançados em 1953 pelos homens convidados pelo diretor Luís Simões Lopes. Agora, se me permitem, para dar uma cor local, eu trouxe aqui um dos livros contendo os pareceres relativos ao ano de...

M.Q. — Cinquenta e cinco.

M.P. — Ao ano de 55. Então, nesse ano, eu dei no mínimo 250 pareceres. Um por dia de trabalho.

C.G. — Só para a Cacex?

M.P. — Só. Veja aí, tudo Cacex. Bem, houve um ano, o ano em que eu entrei, o ano de 52 ou 53, em que todo o controle de comércio externo ficou na minha cacunda, nos meus ombros. Foi um ano em que eu dei 760 pareceres. E pareceres entre uma página e 30, 40, 50. E depois abrandou, por força de um enfraquecimento geral das operações de comércio externo do Brasil. Bem, e porque esse trabalho é que eu disse que nós, em conjunto, devemos ter provocado uma economia para o Brasil de uns dez a doze mil milhões de dólares, por essa polícia técnica. Olha, quando eu falo dez a doze mil milhões de dólares, não atribuem toda a economia a mim. Eu era apenas um comparsa de um grupo bom. Mas, nesse ano, eu fiquei com um surmenage, que foi um ano aí, 57. O Capper de Sousa tinha ido para a presidência da Companhia de Aço Itabira, outro tinha ido para a Ferro e Aço de Vitória, outro tinha ido para o começo da Acesita, que era a Usina Siderúrgica na bacia de Santos, na bacia santista. Resultado: fiquei eu

sozinho. Então, não podia atrasar, era escrever, aplicar o bom senso. O que eu soubesse, desenvolvia. O que eu não soubesse, era uma opinião de bom senso. Então, aqui vou ler uns dois ou três pareceres e depois vou ler o parecer sobre a indústria automobilística. Vamos ver aqui, por exemplo... Por exemplo, tem esse processo curioso, eu vou lhes mostrar. No dia 4 de janeiro, eu dei o parecer número 1, dei o parecer número 2, dei o parecer número 3. Tudo num dia, a salvação era a taquígrafa, não é?

M.Q. — O senhor ditava diretamente?

M.P. — Ditava também. Depois dei o parecer número 4, em 4 de janeiro, e esse dia era um dia em que eu tinha que chegar em casa cedo, porque era aniversário da minha mulher. [risos] bem, 5. Cinco pareceres num dia. Agora, já de 5 de janeiro... Cinco de janeiro foi um, dois, três - três.

M.Q. — Um minutinho, que eu vou...

[FINAL DA FITA 5-A]*

M.P. — Pois não.

M.Q. — Pronto, dr. Mário.

M.P. — Eu vou lhes ler pareceres curtos. Um era sobre um pedido de cota de câmbio para importação de ferro manganês feito pela Companhia Siderúrgica Nacional. Então eu digo: "Senhor Assessor Técnico. Atendendo a solicitação verbal de V.S^a. para novo pronunciamento da Assistência Industrial sobre a pretensão da Companhia Siderúrgica Nacional para importar ferro manganês, a vista dos documentos enviados pela interessada, devemos adiantar que não há o que modificar no parecer contrário anterior. Ferro manganês de baixo carbono pode ser obtido nos mesmos fornos elétricos, mediante retra

* A fita 5-B não foi gravada.

tamento da liga em fusão com minério de manganês. Assim, os produtores nacionais podem, teoricamente, preparar ferro-liga dentro das especificações da Companhia Siderúrgica Nacional. Há somente a questão do preço aumentado para atender ao custo da descarboxação e o atraso nas entregas, o que motivou estar a Companhia projetando instalar dois fornos de 4.800 kw ampere e 2.500 kw ampere para produzir anualmente 11 mil toneladas de ferro-liga. Dessa forma, apesar da possibilidade teórica de percurso à produção nacional, reafirmamos a nossa opinião anterior favorável ao deferimento do [inaudível]."

M.Q. - Da importação do...

M.P. - Pois é. Da pretensão, que era essa. Agora, aqui tem um processo curioso. Para mostrar como a gente pulava de galho em galho.

M.Q. - Dr. Mário, posso lhe perguntar uma coisa? Quando caía a algum assunto assim que... Porque o senhor trabalhou muito com o sal, não é? Por exemplo, o senhor consultava outras pessoas do Departamento da Produção Mineral para fazer o seu parecer? Em assuntos em que o senhor tivesse menos...

M.P. - Não. Não. Eu me considerava um analfabeto com algumas idéias gerais. [risos] De modo que o parecer tinha que ser dado logo. Agora, num caso em que se tivesse um amigo, um conhecido com habilitação especial num determinado campo, nós recorriamos à amizade, mantendo sigilo, para obter uma opinião.

M.Q. - Porque o senhor havia dito que aquele grupo do DNPM conversava com o senhor pelo telefone.

M.P. - Ah, mas aquilo era permutação singular. Eu conversava com Sílvio Fróes Abreu, Sílvio Fróes Abreu conversava com Luciano, Luciano conversava com Glycon de Paiva, Glycon de Paiva vinha a mim. Era um prazer muito grande.

M.Q. - Conversavam sobre esses assuntos também?

M.P. - Também. Também. Agora, aqui tem um outro curioso: "A adulteração de lotes de columbita" - columbita é um mineral que também acompanha muito a tantalita. E é um material que serve para fins de prótese óssea, de muitas coisas. Então, os Estados Unidos e a Europa estavam importando columbita principalmente para fins médicos. Para fazer as chapas, as hastes etc., com que fazer próteses, para os soldados feridos. Muito bem. Então apareceu o seguinte: "Senhor Assessor Técnico. A firma Produco apresentou um memorando interno ao Exmo. Sr. Diretor em que um dos seus técnicos aventa a suspeita de estarem os exportadores brasileiros de columbita adulterando os lotes de minério destinados à exportação com substâncias minerais facilmente removíveis nos países de destino, a fim de ficarem incluídas em classe mais baixa de preço unitário, para cálculo do preço FOB. Posteriormente o comprador procederia à separação mecânica ou físico-química, no país de destino, enobrecendo o minério, e ficaria com dólares disponíveis para a venda ao câmbio livre, se assim o desejar." Era uma falsa adulteração. Bem. "É que as cotações de columbita dependem do teor em óxido de nióbio, de acordo com a tabela que anexamos. Assim, uma tonelada métrica de uma columbita de 35% de óxido de colúmbio tem o valor FOB de 2.050 dólares, enquanto uma de 75% alcança 6.270 dólares. A variação não segue uma lei linear simples. Mas sim uma função mais complicada que traduza maior facilidade de utilização de minério rico. Assim, um exportador poderia, em tese, e num caso extremo, diluir com material inerte, uma columbita rica de 75% de Cb_2O_5 , e de cada tonelada inicial de 6.260 dólares FOB, obter duas de 37%, no valor, cada lote, de 2.100 dólares. A diferença de 2 mil dólares entre o valor inicial FOB da tonelada de minério rico e o das duas toneladas de mineral adulterado representaria o estímulo para a fraude, face às diferenças da taxa de câmbio. No entanto, convém lembrar que essa quantia será desfalcada das despesas de frete, em desembaraço alfandegário e de rebene-

ficiamento. Além disso, qualquer operação de concentração e de purificação de minério implica em perdas, sendo raro obter-se uma recuperação de um material nobre superior a 90%. Bem apuradas as deduções, o estímulo não seria superior a mil dólares por tonelada de columbita rica. Em se tratando de exportação de pequeno vulto, não acreditamos provável que os exportadores se dêem a esse trabalho de adulteração, cujos modestos proventos teriam que ser divididos ainda com os compradores americanos. Essa foi também a reação dos doutores Irnack Amaral e Alberto Ericksen, antigo e atual encarregados do Departamento Nacional da Produção Mineral, dos serviços de controle de exportação de minério. Informaram-me que há cuidado especial na amostragem para a eliminação de eventual mistura. E que as análises feitas nos Estados Unidos pelos compradores nos laboratórios Ledoux têm concordado com as brasileiras. O baixo teor de alguns lotes de columbita provém ou da constituição intrínseca do minério, ou de não disporem, certos interessados, de instalação de beneficiamento. Apesar de discordarmos da essência da comunicação da Produco, reconhecemo-lhes méritos em agitar a questão e pô-la no tablado, pois as instalações de que o governo dispõe poderiam ser colocadas à disposição dos exportadores para concentração e enriquecimento dos lotes, quando a maturidade destes o permitir. Nesse sentido propomos a remessa do documento inicial do presente parecer ao Departamento Nacional da Produção Mineral."

As senhoras vêem o que que a gente tinha. Agora vamos à indústria automobilística. Aqui tem um parecer que eu dei na assessoria industrial sobre o pedido da Mercedes Benz, e como a Sumoc reagiu. Então, diz o seguinte: "Assunto: plano industrial - Ref.: fabricação de caminhões diesel - interessado: Mercedes Benz do Brasil - Processo Cacex - Gabinete do Diretor - 6.042/55. - Senhor Assessor Técnico. Atendendo à determinação do Exmo. Sr. Diretor e às instruções de V.Sa., convoquei o representante da Mercedes Benz para debater o

plano apresentado para a fabricação de caminhões diesel e adaptá-lo às disposições da Instrução 113" — é essa de importação sem cobertura cambial — às disposições da Instrução 113, às realidades cambiais. Como é do conhecimento de V.Sa., as duas reuniões realizadas, a última na presença de V.Sa., decorreram em ambiente cordial e de mútua compreensão, parecendo ter-se chegado a uma solução satisfatória. Cuidamos de início de verificar se o plano da Mercedes Benz se enquadra ou não nas exigências mínimas estabelecidas nos estudos da Comissão Industrial e do seu grupo especializado de trabalho, Subcomissão de Jipes, Caminhões, Tratores e Automóveis. Embora não se tenha constituído a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico, já instituída por decreto, prestamos especial atenção às características definidoras do caminhão nacional, para evitar um retrocesso. Felizmente o plano Mercedes Benz é ligeiramente mais avançado, pois pretende alcançar, em três anos, incluindo o motor, uma nacionalização de 80% de peso, enquanto o Conselho de Desenvolvimento Industrial estabelecia 65%. Também a nacionalização é mais rápida, pois no projeto geral iniciava-se com 20% no primeiro ano, ao passo que no plano Mercedes Benz alcança-se 50% ao fim de 12 meses." Era um projeto mais rápido. "Após os estudos procedidos, os interessados concordaram em executar o empreendimento sob forma integral de investimento de capital estrangeiro, não exigindo nenhuma cobertura cambial imediata ou diferida para a importação do equipamento. Outro ponto pacífico é que a importação de peças, partes complementares não fabricadas no país, far-se-ia no regime de licitação cambial. Em contrapartida, foi por nós julgado justo o seguinte conjunto de medidas asseguradoras dos legítimos interesses da firma e do país: a) colocação na primeira categoria das peças e partes complementares destinadas à fabricação do caminhão nacional e do motor nacional; b) cláusula de entidade mais favorecida, isto é, extensão à Mercedes Benz do Brasil de quaisquer favores

suplementares que venham a ser eventual e posteriormente concedidos a iniciativas do mesmo gênero por parte de firmas privadas; c) definição de que quaisquer favores concedidos à Mercedes Benz só serão estendidos a outras firmas caso estas apresentem planos de industrialização com características semelhantes: emprego de motor fabricado no país e nacionalização de 80% de peso, ao fim de três anos; d) obrigação da Mercedes Benz de levantar a taxa de nacionalização do caminhão acima do limite de 80% se qualquer firma do gênero vier a ultrapassá-lo, obrigando-se a igualar a melhor performance, sob pena de perder a condição de mais favorecida ao arbítrio do Conselho da Sumoc; e) sugestão ao governo para solicitar ao Congresso isenção de tributos alfandegários para a importação de equipamentos para a instalação da fábrica; f) concessão a posteriori e financiamento para importação na mesma proporção em que concessão análoga for eventualmente outorgada a projetos do mesmo gênero, verificando-se a relação existente, em outras iniciativas, entre investimento de capital estrangeiro, importação sem cobertura, e importação financiada. Continuação de cláusula de entidade mais favorecida, entre as do gênero, em qualquer novo sistema de importação que venha eventualmente substituir o regime de licitação cambial. Assim, para a concretização do empreendimento, é necessário que o Conselho da Sumoc se pronuncie sobre as condições enunciadas e que a Cacex emita licença para a importação sem cobertura cambial, dentro do [inaudível] e cujo valor CIF é da ordem de quatro milhões de dólares. Convém salientar que o projeto Mercedes Benz representa um aproveitamento inteligente do atual parque mecano-metalúrgico do país, pretendendo produzir um veículo nacional, aí incluir o motor, adquirindo muita coisa por essas firmas. Outro ponto a frisar é que, se a fabricação de autopeças nacionais progredir, e outras indústrias mecânicas pesadas se instalarem, crescerá a taxa de nacionalização até ser esta integral. Caso o conjunto das medidas preconizadas no item em si seja encampado pelas autor

dades, a Assessoria Industrial está à disposição, se for julgado útil, para colaborar na redação dos atos definitivos. Aproveito a oportunidade para agradecer a honra da missão cujo rápido bom êxito deve ser atribuído ao espírito de compreensão do representante da Mercedes Benz e à clareza das instruções recebidas de V.Sa."

C.G. - Nesse parecer o senhor está preocupado com o efeito de propagação da industrialização que a indústria automobilística poderia produzir. Mas o senhor poderia nos dizer em que medida a implantação da Petrobrás estimulou a chegada da indústria automobilística aqui? O senhor vê alguma importância do equacionamento da questão do petróleo no Brasil, com a implantação da Petrobrás, para a chegada da indústria automobilística?

M.P. - Olha, nós fizemos para a Petrobrás, três meses atrás, um trabalho que é o Balanço social da Petrobrás. Esta firma. O coordenador fui eu. De modo que eu devo ter sido perdoado muito aí no paraíso do petróleo porque não escondi nada de bom que tivesse a Petrobrás. Agora, a Petrobrás, de início, ela pecou muito. Não se zangue comigo. Ela pecou muito, porque o que ela queria era ganhar dinheiro. Então, ela cuidava muito mais de um posto de gasolina aqui na cidade do que um furo de sonda no Amazonas ou na Bahia. Quer dizer, quem fazer uma estatística para as profundidades perfuradas pela Petrobrás, em alguns anos, talvez nos 20 primeiros anos de existência da Petrobrás, a senhora fica espantada com a falta de antenas dos que dirigiram a Petrobrás nesse interregno. A Petrobrás preferia muito mais ganhar mais dinheiro vendendo gasolina, lubrificando carros, lavando, e tudo, do que perfurar. De modo que eu atribuo a grande surpresa que o Brasil teve, no ano de 73, com a elevação súbita dos preços de petróleo, à inércia e à ignorância da política econômica mundial por parte dos diretores da Petrobrás. Queriam muito mais ganhar dinheiro do que gastá-lo. Hoje em dia, não. Esse ho-

mem que dirige a Petrobrás é um dos maiores homens de indústria no Brasil, esse coronel Oziões Silva. É um homem lúcido, calmo, escuta muito mais do que fala, tem disciplina. Agora, o pessoal da Petrobrás... Iam para o campo fazer levantamento geológico, e tudo, e havia muito pouca sonda para furar. Agora, esse período de incessante pecado da Petrobrás acabou. A Petrobrás, hoje em dia, ela está a caminho de se tornar igual a uma das sete irmãs. Mas no começo era muito mais uma máquina de arrecadar dinheiro do que de procurar petróleo.

C.G. - A forma de financiamento da Petrobrás, aquele imposto sobre os veículos, de alguma forma desestimulou, ou criou espaços? Como é que o senhor vê a influência que ele teve sobre a implantação da indústria automobilística aqui no país?

M.P. - Eu acho que a implantação da indústria automobilística no Brasil, a senhora pode comparar a um tufão que tenha se dado numa estrada de terra, e que a senhora não vê mais nada e não pode fazer mais nada. Os projetos estavam apresentados. Alguns demoraram mais tempo, mas outros foram atrás da Mercedes, como a General Motors, a Ford, a Vemag, depois a Fiat, e tudo isso. De modo que uma grande empresa dessas raciocina muito, talvez até reze para que dê certo. E quando ela se lança, não há mais o que discutir. Essa é a minha impressão. Agora, foram reconhecidas como candidatas cinco ou seis grandes firmas. Por exemplo, me lembro da Volvo, firma sueca, me lembro da Fiat, firma italiana, a Mercedes Benz, firma polonesa-alemã, a General Motors e a Ford, americanas. Toda essa gente quis seguir os passos da Mercedes Benz. Essa é que é a minha impressão. Bem. As senhoras devem perdoar uma ou outra falha de memória porque, além de eu estar começando um período geriátrico, já tenho que esquecer coisas, eu não me preparei, estou falando de improviso.

M.Q. - Eu gostaria de saber, nos primeiros anos de funcionamento da Petrobrás, como é que se constituíram os quadros técnicos. O senhor não participou diretamente disso, mas as pessoas ligadas ao senhor, que eram do DNPM, devem ter acompanhado isso mais ou menos. Inclusive houve a contratação de um técnico americano, não foi? O Link...

M.P. - Foi. Walter Link.

M.Q.-Foi objeto de muita controvérsia, a contratação dele. Como é que o senhor acompanhou esses fatos?

M.P. - Eu acompanhei... Conversava com antigos companheiros que se tinham transladado para a Petrobrás. A minha impressão - porque também eu tinha que cuidar dos meus trabalhos propriamente ditos de administrador, técnico e pesquisador, então não tinha muito tempo para observar em demasia a Petrobrás... Agora, a Petrobrás quis, no início, entesourar lucros de modo muito rápido. Ela temia pela própria estabilidade de sua existência se começasse a apresentar balanços negativos. De modo que eles trataram de comerciar. E isso se fez em detrimento dos trabalhos de perfuração. A senhora pode compreender a vaidade fátua de um presidente de uma grande organização de mostrar aos amigos num almoço no Jockey Club ou no Country : "Olha, veja aqui o balanço, olha aqui o que deu, quanto deu." De modo que esse começo da Petrobrás não foi um começo brilhante nem patriótico. Foi como se a diretoria fosse constituída, toda, por gente ávida por dinheiro, ávida por mostrar bons resultados.

Mas a Petrobrás fez uma coisa, primeiro na Bahia e depois aqui, que foram os cursos de aperfeiçoamento. Que representaram um serviço inestimável. Então, ela formava engenheiros de petróleo em cursos de dois a três anos, nos quais se podiam matricular apenas engenheiros já diplomados e que faziam concurso. De modo que ela recrutou gente muito boa. Agora, o que acontece é que a perfuração, a extração de petróleo é uma coisa delicada, que pertence a uma espe-

cialidade. E, como eu lhes falei da outra vez, os engenheiros de minas do Brasil tinham um profundo desprezo pelos químicos. Pode tomar nota disso. Porque é inexplicável. A gente raciocina que...

[FINAL DA FITA 6-A]

M.P. - ... dizer depois que conheceram um narciso oratório. [risos] Não sou, não. Estou fazendo por obrigação de informar. Pode começar? Bem. Eu acho que esses serviços de formação de técnicos, que a Petrobrás fez na Bahia e aqui no Rio de Janeiro, são serviços de admirável boa qualidade. Eles transformavam em três anos um engenheiro civil em engenheiro de petróleo. Teve-se sempre esses cursos cheios. Bons professores. De modo que a Petrobrás foi...

M.Q. - Eram professores estrangeiros?

M.P. - Alguns. Felizmente, para os alunos. [risos]

C.G. - Alguns outros viriam do DNPM?

M.P. - Bem, quando a Petrobrás se constituiu, o núcleo gerador de inteligência e de saber da Petrobrás foi do DNPM, que foi transferido para lá. Mas eles tiveram o bom senso de reconhecer o acerto da orientação da Petrobrás em criar esses cursos de formação e aperfeiçoamento. Isso foi dos maiores serviços que a Petrobrás prestou ao país. Acho. Aqui, na minha santa ignorância, acho isso.

Bem. Mas esse petróleo da Bahia, ele nasceu do estudo feito sobre a geologia do Recôncavo pelo Glycon de Piva, Sílvio Fróes Abreu e Irnack Amaral. Livro esse que foi publicado, um livro de quinhentas a seiscentas páginas, em que eles mostraram, pelas evidências geológicas, que ali havia uma falha e que o petróleo não era estranho do local. Em vista disso o Departamento mandou uma sonda para lá. A primeira sondagem foi feita, e a segunda deu no petróleo de

Lobato, mais gases etc. Isso é... Eu, como lhes disse, fui lá para colher amostras de óleo e de gás para analisar. Eu era diretor do Laboratório. Mas não foi técnico algum não, foi o próprio diretor que foi lá. Bem.

C.G. - Dr. Mário, o senhor acompanha e formula, em alguns momentos, o estabelecimento dentro do Estado brasileiro de uma visão técnica, e implanta a estrutura de planejamento desse Estado nos anos 50. O senhor participa de alguns momentos decisivos na assessoria, no BNDE, no Conselho de Desenvolvimento do Juscelino. Eu queria que o senhor nos contasse um pouco esse processo de implantação dessa visão técnica e dessa estrutura de planejamento, e fizesse um balanço do seu desenvolvimento.

M.P. - A minha lembrança de tudo isso é que esses conselhos foram muito úteis ao Brasil. Principalmente o Conselho de Comércio Exterior, que assessorava diretamente o presidente. Eu fiz parte de conselhos um pouco mais modestos. Agora, havia de tudo nesses conselhos. Havia o homem probo, inteligente, modesto, e havia os homens dementados. Tinha de tudo. E, muitas vezes, como eu sinto até hoje, via a demagogia vulgar campear e a xenofobia se fortificar. Como eu levava a minha experiência de vida no Brasil desde o Amapá até o Chuí, eu sei o que é a pobreza. Então, desde os anos 38, 40, eu sempre fui favorável à criação de empregos através da fundação de novas firmas nacionais ou estrangeiras.

C.G. - O senhor acha que o planejamento estatal favorece isso?

M.P. - É uma questão um pouco difícil de responder. Porque há vezes em que os pró-homens desses conselhos têm força política, força social, e eles conseguem impor o modelo por eles imaginado. Agora, quando há um conselho em que os representantes são homólogos, sem ter, por exemplo, a importância de um Lucas Lopes, de um Roberto Campos, eu acho que esses con

selhos algumas vezes acertam e quase sempre erram. Vou lhes dar um exemplo. Quando criaram aquela firma no Vale do Rio Doce, aquela refinaria, a... Não é a Acesita, não. É a outra.

M.Q. - A Docenave?

M.P. - Não. Bem. Essa indústria veio para cá e rapidamente se adaptou ao Brasil e... É perto da Vale do Rio Doce, perto da costa. Agora, o que eu li do Plano de Metas... Cosipa... Depois eu me lembro.

Bem. Eu ia contar-lhes um pouco da minha experiência em alguns conselhos. Quase sempre havia uma informalidade muito grande. Que é ruim para uma repartição de caráter público. Então, desculpem-me dizer isso aqui, estar sem paletó é uma prova da estima que lhes tenho. Mas eu não era capaz de ficar sem paletó dentro de um organismo oficial. Eu, felizmente, era formal, e sou até hoje formal. Formal não é o homem falso, não é o tolo, não é o petit maitre, mas é o homem que oferece cortesia ao seu vizinho e espera que o seu vizinho dê-lhe cortesia também. E se as senhoras quiserem me ver com um ar de galo de rinha é só me verem faltar ao respeito. Eu aí fico com pena de não ser um falcão, logo, para devorar... [risos]

Bem. Agora, eu trabalhei em muitos conselhos. Trabalhei no Conselho de Minas; trabalhei no Conselho Nacional de Pesquisas; trabalhei no Conselho de Águas Minerais; trabalhei no Conselho de Desenvolvimento Industrial, de nomeação da Presidência da República; depois fui presidente da Comissão do Código de Minas, nos anos de 46 a 64. De modo que tenho uma experiência razoável desse tipo. Agora, em alguns conselhos eu via o bocejo e a falta de dedicação. Em outros vi admiráveis cidadãos. Vi de tudo. Mas predominavam os bons, curiosamente.

Agora, eu não sei se já lhes fiz referência ao meu entusiasmo, que perdura até hoje, pelo pessoal do Banco do Brasil. E um entusiasmo cívico. Embora a gente tenha o direito de fazer uma crítica ao Banco do Brasil, pessoal. Eles e-

ram de uma rigidez, de um entusiasmo, de uma rapidez quando o processo se referia a dinheiro do Banco. Quando não era dinheiro do Banco não havia aquele interesse para dar um sim ou não rapidamente. Mas quando eles estudavam processos em que havia, de perto ou de longe, a possibilidade de intromissão da responsabilidade do Banco do Brasil, eles eram cães de guarda. Era uma coisa... era... nollis me tangere - aqui ninguém toca. Então, quando a gente tinha uma coisa de difícil vitória no campo do Banco do Brasil, nós referíamos o processo ao julgamento do ministro da Fazenda e Banco Central e Tesouro Nacional. Aí ficavam mais umas semanas ou meses com o projeto, e voltava o projeto aprovado e com dinheiro para importar as coisas. Sem mexer no dinheiro do Banco do Brasil. Eram fiscais encarniçados do que a senhora podia chamar dinheiro do Banco.

M.Q. - E no BNDE, o senhor esteve lá também, não é? E eu gostaria que o senhor então estabelecesse um paralelo, uma comparação entre o Banco do Brasil e o BNDE, que também tratava de dinheiro público, que também tinha preocupação com a imagem.

M.P. - Bem, mas o BNDE, o que ele aplicava era o dinheiro que ele tinha, o capital de empréstimos que tinha constituído. De modo que ele, quando outorgava alguma coisa, podia cobrir a sua palavra com reservas financeiras. Dele ou de outras entidades. O pessoal do BNDE, que eu me lembre, era um pessoal inferior em dedicação ao trabalho aos que eu tinha conhecido no Banco do Brasil. Agora, eles só arregaçavam as mangas quando o trabalho implicasse em responsabilidades financeiras do BNDE. Isso é a lembrança que eu tenho. Pode ser lembrança de velho gagá, mas, em todo caso, é essa a lembrança que eu tenho. [risos] E, curiosamente, muita gente no Banco do Brasil entrou para lá tendo apenas curso primário. E eles estudaram. E a carreira que eles mais estudaram foi a carreira de técnico em contabilidade ou de contador. Eles tinham uma grande dedicação pela casa.

C.G. - Esses processos que implicavam responsabilidade financeira do BNDE, quais foram eles no período em que o senhor esteve lá? Eles não se referiam à indústria automobilística, não é, em que era apenas financiada a Volkswagen.

M.P. - Não, mas aí eu tinha que fazer uma pesquisa, por exemplo, nesse livro aqui, para identificar, no ano de 54, quais os pedidos que recairiam na sua pergunta.

M.Q. - Mas ela está se referindo ao BNDE.

M.P. - Eu sei. Mas isso são pareceres do BNDE.

M.Q. - Não é Cacex?

C.G. - Não são do Banco do Brasil, esses?

M.P. - Pois é. Mas isso daqui... Cacex era o Banco do Brasil. Aqui, [mostra] Cacex-Banco do Brasil. E aqui no papel deve estar escrito Banco do Brasil.

C.G. - E no BNDE?

M.P. - Olha aqui como era a folha que capeava. Olha aqui. Banco do Brasil S/A. Gabinete. Quer dizer, nós pertencíamos, éramos pagos pelo Banco do Brasil.

M.Q. - No BNDE também?

M.P. - Não. No BNDE não. Eu pude entrar para o BNDE porque eu tinha me aposentado no serviço público federal, na Produção Mineral. Então eu aí aceitei o convite para me juntar às hostes do Banco do Brasil, nessa ocasião. Agora, há coisas muito interessantes do pessoal do Banco do Brasil, de talento, de espírito de inventiva, de tudo. Às vezes eles não sabiam e adivinhavam as coisas. Gente muito, muito boa. Eu tive conhecimento, nos 25 anos que por lá andei, de apenas dois casos de corrupção. Só que quando me falaram o caso de corrupção, eu pedi licença para não ler as provas e para me esquecer do nome. [risos]

C.G. - Dr. Mário, o senhor podia nos falar um pouco a respeito

to da visão do desenvolvimento brasileiro que é defendida pela CEPAL, de que o senhor faz parte...

M.P. - Não, eu agora estou na atividade privada não é?

C.G. - ... nos anos 55, 56?

M.P. - A CEPAL é um órgão curioso. Eu fui à CEPAL duas vezes. Uma em 52 e outra em 57, se não me engano, para tratar de assuntos referentes a intercâmbio, e deveriam ter ido mais dois grandes engenheiros brasileiros. Um que tinha sido diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológica, professor Ari Torres, foi um grande mestre. E o outro, um engenheiro de São Paulo, que tinha sido assessor de um diretor qualquer dessas carteiras do Banco do Brasil. E os nossos homólogos lá, o chileno tinha sido um antigo diretor do Banco do Chile, e o argentino tinha sido um antigo ministro da Fazenda. E eu era apenas chefe de Departamento de Projetos do BNDE. Pois bem. Nem o argentino nem o chileno foram lá. E fiquei eu com cara de bobo, em Washington, no começo de um inverno, achando muito bonito cair a neve e aparar na mão em concha, mas... O que é que eu vou fazer? Vou voltar? E aí fui chamado pelo presidente do Banco, que disse que conhecia a minha folha corrida, que se os outros não tinham podido ir que eu fizesse o trabalho sozinho. Então, eu consegui perceber que os fracassos de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento se queixava provinham do não acompanhamento dos projetos. Alguém pedia dinheiro, recebia, e depois ninguém estava lá com follow-up, seguindo a... Então eu analisei, mostrei as razões dos quatro ou cinco fracassos do Banco - é muito pouco em relação a tudo que eles tinham emprestado - e aconselhei que eles instituísssem auditores para todos os empréstimos que dessem. Isso foi aceito, e nunca mais houve defraudação no BID. Mas foi uma estadia simpática, embora eu estivesse solitário. Aí, deu saudade da mulher, dos filhos, tratei de acabar aquilo o mais depressa possível, no fim de dez dias vim embora. Não aproveitei dinheiro algum para pas

seio.

C.G. - Dr. Mário, nós já acompanhamos a sua participação em organismos oficiais até a entrada dos anos 60. Mas na entrada dos anos 60, quer dizer, em 1959 exatamente, há uma mudança de rota em sua vida. O senhor passa do setor público para a iniciativa privada, o senhor sai do Estado e entra...

M.P. - Não. Eu fiquei ambivalente.

C.G. - O senhor fala para a gente como é essa passagem, qual é a diferença entre essas coisas?

M.P. - Posso. Eu tenho aqui. Não havia horário para esses assessores de diretor. Podia-se levar trabalho para casa, fazer em casa, trazer na segunda-feira, e tudo, então eu vou... Sobre isso eu vou lhes ler uma carta de abriu de 55. Essa...

M.Q. - Mas isso ainda é do Banco do Brasil?

M.P. - É do Banco do Brasil.

M.Q. - Ah, sei. E é nesse período que o senhor começa a ter atividades... mistas, não é?

M.P. - Mistas. É. Então aqui está a carta que eu escrevi para o senhor Blanc, que era o assessor técnico geral: "Prezado Senhor Arnaldo Blanc. Em continuação às palestras que temos tido, venho comunicar ao prezado amigo e companheiro que a partir de 16 do corrente mês assumirei, em tempo parcial, as funções de consultor técnico de dr. José Ermírio de Moraes. Em dezembro passado recusei o convite. E, em março, ante nova solicitação, procurei definir bem minhas limitações éticas e profissionais. De ambos os documentos forneci-lhe cópias. Consultei também o dr. Simões Lopes, a cujo convite, quatro anos atrás, vim prestar serviço ao Banco, para me ajudar a escolher o caminho certo. É pacífico que na nova situação terei de me eximir de opinar em qualquer processo em que as organizações do grupo Moraes ou de seus eventuais concorrentes estejam interessadas. Mas há ainda um campo muito grande em que penso poderei ser útil à Cacex. Por inclinação pes-

soal, preferiria prestar colaboração unicamente a órgãos do Estado. Mas o caráter absolutamente precário das minhas funções de assistente de pessoal do diretor, precariedade indicada mais uma vez pela iminência das mudanças administrativas do momento e pelas notícias de liberação do comércio exterior, além das dificuldades encontradas para melhor remuneração por parte do Banco, obrigam-me, como homem que vive exclusivamente do trabalho técnico profissional, a não continuar a desprezar uma oportunidade insistentemente oferecida e até agora recusada para dois outros grupos." - eram o grupo Antunes e o grupo Matarazzo. Estava sendo disputado por três. "Assim que se clarear a situação administrativa da Cacex, pretendo comunicar ao diretor Inácio Tosta Filho ou a seu eventual substituto, se esse desejar a continuação dos meus serviços; as limitações de que se cercará meu trabalho doravante para a clareza de ambas as partes. Peço que apense a esta carta os documentos anteriores e faça dela o uso que melhor lhe parecer. Sem saber se continuaremos juntos, desejo deixar em papel a expressão de meu apreço e admiração pelas suas qualidades de chefe e funcionário modelar, que será chamado sem dúvida a posições cada vez mais relevantes no Banco e na administração pública. Com os agradecimentos pelas gentilezas e apoio dispensados, creia-me admirador e amigo muito sincero. Mário da Silva Pinto."

C.G. - Dr. Mário, entre 55, data dessa carta, e 1959, época da constituição da Consultec, o senhor dá assessoria só ao grupo José Ermírio de Moraes?

M.P. - Eu dei pouco tempo. Assessoria, foi pouco tempo. Eu era consultor deles, e eles me pagavam até vencimento razoável, até que começou a erosão inflacionária. Bem, eu servi de consultor para o grupo Moraes talvez até o ano de 77. Cheguei em 55. Portanto, fui consultor deles 12 anos. Agora...

[FINAL DA FITA 6-B]

M.P. - Bem. A anedota que eu lhes vou contar refere-se ao ano de 77 ou 76*, quando completei o tempo para a aposentadoria na Produção Mineral. Iria continuar como professor da Escola de Química, mas iria deixar atividades outras.

Bem. Eu estava servindo ao grupo Votorantim, ao grupo Moraes, fazia mais de dez anos. Dando opinião sobre mercado, ampliação de mercado, e das indústrias que ele praticava, que eram cimento, níquel, a siderúrgica de Barra Mansa. Sobre tudo isso eu tinha conhecimentos especializados. De modo que um dia - o grupo Moraes tinha escritório naquele antigo edifício do Jornal do Brasil -, eu recebo um telefonema para ir conversar lá. E o chefe da seção Rio era um libanês, ou descendente próximo de libanês, o Raul Néri. Então, ele me disse: "Dr. Mário, o senhor vai receber um convite que eu já estou autorizado a transmitir-lhe, para o senhor refletir, para o senhor ser o representante geral do grupo Votorantim aqui na área do Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro para o norte." E eu digo: "Raul Néri. Isso é muita homenagem para um homem simples." Ele: "Não, o dr. Moraes vai falar com o senhor." E aí o Moraes, como o demônio que dizem que apareceu lá naquele penhasco a Jesus mostrando todas as coisas desse mundo, o dr. Moraes me ofereceu tudo. Disse que eu nunca mais teria preocupação material. Tenho-as até hoje. [risos] E ele disse que eu nunca mais teria e aí... Me levaram para ver o gabibete, era uma sala muito maior do que essa, com uma escrivaninha complicada, cheia de telefones e tudo. E aí o homem que me acompanhava disse: "Olha, esse telefone a gente tem que deixar sempre desocupado porque às sete e meia no máximo, entre sete e sete e meia, o dr. Moraes nos chama por esse telefone." Então, eu: "Mas chama? Para quê?" Ele: "Para ver se o gerente já está em funções." Eu digo: "Raul Néri, o que é que a gente vai fazer aqui no Rio às sete e meia da ma

* O entrevistado completou o seu tempo de aposentadoria entre 1956 e 1957.

nhã? Não tem nenhum escritório aberto, não tem nada! As coisas começam a se ativar a partir das nove horas. Eu, se isso for hábito, ou for exigência, eu não quero o lugar. Não quero o lugar por causa do seguinte: eu sou um caigara, eu preciso da praia. E é a essa hora que eu vou à praia. Sete horas. De modo que eu não posso assumir o compromisso de estar aqui às seis e meia. E eu também discordo desse método. De modo que nós vamos... Você não precisa dizer ao dr. Morais qual é a razão por que eu não aceito, e eu mando uma carta a ele, gentil, dizendo que minha mãe enviuvou há pouco, continua com muita saudade de meu pai, e tudo, e eu sou o mais velho, tenho que fazer companhia a ela. Não posso assumir essa responsabilidade. Ela fica com o coração oprimido quando a gente entra num avião, e tudo. Eu não posso. E tem outra coisa. Isso é o que eu vou escrever ao dr. Morais. Agora, o que eu digo a você, Raul, é o seguinte: não se tem nada que fazer às sete horas da manhã num escritório administrativo. Isso é apenas abuso de poder. E como é que eu vou começar a servir a vocês se eu já começo achando que vocês estão abusando do poder econômico contra gente desvalida? Eu não vou pôr isso na carta do dr. Morais, vou escrever uma carta gentil dizendo que vou fazer companhia à minha mãe viúva, que eu não posso aceitar."

E assim foi. Agora, os Morais, durante algum tempo, me tiveram em boa conta. Eu tive as duas maiores lutas contra eles. Uma foi nesta questão, e provavelmente eles me chamaram fútil. O sujeito que prefere praia a trabalhar e ganhar cem mil cruzados por mês? Ficaram muito tempo escabridos comigo. E depois, quando eu também fui convidado por eles para assumir a direção das obras que eles estavam fazendo em Macacu. Uma grande fábrica de cimento, cuja construção eu iria dirigir. Mandaram me convidar de novo. E eu não aceitei. Não aceitei porque havia ali a mordida do excesso de poder econômico. Mordida não neles, mordida na gente! Então, eu não sou nada. E depois, também, obriguei-os a comprar minhas ações na Companhia Brasileira de Alumínio pelo patrimô-

nio líquido e não pelo valor nominal. Minha cunhada obteve, vendendo pelo valor nominal, 12 milhões. E eu, vendendo pelo patrimônio líquido, obtive 17. Só porque reagi. Bem. De modo que... Então essas...

Uma outra experiência de vida muito agradável para mim foi a de professor. Por duas razões: professor que tem vergonha na cara, ele continua a estudar sempre. De modo que ele nunca se desatualiza. Ele está sempre em face de seus futuros colegas. E também a gente tem a possibilidade de instruir e educar. São duas coisas importantes e diferentes. De modo que eu tive muito prazer em ter, durante 26 anos, dado aula a 60 pessoas cada ano. Quer dizer, 26 vezes 60... umas 15 mil pessoas.

C.G. - Dr. Mário, e a Consultex, também lhe deu muito prazer? O senhor nos conta como é que ela foi criada?

M.P. - Conto. Não tem mistério algum. Quando eu fui me despedir do Roberto Campos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ele me disse assim: "Não se preocupe, Mário. Nós vamos continuar juntos. Vamos fazer aí uma firma de consultoria, com a qual é possível que a gente ganhe dinheiro, e que vai evitar que muita gente o perca." Eu digo: "Estou às suas ordens, Roberto." Ele levou uns dez, 15 dias, e fez junto comigo o quadro das pessoas que iriam trabalhar conosco. Excelente. Com duas exceções, por causa daquele complexo cleopátrico que tem o Roberto Campos, de criar áspides no calor do peito. [risos] Essas áspides, quando ficaram adultas, mordiam-no sem piedade. Bem. Então, a Consultec, seu primeiro contrato social teve... Os únicos que tinham dinheiro na época, um dinheirinho, éramos eu, o Jorge Flores e... acho que Jaime da Silva. Então, para criar a empresa, nós precisávamos reunir cem contos de réis. E cada um deu 33 contos, 333 mil réis para fazer o capital inicial da firma. E assim nós só pagávamos quando havia dinheiro. Quando não havia, ninguém recebia. Dentro do ditado: "Quando não há pão, até el Rei perde."

C.G. - Quais foram os primeiros trabalhos da Consultec?

M.P. - Bem. Aqui a senhora pode ver, aqui nesses armários, a senhora tem os trabalhos da Consultec numerados e com título. O primeiro trabalho que nós fizemos foi a avaliação da mina de Morro Velho. Essa empresa queria se nacionalizar, na época. Então ela queria saber, por uma entidade idônea e imparcial, qual era o valor do acervo. Tinha vila operária, e tinha cachoeira, e tinha instalações hidrelétricas, e tinha a parte da mina, e tinha a parte de beneficiamento de minério, tudo isso, e mais a parte metalúrgica. Tudo isso nós fizemos. Bem. E o segundo trabalho nos foi trazido por um chinês que queria ver se ele podia criar aqui no Brasil uma rede de supermercados para vender carne de galinha, bifes especiais etc. Nós fizemos o trabalho com a conclusão pessimista de que era muito difícil que as classes pobres comprassem produtos de tanto luxo. De modo que ele só teria que contar as classes altas, e isso nos dava a impressão de que a freguesia não absorveria todo o material que ele viesse a tentar vender. Mas esse homem era engraçado. Porque ele, na Bolsa de Nova York, ele perdia ou ganhava, num dia, dez milhões de dólares. Sem lhe fazer moça.

C.G. - Quais são as diferenças entre a sua atuação na iniciativa privada e a sua atuação nos órgãos públicos? No que essas duas atuações são semelhantes e no que são diferentes?

M.P. - Bem. Há muita semelhança. Principalmente porque a senhora traduz o problema que lhe é apresentado para suas características pessoais. Agora, eu aqui, a minha experiência de 25 anos ou 27 anos de Consultec, é que nós fizemos muito mal em não ter fechado a Consultec uns dez anos depois de tê-la fundado. E a razão é a seguinte: o mercado foi se restringindo. Uma série de firmas foram criando os seus núcleos de tecnologia e consultoria, de modo que nós, às vezes, estávamos aqui com 40, 50 engenheiros e técnicos e economistas num burburinho de atividades, e hoje em dia nós estamos com dois trabalhos apenas, esperando uns quatro ou cinco que pro

meteram realizar. De modo que eu que sou diretor superintendente da firma, e há dois anos não recebo um tostão da Consultec. Nem eu nem os demais diretores. E ao contrário, tive que colocar aqui, não digo que escondido de minha mulher, mas... [risos] razoavelmente disfarçado, coloquei esse ano aqui na Consultec uns quatrocentos ou quinhentos mil cruzados. Além de não ganhar nada. E os outros membros da diretoria também nada ganham. Nós transformamos isso no fim do ano em ações, mas não... não dá. O mercado está mal. E também tem outra coisa. Tem muita gente aí, desculpe dizer, picareta. Desculpe empregar esse termo de gíria. Tem muita gente que diz o que o cliente quer ouvir. E nós dizemos apenas aquilo que ele deve ouvir.

M.Q. - O senhor acha que também uma das razões desse declínio das atividades está relacionada ao fato de que a Consultec trabalhava muito para os órgãos públicos, que acabaram organizando nesses últimos anos os seus próprios quadros de técnicos, seus trabalhos. O senhor trabalhou muito com o BNDE também, não foi?

M.P. - É. Mas a senhora me deixe responder a isso com um pouco de vaidade, de vanglória. Aqui a senhora encontra - se quiser, apague isso depois - talvez, os engenheiros mais competentes do Brasil. Aqui. Não sou eu, não. É o caso do Álvaro Abreu, é o caso do José Antônio, diretor, que foi primeiro de turma no Santo Inácio, na Escola de Engenharia, e tudo. Tem um grupo muito bom, imaginativo, e que nunca teve um trabalho recusado. Seiscentos trabalhos, nunca nos devolveram. Agora, o que acontece é o seguinte: eu, por exemplo, filho nascido numa família de funcionários públicos. Minha mãe, professora, meu pai, inspetor de higiene de abate de animais e depois professor de química biológica da Faculdade de Medicina, e depois diretor. A gente sempre tinha um dinheirinho, e papai dava ordem aos filhos que podiam vasculhar os bolsos deles e tirar o que nós quiséssemos, de acordo com a reserva que ele possuísse. Ele nos deixava juí

zes. Então, nós tínhamos que ser moderados, porque não íamos condenar nosso pai a uma vergonha de não encontrar o dinheiro para pagar o bonde. [risos] Mas isso foi... Ajudou-nos, pelo menos a mim, a ser um homem modesto, com poucas ambições materiais. O que eu preciso é que minha mulher continue a gostar de mim até a campa e as metinhas gostem. E por isso, todo domingo a gente dá um open house party para 40 pessoas. Quer dizer, todo... Eu devo gastar por mês, para ter esse prazer de ver os meus, eu devo gastar uns 20 mil cruzados por mês. Muito bem gastos, sabe?

Agora, o que é que está se fazendo no BNDE, no momento, eu não sei. Não sei porque... O que adianta saber se a gente não pode influir? Outro dia aí fui chamado lá por um diretor para orientar um pedido de importação para uma máquina de cortar cana. Fui lá, me diverti com ele e tudo — chama-se Lessa — e dei o conselho, foi aceito, eu vim me embora. Mas tive duas horas de conversa muito agradável.

C.G. - Os princípios que regem a atuação de um órgão público são semelhantes aos que orientaram o senhor na sua atuação na Consultec?

M.P. - Não.

C.G. - Os interesses são diversos?

M.P. - Bem, os interesses têm uma grande área de compatibilidade. A gente está fazendo um trabalho que leve ao desenvolvimento econômico. Isso é uma coisa muito parecida com o que o BNDE faz. Vai ter muito ponto de contato. Mas eu, francamente, não sei como vai indo o BNDE. Aquele trabalho que as senhoras me ofertaram, aquele volume da Álcalis, eu tive o trabalho de ler. Então, há gente no Conselho do Banco opinando favoravelmente para dar um reforço ilimitado, começando com dois bilhões de cruzados. Quer dizer, isso no meu tempo não havia. Eu acho... Quer dizer, o grupo que constituiu a diretoria do BNDE, na ocasião, vamos ver se eu me lembro de todos: o presidente era o Lucas Lopes, o vice-presidente era

o Roberto Campos. Diretores tinha o João Augusto Batista Pinheiro, deixa ver mais...

M.Q. - Cleanto de Paiva Leite era diretor?

M.P. - Cleanto de Paiva Leite e o... Esse que é o ministro da Cultura, hoje, como é que é?

M.Q. - Celso Furtado?

M.P. - Celso Furtado.

M.Q. - Era diretor?

M.P. - Era. Diretor.

M.Q. - Mas ele dirigia o escritório de Recife*. não era?

M.P. - Ah, mas isso depois de ter saído. Depois de ter saído. O Rômulo, tenho muito boa lembrança dele. Homem suave, muitíssimo competente: a lembrança que eu guardo dele. Já não guardo a mesma lembrança do Cleanto de Paiva Leite. Esse é um coureur d'affaires. E é um homem que vê-lo me faz mal. Agora, o Celso Furtado, não. Esse é de perto lá de Sousa, nasceu em Pombal e tudo. Mas se as senhoras quiserem eu conto uma anedota também. Por que que eu tomei raiva dele. Eles eram paraibanos, todos os dois. E foi um pedido da prefeitura de Sousa para dar um empréstimo de 90% do custo para levar energia do açude de Mãe d'Água para a cidade de Sousa. Aquela energia estava se perdendo. Passava por dentro das turbinas e saía e não fazia bem a ninguém. Então, iria fazer bem a Sousa, que queria montar pequenas indústrias, melhorar a iluminação pública. E os pedidos em que a colaboração do Banco excedesse a 60% tinham que ter a unanimidade dos conselheiros presentes.

M.Q. - Era praxe do Banco?

* Em Recife, Furtado foi, por designação do BNDE, responsável pela implantação da Sudene e seu primeiro superintendente.

M.P. - Era do regulamento. Era lei. Agora, o que eu fiquei admirado é que eu, caíçara do Sul, votei a favor do empréstimo àquela pequena aldeola sertaneja, Sousa. E os dois parai-banos do Conselho, Cleanto de Paiva Leite e Celso Furtado, votaram contra. E a prefeitura podia pagar. Dava todas as garantias. Eu fiquei numa indignação cívica! Ah, se o Clean-to ler isso algum dia, vai ficar zangado comigo. [risos]

C.G. - Mas dr. Mário, fala um pouco para a gente da assessoria que a Consultec deu à formulação de planos de governos. Especialmente ao plano do gabinete Tancredo Neves. O senhor fez parte dessa elaboração?

M.P. - Não. Não fiz parte. Eu fiz parte de alguns planos de metas, como por exemplo planos de mineração, incrementar a indústria mineral no país, nesse eu colaborei. E também.. Nos outros não. Agora, o que havia com o Plano de Metas* era apenas um sonho onírico. Se a senhora tiver curiosidade de reler o Plano de Metas, a senhora vai ver por exemplo... Eu conhecia razoavelmente bem a indústria de alumínio. Pois bem. O Brasil, quando Juscelino tomou posse, o Brasil estava consumindo umas 15 mil toneladas. E figura no Plano de Metas que o Brasil, no fim de quatro anos, deveria estar produzindo 60 mil toneladas. Bem, isso não podia acontecer. Como não aconteceu. E me levou a não tomar mais a sério o Plano de Me-tas. Por isso...

[FINAL DA FITA 7-A]

M.P. - ... porque ela, é opinião dela, os mortos vão depressa, a gente tem que esquecê-los. Não tente falar mal. Eu digo: "Mas minha mulher, você acha que a morte deu algum halo

* Não há aqui, porém, relação possível entre o Plano de Me-tas do governo Juscelino e a Consultec, ainda não criada nesse momento.

de santidade ao Hitler? Ao Stalin? Que destruíram milhões de vidas, em várias faixas etárias? Não." De modo que quem ocupou posições de relevo, no governo e tudo, tem que estar preparado para a vida dele, sentimental, pública e privada ser analisada. E nada do que eu conheço sobre o Juscelino me faz perdoar as tolices por ele cometidas quando presidente da República. Exemplo. O pessoal aqui na Consultec mexia muito uns com os outros. Então eu recebi várias cartas: "Viva o Juscelino! Você ainda há de se convencer da grandeza desse homem." E coisas assim. Trote. Bem. Agora, então, eu faço parte de conselhos da iniciativa privada. Depois eu sou membro consultor da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro. O trabalho lá é um pouquinho mais descontraído do que numa câmara oficial, mas, no fundo, é tudo parecido. Não me sinto mal lá também não.

C.G. - Dr. Mário, fale um pouco sobre a elaboração do plano do gabinete Tancredo Neves. Foi realmente feito pela Consultec?

M.P. - Não. Não. Eu vou lhes dizer uma coisa. O pessoal aqui nunca foi perguntado sobre que idéia política tinha. Isso aqui é um foro absolutamente aberto. De modo que nós não tivemos essa honra. Alguns técnicos da Consultec, por exemplo, o dr. Lucas Lopes colaborou com esse plano, ele deve ter dado muita equanimidade, muito juízo, mas ele tomou parte como cidadão, mineiro e amigo do Juscelino. Agora, nós, não. Nós tomamos parte em certos assuntos curiosos, que até hoje são assuntos gravosos para nós. Um foi o seguinte; no começo do governo Castelo Branco, estavam fazendo uma campanha horrorosa contra a indústria farmacêutica. E eles vieram aqui pedindo que fizéssemos um trabalho dizendo a verdade sobre a indústria farmacêutica. E nós fizemos. E esse trabalho é que evitou a desapropriação da indústria farmacêutica estrangeira. Esse trabalho feito por nós. Mas foi pedido por uma firma privada. Agora, a gente está acostumado a ver na indústria farmacêutica estrangeira uma reaplicação em pesquisa, em no-

vos produtos, de 20 a 25% do lucro de um determinado ano. E se a indústria brasileira fizer isso, vai ser destituída pelo conselho de acionistas, pelos acionistas. E tem uma outra coisa. A descoberta do que se chama fármaco, em farmacologia, que é um material que a senhora manipula e do qual saem os remédios finais, nós não temos muita gente para fazer esse fármaco, para obter aqui no país a matéria-prima. De modo que, se isso não vier a ser feito no Brasil, muita gente vai morrer mais depressa.

M.Q. - Em primeiro lugar, então, pelo que eu entendi, o senhor acha que no Brasil os acionistas, as pessoas que investem nessa indústria, não têm interesse em desenvolver pesquisa. Aham que isso é uma coisa que não tem necessidade?

M.P. - Às vezes não há dinheiro para fazer pesquisa.

M.Q. - Não há. É, mas os maiores laboratórios são laboratórios estrangeiros, não é?

M.P. - Pois é. Mas isso eles dividem e subdividem, o trabalho de pesquisa.

M.Q. - Quer dizer, eles pesquisam lá e trazem para cá.

M.P. - E pesquisam no México, que tem uma indústria farmacêutica adiantada. De modo que se vier a se tornar efetiva, essa proibição do estrangeiro colaborar na indústria farmacêutica brasileira, a senhora vai ter um hiato terrível e um aumento de morte muito grande.

M.Q. - Mas hoje até se usa uma indústria alternativa que está ressurgindo, pequenas farmácias utilizando ervas...

M.P. - A senhora mal faz aqui aspirina! O ácido acetilsalicílico. Mal faz isso. É uma ilusão. A química no Brasil, principalmente a química orgânica, está relativamente atrasada.

C.G. - Dr. Mário, isso aconteceu no início do governo Castelo Branco?

M.P. - Foi. Eu fiz esse trabalho. Há alguns trabalhos aqui

que eu fiz e que me dão uma certa vaidade, porque eu corri o risco. A vitória foi dos clientes, mas também minha. Eu fiz. Agora, eu sou um homem que não é rico, também não é pobre. Eu devo ter, talvez, guardados aí em ações, obrigações, eu devo ter uns duzentos a trezentos mil dólares. Essa é minha fortuna pessoal. Tenho mais um duplex aí na rua do Carmo e tenho um outro apartamento na rua Marquês de São Vicente. É só o que eu tenho. Agora, isso dá para viver até a minha próxima morte. [risos]

C.G. - Dr. Mário, o dr. Roberto Campos, ele se afasta da Consultec só quando entra no governo Castelo Branco, ou ele...

M.P. - Não. O Roberto Campos afastou-se da Consultec no dia em que ele foi nomeado embaixador em Washington.

C.G. - Isso foi...

M.P. - Isso foi... 55. No dia em que o Senado...

C.G. - Não, da Consultec.

M.P. - Pois é. Ah, a Consultec é 58,* 59. Eu aí estou um pouco confuso nas datas. Eu sei o seguinte...

C.G. - Bom, mas de qualquer forma o senhor se lembra que ele não ficou muito tempo aqui.

M.P. - Não. A Consultec foi fundada em 59, e ele ficou aqui trabalhando uns dois a três anos. Depois, quando ele foi nomeado embaixador, ele pegou as ações dele e distribuiu por todo mundo e viajou.

M.Q. - Mas isso não foi recentemente, não, dr. Mário?

M.P. - Não. Não. Foi quando ele foi nomeado embaixador em Washington.

* A Consultec foi fundada em 59 e Roberto Campos assumiu o posto de embaixador nos Estados Unidos em outubro de 61.

M.Q. - Ah, em Washington. Porque há pouco tempo eu acho que ele foi para a Inglaterra.

C.G. - É. Ele foi depois para a Inglaterra.

M.P. - É um homem de uma inteligência maravilhosa. Eu não sei o que é maior nele, se a inteligência ou a cultura. As duas são grandes. Agora, como Hippolite Taine descreveu Napoleão, dizendo que Napoleão era um sol com manchas, nós podemos dizer isso do Campos. Ele é honesto e tudo, mas... Tem três filhos, netos, e ele trata... de arrecadar dinheiro para a família dele. Porque ele veio de gente pobre, muito pobre. Então, ele tem que fazer uma série de coisas, nada com conotação desonesta, mas tem que ganhar. Poder manter o status. Feito eu: estou com perto de 80 anos e tenho que trabalhar para viver. [risos]

M.Q. - Bom, então vamos aproveitar e falar, como o senhor havia dito, do "desgoverno" Goulart. [risos]

M.P. - Bem, o Goulart era um pobre moço dos pampas, da província, sem nenhum preparo para exercer a chefia de um país de 120 milhões de habitantes. Isso não advinha. Eu tive contatos com ele, ele é um homem encantador. Encantador. Agora, é um ladrão!*

M.Q. - Ladrão!

M.P. - Sim, senhora!

M.Q. - Então o senhor, por favor, nos explique. [risos]

M.P. - Pois então. Vou explicar, ué! Ainda tem outras testemunhas, a quem a senhora pode perguntar. O senhor Arnaldo Walter Blanc, que foi chefe da assessoria técnica da Cacex. Homem de alma pura, muito inteligente. Um dia eu recebo um processo, com a nota de urgente, para dar parecer, que era a

* Na verdade, o entrevistado refere-se aqui ao sr. Leonel Brizola, como mais adiante se esclarecerá.

importação de seis turbinas movidas a gás que estariam no porto da Argentina há quatro anos. Sol e chuva. Então, o governo Goulart quis comprar essas máquinas. Porque disse que queria energizar o interior. Isso deve ter sido em 55 ou 56.

M.Q. - Quando?!

M.P. - Cinquenta e cinco ou 56. Ele era governador do Rio Grande do Sul. Posso estar errado aí de um ou dois anos. mas... E eu chamava a atenção do diretor para o fato de que essas turbinas estavam abandonadas no porto de Buenos Aires, ao relento, levando água, infiltração de água de chuva, deviam estar oxidadas e tudo, e provavelmente o fabricante não iria dar garantia. Bem. O dr. Tosta Filho, Inácio Tosta Filho, ficou assustado e mandou um telegrama ao Brizola dizendo que infelizmente não podia deferir...

M.Q. - Ah, estou entendendo, Então o governador era Brizola, e Goulart era presidente.

M.P. - É.

M.Q. - Então foi depois.

M.P. - Foi depois. Não. O Goulart, se falei do Goulart nisso, falei errado, porque o Goulart nada teve com isso. Quem teve foi o Brizola.

M.Q. - Ah, bom. Agora é que eu entendi. Porque o Goulart nunca foi governador do Rio Grande do Sul.

M.P. - A senhora me desculpe. Está entrevistando um velho quase gagá... [risos] Tem que dar essas coisas. Bem. Então, um dia o diretor Tosta recebe um telegrama dizendo que o Brizola, governador Brizola, estava saindo de Porto Alegre e pedia uma audiência para as dez horas do dia seguinte para tratar das questões das turbinas. Eram seis turbinas que ele ia comprar com seis milhões de dólares. E eu tinha verificado o preço, era de quinhentos mil dólares cada uma. Vezes seis, daria três milhões de dólares. E vinha o dobro.

Então, o dr. Tosta me mandou chamar e eu fui lá, compareci. E encontrei um homem extremamente simpático, o Leonel Brizola. Amável, simpático, conversou uma porção de coisas antes de entrar no âmago da questão. Eu disse: "Diretor, eu não vou mudar o parecer, não posso mudar o parecer. Sou demissível ad nutum, mas eu não posso mudar esse parecer que eu dei. A não ser que me apontem erros." Brizola: "Ah, mas o senhor não sabe, o senhor quer carvão, eu depois modifico essa usina para carvão." Eu digo: "Governador, o senhor não pode modificar porque não tem espaço para botar carvão, não tem nada, são uns tanquinhos de óleo. Toda a geometria do aparelho é diferente." Ele: "Mas eu juro, dou-lhe minha palavra que faço." Eu disse: "Eu não vejo possibilidade." Mas aí virei-me para o diretor e disse: "Dr. Tosta, o senhor é diretor da Cacex, trabalhou com nós todos até agora. O senhor sabe que nós só mudamos parecer quando nos indicam e demonstram que nós tenhamos errado. Agora, o senhor é o diretor. É o executivo. O senhor pode ter razões que não tocam a nós, seus auxiliares, mas o senhor tem direito de dar, se quiser. E não serei eu quem vai falar mal disso. Eu não posso mudar." Então o Tosta me disse: "Dr. Mário, nós vamos deixar isso e resolver, eu vou ao palácio Guanabara, ver o governador." E apertamo-nos a mão, cada um foi para o seu canto. A licença foi dada, o Brizola só instalou três turbinas a gás, as outras três estão apodrecendo, e sem aproveitar carvão, pelo dobro do preço. De modo que a minha impressão é que o Brizola é um corrupto. Como é que um homem compra máquina velha, corroída pela ferrugem, pelo dobro do preço de uma máquina nova? Como eu era disciplinado, só perguntei pela sorte dessas turbinas uns três a quatro meses depois. E o Tosta virou-se para mim: "Olha, dr. Mário, vamos esquecer aquele assunto." [risos] Esse dinheiro ele queria para a campanha que ele ia fazer, todo o pessoal dele, logo depois disso, em 60, 61, qualquer coisa. Ele queria ter uma caixa. E fez uma caixa de três milhões de dólares.

M.Q. - Dr. Mário, eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre as relações de membros da Consultec com o IPES.

M.P. - Instituto Brasileiro de Estudos Sociais?*

M.Q. - Exatamente.

M.P. - Olha, eu tenho amigos fraternais que fizeram parte do IPES, a exemplo de Glycon de Paiva, a exemplo de alguns outros militares e tudo. Mas a Consultec não teve ninguém. Nem como pessoa jurídica, nem por travessura de algum funcionário. Não. Não houve. Talvez eu tenha ficado triste de não me terem convidado. "Não, aquele não tem substância para isso, para vir para perto de nós." Mas não houve. Não houve aqui ninguém. Talvez seja uma confusão com uma associação que foi criada um pouco antes ou um pouco depois da revolução de 64, para esclarecer o povo e evitar que todos as pessoas favoráveis ao livre arbítrio, à economia de mercado, todas essas pessoas que eram implacavelmente caçadas e odiadas na Tribuna de Imprensa e outros órgãos... Aliás, eu, se a senhora puder, nunca fale no meu nome a dois jornalistas brasileiros. Um é o Hélio Fernandes e o outro é o Joel da Silveira. Homens a quem eu processei. E foram salvos pela prescrição.

M.Q. - O processo prescreveu?

M.P. - Foi isso. Estávamos com uma esperança muito grande de pôr os dois na cadeia, quando veio a anistia processual.

C.G. - Por que o senhor os processou?

M.P. - O quê?

C.G. - Por que esse processo contra esses jornalistas?

M.P. - Por causa do petróleo do Roboré. Minha mulher diz que até recortou um retrato que saiu na Tribuna da Imprensa. Recortou porque foi um retrato feliz, e vinha a vinheta: "Mário da Silva Pinto. Um dos piores homens do Brasil." [risos] Eu tive coragem de processá-los. Meu advogado foi Sobral Pin

* O IPES é Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

to. E o advogado deles foi Evandro Lins e Silva. E ele fez uma manobra para o juiz não vir no dia em que estavam as testemunhas etc. [inaudível] Um omissso. De modo que... Engraçado, disseram aí que ele está com uma dor na coluna... Eu já tive isso, e não estou com pena dele. [risos] A senhora sabe, eu não sou capaz de rezar o Padre Nosso. Posso rezar a Ave Maria, rezar o Creio em Deus Padre, mas rezar o Padre Nosso, em que a gente diz: Perdoai as nossas dívidas assim como nós perdoamos a quem nos tenha ofendido." Não. Isso não! Me ofendeu... Não vou fazer nada, nem pegar um estilete, enfiar nas costas, não. Mas granjeou a minha inimizade. De modo que eu não tenho coragem de rezar uma coisa que dou perdão.

M.Q. - Mas dr. Mário, eu estou fazendo essa pergunta ao senhor porque existe um trabalho que o senhor deve conhecer, o autor é René Dreyfus, 1964, a conquista do Estado. Um enorme calhamaço em que a Consultec é mencionada, e membros da Consultec também são mencionados lá.

M.P. - Eu conheci o René Dreyfus quando nós nadávamos juntos na academia... na ACM, Associação Cristã de Moços. E éramos camaradas. Ele devia ter uma diferença para mim de cinco ou seis anos mais velho. Agora, o que ele era, era um dementado político, A senhora quer ver aqui? Eu vou pedir uma coisa aqui.

M.Q. - Dr. Mário, mas o Dreyfus de que nós falamos não é o mesmo que o senhor citou aí. De qualquer forma eu acho que a gente tem ainda que conversar muito a respeito da Consultec. Gostaria de ouvi-lo numa outra sessão, se o senhor pudesse ainda continuar com paciência de nos atender. Nós teríamos muito prazer.

M.P. - Eu tenho muita honra de conversar com as senhoras e dar depoimento sobre coisas do Brasil. Que vão ser lidas, não se sabe quando, nem por quem, mas que ficarão lá à disposição dos pósteros e de quem se interessar. Agora, em relação ao então governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, eu

tenho um caso a contar. É que veio parar nas minhas mãos um pedido, em 1955, para examinar a solicitação de importação de seis turbinas a gás, que por uma qualquer discrepância entre comprador e vendedor, estavam há quatro anos a descoberto no cais de Buenos Aires. E eu estava com dados recentes sobre preço de turbina a gás. E verifiquei que as seis turbinas velhas, corroídas, que iam ser importadas, o seriam por um preço duplo do que custaria uma turbina nova. Então, fomos até o gabinete do diretor Tosta Filho, que um dia me chamou, [inaudível] a enorme empatia, a enorme simpatia que tinha o Brizola. Ele expôs de novo. E eu disse: "Mas governador, eu não posso lhe atender porque o Rio Grande do Sul é um estado carvoeiro e está precisando de quem consuma esse carvão."

[FINAL DA FITA 7-B]

4ª Entrevista: 30.07.1987

M.Q. - Dr. Mário, ainda gostaríamos de voltar atrás um pouco com o senhor, para a história do DNPM, porque eu estive lendo aquele livro História da pesquisa de petróleo no Brasil, do dr. Eusébio Paulo de Oliveira, em que há um prefácio do dr. Glycon de Paiva. E ele estabelece lá nesse prefácio seis etapas - ele está escrevendo isso em 1940 - da pesquisa de petróleo no Brasil. E duas dentre aquelas ele marca bem: são a fase em que era feita a sondagem de petróleo por administração e a fase do sistema de contratos, que é diferente, não é, que o dr. Glycon tentou, junto com dr. Irnack, implantar. Eles julgavam mais eficiente. O senhor poderia explicar exatamente o que é o sistema de sondagem por administração e o sistema de sondagem por contratos?

M.P. - Eu li esse livro do dr. Eusébio Paulo de Oliveira por dever e por amor. Dever porque ele foi o meu primeiro chefe e era, indiscutivelmente, uma autoridade nas atividades de pesquisa de petróleo no Brasil, que tinham sido, em

certa época, quase que por ele ressuscitadas. De modo que era obrigatório, para quem quisesse se informar, ler esse trabalho do dr. Eusébio. Então, eu digo por dever. E por amor porque eu pertencia ao grupo que tinha por ele grande respeito, pelos trabalhos que ele tinha prestado à geologia no Brasil, trabalhos de campo, e os trabalhos de administração por ele desenvolvidos, como executivo, como diretor do Serviço Geológico. Agora, eu me lembro que, na época, houve capítulos do trabalho do dr. Eusébio que me impressionaram profundamente. E houve outros em que eu achei que ele foi algo injusto, na época. Esse é o resumo da impressão que me ficou do livro. A parte positiva do depoimento, mais útil do que nas partes em que ele foi omissos e muitas vezes injusto. Porque Eusébio de Oliveira era um homem curioso. Seríssimo, estudioso, mas irascível. De modo que alguns capítulos ele escreveu quando estava pensando em desafetos, em pessoas que tinham sido injustas para como ele. De modo que a pequena vingança que ele pôde tomar foi omiti-los no relato que ele estava fazendo. De modo que não é um livro completo por causa dessas omissões.

C.G. - Quando o senhor diz que ele é injusto, o senhor está dizendo que ele foi omissos. As injustiças são por omissão?

M.P. - Por omissão. Não por acusações infundadas ou temerárias. Mas, quando alguém o desagradava, ele procurava esquecer. Isso é a lembrança que eu tenho de uma leitura de 30 anos atrás. Para fazer uma crítica de trabalho tão importante, uma crítica fundamentada, eu teria que reler o trabalho agora.

M.Q. - Dr. Mário, em abril de 1938, o dr. Irnack de Carvalho publicou nos Diários Associados um artigo em que ele defendia uma nova política de pesquisa de petróleo, de geologia, de uma maneira geral. E esse artigo, ele repercutiu muito junto ao ministro da Agricultura, que era o Fernando Costa, e junto à direção do DNPM, que era, se não me engano, o dr. Fleury da Rocha, não é? E o dr. Fernando Costa gostou muito

das idéas ali expostas. E mandou, segundo informações que obtive, mandou o dr. Irnack organizar um trabalho para atrair — isso foi feito nos Estados Unidos, se não me engano — atrair firmas especializadas para fazer sondagens no Brasil, segundo aquele novo processo de sondagem por contrato. E isso não agradou à direção do DNPM. O senhor havia nos dito, numa entrevista anterior, que houve uma série... uma briga dentro do DNPM que culminou, se não me engano, com a saída do dr. Fleury da Rocha. Esta divergência foi por causa dessa questão?

M.P. — Não. Não. A senhora antes me perguntou qual era a diferença entre sondagem por administração e sondagem por contrato. A sondagem por administração é aquela em que o equipamento de furar é entregue a um operador mediante condições financeiras previamente. A vantagem desse tipo é que não só haveria agilidade da iniciativa privada, como também os trabalhos de campo não dependeriam tanto de orçamentos e de registros no Tribunal de Contas e tudo. Então, isso era por administração. Mas o óleo que por acaso fosse descoberto, os gases, pertenceriam ao órgão contratante e não à entidade privada. Agora, a sondagem por contrato seria aquela em que se concederia ao investidor uma área para a sua atividade. Então ele faria por sua conta e risco, e o que ele descobrisse seria seu, dentro das condições combinadas no contrato de risco, de reversão da concessão. Essa é que era a diferença.

Agora, eu diria que naquela época, 38, 39, as competições no DNPM não foram ideológicas. Ideológicas e de petróleo, não. Foram muito mais competições de vaidade pessoal e de picuinhas. Cada qual querendo se pôr diante do espelho mágico e dizer: "Espelhinho, espelhinho, não serei eu o maior geólogo do Brasil?" [risos] E coisas desse tipo. Então, houve um pequeno núcleo, em que havia até homens de valor, que eram mestres da intriga. E houve dois casos que, por exemplo, lhes posso contar. O Departamento mantinha uma revista, Mi-

neração e Metalurgia, que ainda existe até hoje, e que pertencia ao Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia, da qual eu fui vice-presidente num período de três anos. E saiu uma notícia nessa revista que um senhor, até de sobrenome libanês, iria fazer grandes feitos no planalto de Poços de Caldas, em sircônio e bauxita. E acontece que esse homem tinha sido preso como estelionatário e estava no presídio em Belo Horizonte. E figurou na revista como um grande empreendedor em Poços de Caldas. Eu sabia disso porque era casado em Poços de Caldas e tinha feito uns trabalhos sobre bauxita lá. Então fui ao diretor do Fomento, o dr. Avelino Inácio de Oliveira, dizer a ele, fazer-lhes a sugestão de que deveria haver uma divisão entre os técnicos do Departamento, entregando regiões e determinados assuntos de mineração e metalurgia, para que eles pudessem fazer a polícia da veracidade das informações dadas pela revista. E que se quisessem, eu, por exemplo, poderia me encarregar da bauxita em todo o Brasil, do planalto de Poços de Caldas, das questões de sal marinho. Disso eu entendia e poderia fazer polícia, notas, verbetes, tudo. Bem. Isso que parecia uma sugestão de boa-fé e útil, provocou uma raiva insana num dos principais geólogos do DNPM, que quase me provocou para o pugilato pessoal. Não vou dizer o nome, mas esse geólogo, de grande mérito, ele ficou meu inimigo durante 20 anos. E depois, durante dez, procurou meu cumprimento. E durante dez anos eu neguei o cumprimento a ele. Até que, nomeado diretor do plano mestre decenal, eu presidente e ele membro, ele veio a mim, me estendeu a mão e eu não pude deixar de cumprimentá-lo. O presidente não poderia deixar de cumprimentar todos os membros do conselho. Bem. Eu aí talvez tenha sido cruel, porque a discussão se levantou, esse colega tinha um defeito nas cordas vocais - falava fino, coitado - e então eu disse a ele: "Fulano, não queira levar a questão para esse terreno, porque em matéria de voz, se eu gritar aqui - e gritei - vou ser escutado muito mais longe que você." Bem. Isso é para mostrar o ambiente que havia na época.

Agora, houve uma outra coisa nessa época de 38. O diretor-geral era um homem curioso. Havia sido diretor da Escola de Minas, tinha viajado para a Europa, para carvão nacional e tudo, e no entanto entendia muito pouco de geologia econômica e era um homem absolutamente omissos em administração. Embora os pareceres que ele desse, quando eram da própria lavra, fossem excelentes. Porque era um homem muito inteligente e de cultura geral. Foi o Fleury da Rocha. Agora, era um omissos. Um homem de campanário. E ele tinha conseguido, no começo de 38, irritar o ministro Fernando Costa. Porque dois dos diretores estavam permanentemente ausentes. Então, o Departamento estava uma droga, em matéria de administração. E isso irritou o ministro, que resolveu dispensar o dr. Fleury e convidar o Luciano Jacques de Moraes para diretor-geral. E o Luciano Jacques convidou então um grupo de técnicos muito moços, em torno dos 30 anos, para serem os auxiliares diretos dele. Os diretores Glycon de Paiva, para a Divisão de Geologia, Otávio Barbosa, para a Divisão do Fomento, e eu, Mário da Silva Pinto, para o Laboratório. Eu tinha 29 anos e o Glycon tinha 33.* Éramos apodados no ministério como o "jardim de infância" do ministro Fernando Costa.

M.Q. - Dr. Mário, nesse mesmo momento em que eu estava falando, em que surge esse trabalho do dr. Irnarck, também o ministro Fernando Costa manda ou pede ao dr. Glycon de Paiva que ele organize o chamado Plano Trienal. E nesse plano, o Glycon de Paiva sugere a criação do Serviço de Pesquisa de Petróleo. Seria um órgão temporário, que funcionaria durante três anos para fazer sondagens, para intensificar as sondagens através do processo de contratos. Ele conta isso no Boletim 36 do DNPM. Eu gostaria de saber... Porque é nesse período que está sendo criado o CNP, não é, e que há a saída da atividade de petróleo da alçada do Ministério da Agricul-

* O entrevistado tinha 31 anos, e Glycon de Paiva, 36.

tura para se tornar diretamente vinculada à Presidência da República e vinculada aos militares, ao Estado-Maior etc. Essa idéia de se criar um plano para se agilizar as pesquisas está vinculada a essa disputa entre o Ministério da Agricultura, tentando manter essa atividade sob sua égide, e o Estado-Maior?

M.P. - Bem. Os militares davam, talvez, um sentido de segurança à descoberta de petróleo no Brasil. E, talvez, tivessem conhecimento desses dissídios internos no DNPM. Agora, foi interessante porque essa passagem foi gradual. Não foi abrupta. Os serviços de sondagem e demarcação dos poços de petróleo ainda ficaram sob a responsabilidade de Departamento uns dois anos. Depois é que tudo passou para o Conselho Nacional do Petróleo. Agora, o Conselho Nacional do Petróleo, sabiamente, se utilizou dos técnicos da Produção Mineral. Muitos deles. Inclusive levando o próprio dr. Fleury para, se não me engano, uma divisão técnica lá. E o dr. Fleury serviu ao Conselho Nacional do Petróleo uns quatro ou cinco anos, se eu não estou enganado. Depois ele voltou para Ouro Preto, para os seus trabalho de ensino, onde era um grande professor. Não de geologia. Ele era professor de grandes estruturas, pontes e grandes estruturas. Muito mais um engenheiro civil do que um engenheiro de minas.

Bem. Agora, a questão dominante na descoberta de petróleo na Bahia foi aquele trabalho do grupo Sílvio Fróes Abreu, Irnack Amaral e Glycon de Paiva, sobre a geologia do Recôncavo, em que a grande mola foi o dr. Guilherme Guinle. Como mecenas, como homem que pagou as despesas dos técnicos no campo, e pagou a impressão, a edição desse trabalho. Era um homem rico, nascido na aristocracia, e foi, apesar disso, um grande brasileiro. [risos]

C.G. - Apesar disso?

M.P. - Apesar disso. Eu preciso, para as senhoras me respeitarem, mostrar alguns preconceitos esquerdistas. [risos]

M.Q. - Está ótimo. [risos]

M.P. - Bem. Nesse tempo do Departamento, nós obedecíamos à Constituição de 34 e ao Código de Minas de 34. E não havia, da parte dos técnicos, dos chefes nenhuma xenofobia, nenhuma prevenção contra capital estrangeiro, nessa época. Nem na administração Fleury da Rocha, nem na administração Luciano de Moraes, nem na administração que se seguiu, que foi do Antônio José Alves de Sousa. Bem, agora, todos nós vivíamos angustiados com a falta de recursos para se fazer uma pesquisa de petróleo na escala que o país precisava. E também com a falta de técnicos. Porque a pesquisa de petróleo, ela não é uma ciência exata. Ela depende de processos geofísicos, de interpretação da natureza, interpretação da geologia de campo, da pesquisa das rochas óleo-genéticas, das rochas reservatório, das estruturas favoráveis à acumulação de petróleo e gases, e isso tudo precisava de muita gente e muito conhecimento técnico e muita imaginação. De modo que nós vivíamos angustiados, os que tínhamos noção das limitações econômicas do Brasil, vivíamos angustiados com a lentidão dessas pesquisas. E com a falta de dinheiro para apressá-las. E não nos enganávamos com a questão do petróleo na Bahia, em Lobato. Sabíamos que aquilo era um suspiro de hidrocarboneto, um suspiro de petróleo. Era apenas uma indicação de que podia haver petróleo no subsolo. Mas não uma indicação de petróleo economicamente extraível. Nós sabíamos de tudo isso. De modo que como brasileiros, nós tínhamos verdadeira angústia com a vagareza da pesquisa e com as dificuldades que vínhamos encontrando para fazer essa pesquisa com nossos próprios recursos e com a nossa própria técnica. Acho que eles não tinham nenhum preconceito contra capital estrangeiro, contra técnicos estrangeiros. E talvez por uma razão, quem sabe? O Serviço Geológico foi fundado por um grande geólogo americano, Orvil e Adalbert Derby. Que foi o chefe da escola geológica brasileira durante uns 30, 40 anos. Homem que chefiava. Então, nós não tínhamos preconceito. Para nós o estrangeiro podia ser um

irmão. E daí respeitávamos. E brincávamos, dizendo: entre-guistas sim, recebistas nunca. [risos] Então, era essa a psicologia da época. Os grandes nomes da repartição, com tradi-ção científica e administrativa, não tinham nenhum preconcei-to contra capital estrangeiro. Nenhum.

C.G. - Mas essa ausência de preconceito vai se transformando, porque ele vai se entranhando na administração pública nacio-nal. O senhor veria algum momento crucial nessa transforma-ção?

[FINAL DA FITA 8-A]

M.P. - Bem, essa raiva, essa xenofobia tem um contraste com o caráter brasileiro. Isso aqui sempre foi um melting pot de raças. Começou com a campanha esquerdista, infernalmente [i-naudível], com a criação do slogan "O petróleo é nosso." Es-se slogan é sedutor. E grande parte dos políticos brasilei-ros não merece o respeito do país. Querem ser eleitos, des-frutar das benesses do poder, e não olham a vida do país. Al-guns [inaudível]. E esse triunfo do slogan "O petróleo é nos-so" culminou com o próprio presidente Vargas, indo à Amazô-nia ver o petróleo de Nova Olinda, hipócrita e mentirosamen-te abrindo as mãos para o petróleo de Nova Olinda e dizendo: "O título de nacionalista ninguém me tira." E no entanto ele era o homem que chamava a lei da Petrobrás de monopólio esta-tal, em desprezo, de "aquela leizinha da UDN." Essa questão da "leizinha da UDN" talvez uns 15 a 20 brasileiros possam repetir. Só os que com ele trabalharam no período que culmi-nou, em 54, com o suicídio dele.

M.Q. - Dr. Mário, mas esse Plano Trienal, voltando lá ao Pla-no Trienal organizado pelo Glycon de Paiva, o senhor lembra de ter ajudado, ou do grupo do DNPM ter discutido com ele a organização desse plano?

M.P. - Minha senhora, eu, nesse tempo, era diretor do Labora

tório. Eu estava mais preocupado com as questões de pesquisa, ciência pura e aplicada, e com questões de tecnologia. Nesse Plano Trienal eu não fui chamado, que me lembre. E li-o já feito. E tinha confiança nas boas qualidades, pelo menos nas boas intenções, porque Glycon de Paiva era e é até hoje um grande homem. E era meu amigo fraterno. Mas eu... Glycon de Paiva é imaginativo. Por exemplo, no Código de Minas atual, de cuja comissão de organização eu fui presidente e Glycon foi um dos membros conspícuos, ele lançou...

M.Q. - O código de 67?

M.P. - Sim, senhora. Código de 67. O Glycon lançou a idéia de reconhecimento geológico. Que era a abertura de grandes áreas à pesquisa aerogeofísica, estrangeira, para, do ar, varrer milhares de quilômetros quadrados e talvez descobrir um pequeno lugar onde se fossem fazer sondagem e pesquisas especiais. Então, ele jogava com a idéia de que quando era inverno no hemisfério norte, e que era aqui o verão, empresas de geofísica, desse tipo de pesquisa, poderiam vir aqui, porque não tinham o que fazer no hemisfério norte. E apesar dessa idéia que parecia extremamente atrativa, e que figura na lei, nunca ninguém veio cá. De modo que ela... É um homem imaginativo, mas nem sempre os fatos obedecem ao...

C.G. - Por que isso não entra em vigor?

M.P. - A minha impressão é que, com o delírio nacionalístico no Brasil, o investidor estrangeiro teve medo de vir para cá, gastar dinheiro e descobrir algo que depois não lhe seria entregue. Essa é a minha explicação. Eu não viria também. Se fosse investidor americano, canadense, eu não... Era preciso estar sobrando muito dinheiro para eu vir aqui para o Brasil. Tal é a ambiência hostil. Que não é do povo. É apenas de uma elite esquerdizante. Que eu não amo e não respeito.

C.G. - Dr. Mário, o senhor pode recompor para nós o funcionamento dessa comissão que o senhor presidiu, encarregada da

elaboração do Plano Decenal?

M.P. - Posso.

C.G. - Como é que foi montada essa comissão?

M.P. - Essa comissão, era ministro de Minas e Energia o engenheiro Mauro Thibau. E o chefe de gabinete dele era um outro engenheiro, muito distinto, o Benedito Dutra. E, tendo-se que preparar um Código de Minas, eles lembraram de reunir um grupo, que eles julgaram de sabedores, para preparar, nuns três meses, o anteprojeto do Código de Minas. Então, era diretor-geral da Produção Mineral o engenheiro Francisco Moacir de Vasconcelos. E aí eles criaram esse grupo em que houve como membros eu, Glycon de Paiva, Otton Leonardo, Francisco Moacir de Vasconcelos, Daniel Sarmento... e mais uns dois outros que no momento a memória de velho vai falhando. A idéia era preparar um código que levasse em conta as tradições, os regimes que tinham dado rendimento à indústria mineira no país, e que pusesse ordem, porque a mineração brasileira vivia entrosada, desde o ano de 46,* quando se fez um Código de Minas de acordo com a Constituição da época, em que se fez um semi-regime de exceção. O que quer dizer isso? Tinha uma determinada jazida no Pará, alguém tinha descoberto. Então, pedia autorização de pesquisa. Segundo o código de então, o proprietário do solo tinha que ser consultado. E esse proprietário tinha prerrogativas de potentado. Se ele quisesse pesquisar, a pesquisa seria dada a ele. Se ele não quisesse pesquisar e não quisesse que outro pesquisasse, aquela área ficava imobilizada. Então, o número de autorizações de pesquisas de minas tinha baixado a 5% do que fora anteriormente. E nós quisemos ressuscitar o regime de res nullius, que é da coisa de ninguém, em que se dá a pesquisa e lavra a quem pede. E criamos, como uma compensação ao proprietário do solo, uma participação nos resultados da lavra que

* A constituição de 1946 não implicou na elaboração de novo Código de Minas, apenas alterou algumas disposições do Código de 1934.

era igual a 10% do que o governo federal auferisse com o imposto único. Então, 10% do que fosse auferido na área era dado; o pesquisador ou o minerador teria que dar ao proprietário do solo.

C.G. - Era o pesquisador quem cedia esses 10%, ou o gover-
no?

M.P. - Não, o pesquisador. O titular da lavra. Durante a pesquisa ele não era obrigado a dar nada. Era obrigado a ter apenas a prévia e integral indenização dos danos pela entrada na terra alheia. O proprietário recebia uma prévia e integral indenização do dano que fosse estabelecido pelo juiz da comarca.

C.G. - Para se obter a concessão da lavra, a permissão da lavra, da pesquisa e da lavra, era preciso fazer prova de competência econômica?

M.P. - Ah, era. Precisava ter um atestado passado por dois bancos de altas hierarquias, dizendo que fulano tinha a competência econômica de tantos milhões de unidades financeiras, em proporção com o desafio da pesquisa e da mina que ele ia enfrentar. Isso para evitar o aventureiro. E, nós, que tomamos parte nesse trabalho, temos só que nos dar parabéns pela oportunidade de prestar serviço ao Brasil. Porque as concessões de mineração, de pesquisa e de lavra, logo depois desse código, em relação ao anterior, elas foram multiplicadas por cem. De modo que nós temos muito orgulho de termos feito isso.

C.G. - Além desse Código de Minas, essa comissão deveria e-laborar um capítulo para o Plano Decenal?

M.P. - Não. Porque o Plano Decenal era um trabalho técnico. Ao passo que nesse projeto do Código de Minas tinha juristas. Curiosamente, havia um engenheiro que era um dos maiores juristas do Código de Minas, Daniel de Moraes Sarmento, que tomou parte na comissão do Código de Minas e não tomou

parte no Plano Mestre Decenal. No Plano Mestre Decenal, o que se queria era levantar os problemas conhecidos na época que teriam que ser resolvidos, esses desafios, dentro de um prazo de dez anos e, portanto, com a medição dos recursos necessários para obter a cada ano, do Executivo e do Congresso, recursos para prosseguir o trabalho de levantamento geológico do país na escala de 1 para 1 milhão, depois de 1 para 500 mil, depois de 1 para 250 mil. E levantamento de quadrículas que, reconhecidamente mineralizadas, a exemplo do quadrilátero ferrífero de Minas, em que a escala seria de 1 para 50 mil. Porque eram zonas em que já se sabia que existiam recursos minerais. Era uma questão para tentar disciplinar a entrega de recursos ao Departamento Nacional da Produção Mineral. Isso é que foi. E obrigar a pensar. Pôr um grupo de homens com certa experiência da geologia do país, para que eles pensassem em conjunto e indicassem os principais problemas a resolver. Isso é que foi a finalidade. Agora, fora a franqueza da presidência, o grupo era muito bom. [risos]

C.G. - O Plano Decenal como um todo não chega a ter a vigência que se esperava dele. O governo Castelo Branco tinha acabado de obter sucesso na implantação do PAEC, e por isso elabora um Plano Decenal, que no entanto não chega a ser seguido pelos governos seguintes. A parte de mineralogia tem algum sucesso?

M.P. - Não. Houve uma decadência progressiva. E principalmente com a nomeação do ministro Dias Leite para a pasta de Minas e Energia, ele fez tábua rasa de tudo. Ele destruiu a Produção Mineral criando a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. E eu era ainda o presidente da Comissão do Plano Mestre Decenal. Fui a ele. Fiz os apelos possíveis, e ele não quis atender. Então eu escrevi uma carta de renúncia da presidência do Conselho do Plano Mestre Decenal, pela inutilidade do Conselho, em face da destruição que se

iria implantar contra o Departamento Nacional da Produção Mineral. E, curiosamente, essa carta foi uma carta muito franca, sem nenhuma palavra de calão, felizmente, mas muito firme. E eu renunciava, irrevogavelmente, a essa presidência. Para conseguir publicar essa carta de renúncia na imprensa, eu levei um mês e meio. Mas acabou sendo publicada. E data daí... Eu queria lhes contar uma coisa. A primeira reação contra a destruição da Produção Mineral foi minha. Mas logo técnicos de muito maior valor se juntaram a mim, como Glycon de Paiva, Irnack Amaral, Sílvio Fróes Abreu, Aníbal Bastos. Então, houve uma epidemia de cartas, uma barragem de cartas contra o que se estava fazendo. E eu denunciei, na minha carta de renúncia, a atitude cavilosa do ministro que queria estatizar o subsolo. Ele queria dar à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais o arbítrio de pesquisar e de fazer a lavra. Então, era uma verdadeira estatização do subsolo. E quem denunciou isso sem ambages e tudo fui eu, na minha carta de renúncia. E daí certa indignação nas classes conservadoras, e o recuo do ministro, que foi obrigado a deixar para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais somente os trabalhos de geologia geral. Os trabalhos de pesquisa de geologia econômica, quando surgisse alguma coisa, a CPRM faria leilão. Mas ela não tem o direito de lavrar. E isso, quem fez o haraquiri para evitar isso, fui eu. Agora, as senhoras hão de perguntar...

C.G. - Um haraquiri bem-sucedido?

M.P. - Bem! Porque até hoje a CPRM não faz lavra. Desde 71 ela não faz lavra. Agora, as senhoras...

M.Q. - Setenta e um? Mas ela foi criada antes, não é?

M.P. - É, mas...

M.Q. - Nesse período ela chegou a fazer alguma coisa?

M.P. - Não. Não fez lavra alguma. Bem. Agora, as senhoras hão de perguntar: "Esse velho é ranheta. Por que falar com

azedume, amargura, de um ex-ministro de Estado, que foi ministro de Estado há um quarto de século atrás? Isso é capaz de ser alguma rigidez geriátrica intelectual." [riso] Mas a razão é a seguinte: essa criação da CPRM e a destruição do Departamento, [inaudível] acarretou para mim uma consequência intelectual e administrativa muito grave. É o seguinte. Eu tinha extremo orgulho com o Laboratório da Produção Mineral. Porque eu fui nomeado diretor em 1938, e dez anos depois, quando deixei e fui para a diretoria geral, o número geral, o número de técnicos tinha sido multiplicado por 25. O número de laboratórios também, porque em 38 a sede dos laboratórios era o porão do Serviço Geológico. Em 49 havia o laboratório aqui do Rio, com um novo edifício, a reforma do porão, que tinha-se transformado, cientificamente, em um porão habitável. Tinha o laboratório de Belo Horizonte, o laboratório de Campina Grande, para o controle de exportação de minerais estratégicos, e o laboratório de Criciúma, para o controle da lavra de carvão. Bem. E ao mesmo tempo, o laboratório se tinha transformado numa grande organização de pesquisa. Pesquisa de ciência pura, pesquisa tecnológica. Nós apresentávamos nos congressos de química do Brasil, o núcleo do Laboratório, mais da metade de todos os trabalhos que os demais laboratórios do Brasil. Então, fez-se tábua rasa de tudo isso e destruiu-se o laboratório. A obra com que eu poderia me apresentar ao Brasil na minha velhice, cada vez mais pujante, cada vez mais jovem, mais cheia de trabalhos, isso foi destruído pelo ministro Dias Leite. Então eu acho que esse homem foi um criminoso para o Brasil. Sem embargo dos méritos intelectuais que ele os tenha. E foi de uma levandade, como homem de Estado, imperdoável. Essa é a razão de minha amargura. Saudade da minha mocidade, que foi infrutífera, e saudade, como brasileiro, de um grande órgão de pesquisa.

C.G. - A criação da CPRM pelo ministro Dias Leite fez parte

dos procedimentos de implantação da reforma administrativa de 67, não é? E o senhor diria que os procedimentos outros, nas outras áreas do governo, teriam seguido essa mesma intenção estatizante?

[FINAL DA FITA 8-B]

M.P. - Minhas senhoras, eu não acompanhei os passos dessa reforma administrativa. Eu tinha feito parte da comissão de Reforma Administrativa na década de 50, uma comissão presidida pelo deputado Amaral Peixoto, e fui responsável pela parte relativa ao Ministério de Minas e alguns outros problemas. Mas, apesar desse interesse administrativo geral, eu estava aí na iniciativa privada, aqui na Consultec, e eu não posso dizer que tenha acompanhado. Já estava aposentado, de modo que eu não posso dizer que tenha acompanhado os outros atos, fatos, da reforma administrativa de 77,* para fazer uma crítica ponderada.

Eu quero lhes dizer que em relação aos governos da revolução, cujos benefícios ao Brasil foram muitos, eu acho que houve um governo extraordinário, do qual sou viúvo até hoje. É o governo Castelo Branco. Esse, um homem admirável. O segundo governo, eu classifico como um governo suburbano. [risos] Bem. O terceiro governo foi até, curiosamente, um governo muito feliz, que foi o governo Médici, governo do milagre brasileiro e outras coisas. Também o presidente acertou no score dos jogos de futebol do Brasil, e tudo. Bem. Foi um governo que é acusado de lesões aos direitos humanos. Eu, pessoalmente, sou contrário a qualquer ato de tortura, de lesão aos direitos humanos. Mas eu compreendo a defesa do Estado quando o lado contrário não tem cavalheirismo. De modo que eu acho que o governo Médici

* A Reforma Administrativa de 67, certamente.

foi um governo interessado e interessante para o Brasil. O governo que se seguiu, Geisel, foi um governo que... Suficiente em demasia.

C.G. - Como é isso? [risos] Suficiente em demasia?

M.P. - Certo. Porque o general Geisel é um homem muito competente, bom técnico, que eu conheci na mocidade, em 1931, quando ele era o tenente e o condestável da Paraíba. De modo que eu o conheci por volta dos 30 anos, nós ambos, e eu fui fazer na Paraíba um trabalho para ele...

M.Q. - Por acaso era da fábrica de cimento?

M.P. - Não. Eu fui fazer a sondagem das fontes hidrominerais de Brejo das Freiras, no interior da Paraíba. E vi nessa época o carisma e a capacidade de domínio que tinha Ernesto Geisel sobre seus companheiros de governo. Era um verdadeiro condestável. De modo que eu gozo até hoje de certa amizade com ele em lembrança desse tempo. Nessa ocasião eu levei o pai dele ao interior, o pai dele era um professor aposentado, e eu o levei ao interior para apresentar a caatinga, a zona das secas, a um sulista alemoado como era o pai dele. Bem. Mas o Geisel, o que eu digo é que ele resolveu muitas coisas pela própria cabeça. E o último governo da revolução foi um governo também suburbano, de São Cristóvão. [risos]

M.Q. - Ainda em relação ao governo Geisel, o senhor poderia falar a respeito dos contratos de risco? O que o senhor acha, se foi uma medida acertada para ativar as pesquisas. O que o senhor acha dos contratos de risco?

M.P. - O contrato de risco seria uma atenuação do monopólio estatal. Atenuação. Não é eliminação. Mas o contrato de risco foi lançado no governo, antes do governo Geisel, se não me engano; e eles não amavam a idéia. De modo que...

M.Q. - Eles quem?

M.P. - Os administradores da Petrobrás, os gros bonnets da

política nacional e o próprio general Geisel. Tanto que, entre lançar-se a possibilidade legal do contrato de risco e a assinatura de um contrato de risco, levou-se mais de um ano. Então, é como quem casa com uma mulher mal-amada. [risos] Quer dizer, foi um casamento de inconveniência. [risos]

C.G. - Mas quem é que teve a força para impor esse casamento? Nem o presidente gostava, como o senhor mesmo lembra, nem a direção da Petrobrás. Como é que esse contrato de risco se impõe apesar de tanta oposição?

M.P. - Bem, há uma certa decência a manter. Se havia a permissão do contrato de risco, e houve interessados estrangeiros, capitais estrangeiros, era difícil dizer por que não se assinava um contrato de risco. Acabou sendo assinado. Alguns acabaram sendo assinados. E parece que há dois que resultaram em descobertas. Um na baixa Amazônia e outro na bacia de Santos. É o que eu sei.

Agora, eu queria... eu mandei tirar xerox de instruções da Sumoc para comprovar aquilo que lhes tinha dito. Que o problema da indústria automobilística estava equacionando na era pré-Juscelino, pré-JK, e que houve uma deliberada omissão dos esforços anteriores. Então, eu tenho a comprovação em documentos de que lhes vou dar cópia. Se me permitirem, eu vou buscar essas cópias e a senhora interrompe a gravação.

[INTERRUPTÃO DE FITA]

Em relação à Carteira do Comércio Exterior e à sua Assistência Industrial, eu vou deixar-lhe em mãos alguns documentos que mostram a importância decisiva que esse órgão teve no Brasil e que é uma coisa relativamente desconhecida. Simplesmente para verem o tipo de trabalho que se fazia, eu lhes dou aqui o índice dos pareceres por mim emitidos no ano de 1955. Aí está.

Agora, em relação à grande controvérsia sobre quem gerou quem, quem foi o pai da criança, da indústria automobilística, eu vou lhes dar alguns dados da Sumoc, do ano de 55. Antes de fazermos a visita ao bloco-motor ofertado pela Mercedes Benz à Cacex em fins de 55. Antes do governo Juscelino. Bem. Então aqui eu vou lhes dar um grupo de instruções da Sumoc em que tem referências à indústria automobilística. Aqui está uma instrução de 12 de janeiro de 54, governo Getúlio, portanto: a Instrução 83, em que se fala em regulamentação de veículos automóveis. Aqui há uma instrução importante que é de 55, junho. A Instrução 128, em que há listas de mercadorias e a questão da disciplina sobre a importação e o estabelecimento de indústria. Por exemplo, aqui está a Instrução 127, da Sumoc, que é portanto de 6 de março de 56, ainda seriam os primeiros vagidos do governo Juscelino, em que diz aqui: "Instruções para os fabricantes e montadores." E diz: "As importações de veículos CKD..." E aí mostrando a importância que tinha a Assistência Industrial. "Para fabricantes de veículos com plano examinado pela Assistência Industrial, da Carteira do Comércio Exterior e aprovado pelo conselho." Portanto sem GEIA, sem ministro Lúcio Meira. Está vendo? Tem tudo aí.

C.G. - Os planos estão documentados, não é?

M.P. - Bem. Então, uma instrução, a 127...

M.Q. - Essa o senhor já leu para nós.

M.P. - É. Não, mas é que essa tem aqui uma coisa interessante. Diz aqui: "Os fabricantes e os montadores se obrigarão a apresentar semestralmente à Carteira do Comércio Exterior, para controle através de sua Assistência Industrial, o plano de emissões para a etapa seguinte." A Assistência Industrial foi substituída pelo GEIA. Então, tudo isso que nós tínhamos feito...

C.G. - Foi substituída com proveito?

M.P. - Eu não falaria mal do GEIA, porque era uma sistematização que se estava fazendo. Eles andaram cavilosamente, desconhecendo tudo o que se tinha feito, não prestando homenagem aos antecessores e talvez dando mais pompa e circunstância à instauração da indústria automobilística. Mas não andaram mal. Não andaram mal.

C.G. - No GEIA eles também faziam o acompanhamento que a Sumoc fazia da implantação...

M.P. - Eu não sei, porque nós nos sentíamos magoados e portanto não procuramos muito nos pôr a par, não. Para evitar mágoa. Então eu vou lhes dar essas instruções que mostram o serviço que foi feito antes. Agora, aqui tem uma coisa curiosa: a instrução 139. É de setembro de 56. Pleno governo Juscelino. Então diz aqui: "... em face da nova orientação adotada pelo governo federal, com a criação do grupo Executivo da indústria Automobilística, GEIA, e consubstanciada nos decretos tais e tais, justifica-se o reexame das vantagens e estímulos outorgados pelas Instruções 127 e 128."

M.Q. - Que eram as intruções feitas pelo pessoal da Cacex.

M.P. - Pelo pessoal da Cacex. "Porque ao tempo da aprovação das Instruções o que se buscava era o impulso inicial no sentido de dinamizar a industrialização e tanto quanto possível estimular as linhas de montagem existentes no país, para veículos de determinados tipos, dos quais crescente e nótória escassez se fazia sentir, em vista dos elevados ágios registrados na categoria em que se encontravam os respectivos", e tal. "Que a falta de medidas adequadas", e tudo. Agora, veja isso: "Não obstante integralmente atingido, pelas referidas Instruções 127 e 128, o objetivo colimado, já agora, quando nova e definitiva política é introduzida, objetivando o cumprimento mais amplo e profundo do programa governamental, é lícito admitir que criem-se ainda maiores estímulos à industrialização, em decorrência do quê as vantagens anteriormente concedidas aos montadores devem ceder lugar às que são pre-

vistas para as atividades nacionalizadoras." Então, isso eu tratei de reunir, já tem aí cópias e tudo. Agora, a senhora quer ver uma coisa? Não, isso aí é... pode deixar para mim.

C.G. - Não, deixe para a gente...

M.P. - Não, mas aí então eu tenho que tirar outra cópia. Aqui está mostrando...

C.G. - Ah, é porque são duas. Está aqui.

M.P. - É. Deixe ver. Aqui, por exemplo, está aí uma carta do assessor técnico da Sumoc, o Álvaro Penafiel, que mandou, com a seguinte nota, para o senhor Arnaldo Blanc: "Blanc, para seu conhecimento e do dr. Mário da Silva Pinto, remeto uma cópia de meu trabalho de que lhe falei outro dia pelo telefone. Abraços. Penafiel." Isso é um trabalho de março de 55. "Processo número tal. Mercedes Benz do Brasil. Processo Cacex. Fabricação de caminhão a diesel no Brasil." Devido à importância imerecida que eu estava tendo nas negociações, mandaram uma cópia para mim. Agora, então, eu acho que está demonstrada essa afirmativa que eu lhes fiz de que a indústria naval é inteiramente do governo Juscelino. E a indústria automobilística é do governo Café Filho.

M.Q. - É. Porque o dr. Lúcio Meira, ele disse numa entrevista que fiz com ele há algum tempo que isso tinha começado com a Comissão de Jipes e Tratores do Conselho de Desenvolvimento Industrial e com uma instrução da antiga Cexim que determinava a substituição de peças importadas por peças que existissem já no Brasil, de carros, e também que os carros deveriam vir CKD, como eles chamam, completely...

M.P. - ... knocked down.

M.Q. - Knocked down. É. Exatamente. Mas dá a impressão de que depois disso nada mais se fez. E eu acho importante o senhor ter dito isso para nós.

M.P. - Bem. Agora eu vou lhes contar umas coisas de que vão

se rir a posteriori, quando virem o motor. Esse motor foi entregue, foi ofertado à Cacex, ao diretor Inácio Tosta Filho, em fins de 55. Como consequência da ação da Cacex para a instalação da indústria. E a Cacex estava examinando os outros projetos da Ford, da General Motors, da Vemag, de tudo que se iria seguir. Bem. Ofertado esse motor, havia relações muito cordiais entre a Mercedes Benz e a Cacex. Quando veio o governo Juscelino e o GEIA, com o almirante Lúcio Meira, a Mercedes Benz mandou seu porta-voz à Cacex pedir a devolução do bloco-motor. [risos] Aí lhe foi respondido: "Isso é impossível, que ele já está listado no patrimônio da Cacex. O que nós podemos fazer é tirar do gabinete do diretor, onde está, e mandar para o porão." [risos] O que foi feito. E o porta-voz da Mercedes Benz profundamente envergonhado. E aí isso foi para o porão, porque a Mercedes não queria sofrer a hostilidade do GEIA, nem demonstrar muita gratidão e muita intimidade com a Cacex. Bem. E depois de algum tempo, do porão foi para o museu, e do museu foi para o museu definitivo, onde nós vamos ver esse bloco. Agora, a Mercedes, por seus elementos, nos pedia, envergonhada, profundas desculpas pelos atos que eles estavam cometendo, mas que eles eram obrigados a viver como pessoa jurídica.

Então, tem isso para verificarem o pouquinho de amargura que eu ainda tenho quando reflito sobre o fato. Eu acho que sobre esse caso da indústria automobilística, a gente pode terminar por aqui. As senhoras estão com a documentação e falta apenas ver o motor.

M.Q. - Eu vou perguntar mais uma coisa. O dr. Glycon de Paiva parece que foi muito tempo do conselho, acho que desde o início o dr. Glycon esteve no conselho de administração da Mercedes Benz.

M.P. - Eu não sei.

M.Q. - É. Eu tive oportunidade de ver isso porque organizei a entrevista do general Edmundo Macedo Soares.

M.P. - Esse eu sei que está.

M.Q. - Sim. Mas eu vi lá na lista: o dr. Glycon de Paiva faz parte do conselho desde o início também.

M.P. - Não sei se desde o início.

M.Q. - Por relações com o Alfredo...

M.P. - Jurzykowsky.

M.Q. - É.

M.P. - É capaz. O Glycon é meu amigo fraternal, mas em matéria de comércio e tal, um não vigia o outro. [risos] Eu não sei desde quando ele está. Por exemplo, ele me contou uma viagem que fez à Alemanha por conta da Mercedes Benz. Em que viu tipos novos de caminhões empregando gás comprimido. Ele viu na Alemanha. Me contou isso. Agora, eu não sei desde quando ele está. Agora, o Macedo Soares, deve ter havido hiatos.

M.Q. - Alguns. É.

M.P. - Deve ter havido hiatos. Agora, o engraçado é que o Jurzykowsky era um oficial de cavalaria do exército polonês, um homem de quase 1 metro e 90, porte atlético, e inteligente. Bastante inteligente. E ele foi o responsável pela vinda da Mercedes Benz.

[FINAL DA FITA 9-B]

M.P. - Bem. Eu acho que esse assunto de indústria automobilística pode ser resumido da seguinte forma. O país veio amadurecendo, o mercado ficando com dimensões adequadas para haver uma fabricação de veículos automotores no país. E isso chegou a seu tempo e foi bem aproveitado pelos técnicos, não só pré-JK como pós-JK. O que houve é que todos os brasileiros que estiveram com a mão na massa, nesse caso de indús-

tria automobilística, compreenderam o momento e o aproveitaram em benefício do Brasil. Seja o grupo chefiado pelo diretor Tosta Filho e o Arnaldo Blanc, seja o grupo chefiado pelo almirante Lúcio Meira.

M.Q. - Dr. Mário, agora vamos tratar um pouquinho da Consultec?

M.P. - Vamos.

C.G. - O senhor, na verdade, quando constitui a Consultec, está se articulando mais estreitamente com a iniciativa privada. No entanto, pela lista de trabalhos que o senhor nos deu, realizados pela Consultec, a maior parte deles é trabalho para organismos estatais. Não?

M.P. - Não. Eu posso lhe fazer o histórico da fundação da Consultec. Em 1959, Lucas Lopes, então ministro da Fazenda, Roberto Campos, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, eu, chefe de Departamento de Projetos do Banco e diretor interino, nós estávamos profundamente desagradados com a marcha que tomava não só a construção de Brasília, que estava sendo politizada, como também com a marcha da inflação. E achávamos que a inflação tinha voluptuários excessivos e que nós não devíamos continuar a colaborar com o governo. Então, o Lucas Lopes resolveu demitir-se do Ministério da Fazenda, o Roberto Campos da presidência e eu do Departamento de Projetos e da diretoria interina, e muitos outros técnicos também. De modo que em agosto... é, agosto de 59, nós resolvemos sair.

No meu caso, eu pedi ao Roberto Campos, escrevi logo uma carta de renúncia, irrevogável, e pedi: "Roberto, assina você essa minha dispensa. Não me dê o desprazer de ver essa dispensa assinada pelo seu sucessor. Eu quero sair agora." Eu disse a ele: "Você me trouxe para cá, você me despede." Aí, outros fizeram o mesmo pedido, e nós fomos nos despedir dele. E aí ele, ao se despedir de mim, ele disse: "Mário, eu vou fazer o possível para nós continuarmos

juntos. Vamos fundar uma firma de consultoria técnico-econômica." Bem. Isso no momento em que a gente abandonava o governo. E passado um mês, eles saíram, transferiram os cargos, e nós pensamos em fundar a Consultec como condomínio de trabalho. Todos os que estavam saindo do Banco viriam para cá. Mas houve necessidade da forma jurídica. Então começou a dificuldade da escolha do nome, e também dos estatutos, e saber quem podia ser sócio, quem não podia ser. E na ocasião houve duas categorias de sócios: sócios ostensivos e sócios não-ostensivos. Foram sócios ostensivos, criadores da Consultec, Mário da Silva Pinto, Jorge Flores, que não tinha nada com o Banco, era apenas um professor da Escola de Engenharia, diretor da Sul América, e o Jacinto Xavier Martins, que saía do Banco. Ele era do Departamento Nacional de Estrada de Ferro, saía do Banco. Então, cada um de nós, nessa ocasião, deu 33 contos.

C.G. - Os sócios ostensivos e os não-ostensivos?

M.P. - Não. Só os ostensivos é que contribuíram para a Consultec. E na ocasião o Jorge Flores foi eleito presidente e eu gerente. O Jacinto Xavier Martins foi logo depois nomeado diretor do Departamento de Estrada de Ferro e depois diretor da empresa governamental de ferrovias.

M.Q. - Rede Ferroviária?

M.P. - Rede Ferroviária. Diretor da Rede Ferroviária. Bem. E aí nós começamos a trabalhar no número 81 da Avenida, no 20º andar. E os móveis, inicialmente, foram emprestados pelo amigo comum que era o Israel Klabin. Era uma única sala, pouca coisa. E foi um dia de festa quando entrou o primeiro trabalho, que foi a avaliação do acervo da mina de Morro Velho. Agora, para lhe mostrar... A nossa afeição era pela iniciativa privada. Isso daqui é iniciativa privada. Essa Companhia Sul Americana de Frios Industrial era de um chinês, que ganhava muito mais dinheiro na Bolsa de Nova York do que com qualquer coisa de indústria. A Companhia Nacional de Navega-

ção Costeira...

M.Q. - Estatal.

M.P. - Não. Na ocasião, não. Era Laje.

M.Q. - Não. Não. O Laje, em 42-43, ele teve todos os seus bens confiscados. Já era morto. E todo o acervo passou para o governo.

M.P. - É. Mas o que nós fizemos aí foi o processo de controle do consumo de combustíveis e lubrificantes. Nós tínhamos uma seção naval muito forte. O quarto trabalho foi para a Companhia de Automóveis Sonnervig. Depois, o quinto foi para a Albares, que era uma firma do Rio Grande do Sul. O sexto foi para a General Electric. Temos ali no corredor o projeto da fábrica de material elétrico pesado, em Campinas. Depois foi a Wollis Overland. Então aqui, na primeira página, em sete trabalhos, um foi para uma empresa estatal. Os outros seis... Vamos ver na segunda parte. A mineração Hanna. Isso, até hoje, é empresa privada. Fizemos um estudo para a Comissão Nacional de Energia Nuclear sobre depósitos de monazita. Um a um. Depois fizemos um estudo sobre o morro do níquel. É uma firma privada. Depois sobre a Companhia de Mineração Norvalimense, que é mineração.

M.Q. - Essa é a Hanna Mining, não é?

M.P. - O quê?

M.Q. - Não é ligada à Hanna Mining?

M.P. - É. Depois fizemos para a Cobaste. Projeção de demanda de energia elétrica. Depois a Companhia Ferro e Aço de Vitória. De modo que a senhora vê, até o ano de 61, em 14 trabalhos que nós fizemos, dois foram para empresas estatais e 12 para empresas privadas. E the way of all flesh foi quando nós começamos a projetar para estatal e para governo. Não pagam, pagam com atraso, são sovinas, é uma coisa horrosa.

Bem. Agora, nós temos a nosso crédito - ou débito,

depende do ponto de vista — algumas vitórias políticas e econômicas que mudaram a face do Brasil, que são devidas à Consultec. Por exemplo. Havia, em 1961, a idéia de proibir a exportação de minério de ferro. E quem defendeu a Hanna e tudo fomos nós. Por sinal que nós éramos consultores dela e ela deixou, no final, de nos pagar três meses. Nos passou um calote de três meses. [risos] Apesar de tudo que fizemos por ela. Bem. Agora, um outro trabalho da Consultec de que nós muito nos orgulhamos, foi evitar a estatização da indústria farmacêutica. Houve essa idéia no governo Jânio, e nós fomos convidados pela Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica de definir quais seriam as conseqüências disso. Nós definimos, e, como resultado, até hoje não se fez essa nacionalização da indústria farmacêutica. Graças aos céus. O remédio brasileiro era, na ocasião, o remédio mais barato do mundo. E nós não tínhamos capacidade para descobrir remédios nem para fazer os remédios existentes no mercado. Para isso é que nós chamamos a atenção. Uma outra defesa que nós fizemos foi essa do Código de Minas. Fizemos também a parte de estradas de rodagem, no tempo do governo Jânio. Vamos ver aqui serviços importantes. Nós evita...

M.Q. — Fizeram alguns trabalhos também para energia elétrica, não é?

M.P. — Fizemos muitos. Felizmente. Agora, nós não tínhamos preconceito. Tanto trabalhávamos para a Bolsa de Valores como trabalhávamos para a Cobast. Esse daqui é um trabalho extremamente importante sobre estradas de rodagem.

M.Q. — "Associação Rodoviária do Brasil — Análise crítica do sistema brasileiro de transporte no decênio 50-59, especialmente no setor rodoviário, e estudo para o financiamento do plano quinquenal de obras rodoviárias 61-65 — Estudo preliminar."

M.P. — É. Agora, nós aqui fizemos um estudo sobre a exporta-

ção do minério de ferro que definiu, que liberou. Fizemos um estudo para a Universidade de Harvard, que foi um cross section da economia brasileira. Atividade empresarial, o Estado e a economia, política financeira, indústria automobilística, controle de comércio externo e desenvolvimento econômico do Brasil, controle de preços, estudo de casos específicos, indústria da construção naval, indústria de mecânica pesada, sistema tributário, etc. Grandes colaboradores. Agora, depois...

C.G. - Dr. Mário, a Consultec é um dos primeiros escritórios de consultoria instalados no país..

M.P. - Não digo. Não. É um dos últimos, aí, a resistir.

C.G. - Não, mas foi um dos primeiros a se instalar.

M.P. - Não. Talvez o quarto ou quinto. Eu me lembro que já devia existir nesse tempo a firma do Dias Leite. Já existia. Dias Leite e Kafuri. Existia...

M.Q. - O Consórcio Brasileiro de Produtividade?

M.P. - Não. Não. Existia a firma do Maksoud, a Hidro-Service. Existia a firma de sondagens e tudo... Quer dizer, nós fomos a quarta.

C.G. - Dr. Mário, e os procedimentos de atuação, de onde é que surgem? Quem é que monta isso? Quem é que estabelece os estatutos da Consultec?

M.P. - Os nossos estatutos foram redigidos pelo então companheiro - não chegou a ser membro da Consultec - o depois ministro Nascimento Silva. Foi ele quem redigiu nossos estatutos. Quem redigiu o das outras empresas eu não sei. Agora, houve uma época aí em que nós fomos o alvo preferido dos esquerdistas. Falsos...

C.G. - E do governador Lacerda também.

M.P. - Exatamente. Vou lhes contar uma anedota. O governador Lacerda nos atacou, o caso da Hanna etc. Nós resistimos. E

depois a Consultec deixou de ser interessante economicamente. E nós só não acabamos com a Consultec, no ano de 64, 65, porque não sobraria quem pudesse responder aos assacadores de mentiras, aos sevandijos. Então ficou um grupo para defender os nossos ideais. E até hoje nós não podemos nos livrar dessa escravidão. A Consultec, sob o ponto de vista de investimento e negócio, é um péssimo negócio. Eu posso dizer por mim, e pela diretoria, há dois anos que nós não recebemos um tostão na Consultec. Capitalismo au rebours, porque, no fim do mês, quando há déficit, quem paga sou eu. [risos] Além de não receber, tenho que cobrir os déficits da Consultec.

C.G. - Mas valeu a pena?

M.P. - Bem, sob o ponto de vista de fermento intelectual, a Consultec é admirável. Admirável. Por exemplo, no momento nós estamos fazendo três serviços apenas. Estamos fazendo um serviço para o Banco Pontual, no Ceará. Estamos fazendo um serviço para o Departamento de Estradas de Rodagem, para a aplicação de rejeitos na construção rodoviária, e estamos fazendo um serviço para a Eucatex sobre dois temas econômico-financeiros. Mas dizem, a Petrobrás nos telefonou ontem dizendo que vai nos dar serviços. O general Geisel me fez a honra de me chamar ao telefone dizendo que minha proposta tinha interessado muito, estava sendo examinada, que provavelmente iria assinar contrato conosco. Agora, o que caracterizou a Consultec nos seus 28 anos de vida é que nós demos estágios remunerados a uns dez estudantes de economia, administração e engenharia, por ano. Então tem 280 técnicos que saíram envenenados pela doutrina da Consultec. [risos] Agora, o que há, eu sou tenaz, combativo. Não devo nada a ninguém, tenho uma vida limpa, de modo que eu posso brigar com qualquer um.

Agora, vou lhe contar uma coisa sobre o governador Lacerda, em quem eu votei. Eu era udenista. Não fanático, mas era udenista. Bem. O governador Lacerda, como deputado, dis-

se o diabo de nós. As coisas estão aí nos anais do Congresso. Quando acabou, veio um dia aqui a Sandra Cavalcanti, ti nha uma pequena firma de consultoria...

M.Q. - A Sandra!

M.P. - A Sandra. Propondo uma aliança conosco, dela, Carlos Lacerda etc. Eu disse: "Mas dona Sandra..." Ela conhecia a minha família, de minha mulher, de Poços. "Mas dona Sandra, eu não posso ofender o governador Carlos Lacerda, imaginando que ele queira se associar a nós. Ele falou tão mal de nós! Nos atribuiu as piores intenções, como é que..." Ela: "Não..." Eu digo: "O único jeito que nós poderíamos nos associar é se ele fizesse um discurso voltando atrás do que disse. Não sobre a nossa doutrina, mas sobre as nossas intenções. Isso ele não tinha o direito de fazer." Ela disse: "Acho difícil ele se desdizer. Mas vou falar com ele." Uma semana depois ela voltou aqui. Disse: "Eu falei com ele. Ele deu uma risada, abriu os braços e disse: 'Mas o Mário Pinto se preocupando com isso? Ele é um inocentão. Então ele não sabe o que é política?'" Eu digo: "Sei. Mas não aceito."

M.Q. - Dr. Mário, o senhor é da UDN...

M.P. - Fui. Votei. Nunca tomei parte ativa.

M.Q. - Sim, mas numa entrevista mais atrás, eu acho que isso ficou pendente, essa questão. Porque o senhor falou que ficou meio surpreso com o fato de a UDN ter feito aquele substitutivo. Realmente, por que é que saiu aquele substitutivo pela UDN, se, inclusive, essa questão do monopólio e tal era contra os próprios princípios da UDN?

M.P. - Eu atribuo a ambição política, insinceridade e demagogia. Eles queriam provocar dificuldades para o presidente Getúlio. Só isso. Então resolveram fazer aquilo esperando criar um conflito, que o Getúlio fosse a ponto de vetar. Foram Gabriel Passos, Ferro Costa, Lacerda e Quejandos.* Gen-

* Gabriel Passos e Carlos Lacerda não eram deputados na época da criação da Petrobrás. E Lacerda engajou-se em campanha contra o monopólio estatal do petróleo.

te absolutamente insincera. Getúlio também não era sincero não, hein? [risos]

M.Q. - Velha raposa.

M.P. - É. Eu desde moço não acreditava em políticos. Tinha um profundo desprezo por eles. E outra coisa. Não lia editoriais nem artigos de fundo de jornal, porque também tinha um profundo desprezo por eles.

[FINAL DA FITA 9-B]

M.P. - Há fatores na vida da Consultec curiosos. Nós fizemos vários trabalhos para o governo ... Lacerda, na prefeitura,* e era chefe de gabinete de Rafael de Almeida Magalhães, se não me engano. Recebemos dois ou três trabalhos, e estávamos no meio do trabalho sobre favelas, quando fomos consultados por ele sobre a questão da Escola de Desenho Industrial. E nós dissemos que essa história de desenho industrial era um erro, porque desenho industrial, primeiro era um erro de tradução: industrial design é projeto industrial. O desenho industrial era o que o francês chamava esthétique industrielle, que eram cursos de aperfeiçoamento dados para arquitetos ou engenheiros que tivesse gosto para projetar novos modelos, embalagens etc. De modo que não havia razão para se criar uma escola. E sim, o que deveria haver era apenas curso de aperfeiçoamento. Que não haveria clima nem mercado para os profissionais formados como desenhistas industriais. Bem. Isso motivou o corte de relações do governo estadual com a Consultec. E, inclusive, o trabalho que estava sendo entregue, disseram que não iam pagar.

M.Q. - Não pagaram?

M.P. - Espere. Deixe eu contar o resto. Quem era amigo nosso era o Lopo Coelho, era vice-governador na ocasião. Nós tinha

* Lacerda não foi prefeito, mas governador.

mos feito um trabalho para ele. Então ele resolveu servir de pára-raios e marcou um encontro comigo no gabinete do Rafael de Almeida Magalhães, no palácio Guanabara. Lá fui eu. Lá fui eu, e o Rafael já aí disse: "Olha, o Lopo Coelho me pôs a par. Nós vamos pagar ao senhor metade do preço do contrato. Só por serviço entregue. Os outros, não." O contrato tinha sido declarado nulo. Então, eu digo: "Dr. Rafael, o senhor não estabelece preço no meu serviço unilateralmente. O senhor pode negociar comigo, pedir abatimentos, e eu concedê-los até. Mas unilateralmente, isso é uma desfeita que eu não admito. O senhor pode ficar com o seu dinheiro. Não precisa nos pagar nada." Aí o Lopo: "Mas Mário, nós viemos aqui como amigos para resolver o problema, vamos..." Eu digo: "Unilateralmente ninguém dá preço para o nosso trabalho. Eu sugiro até uma fórmula. O senhor nos paga tudo e nós fazemos uma doação para associação de caridade e assistência social que o senhor indicar. Casa de esportes, Santa Casa, qualquer coisa. Mas o pagamento na contabilidade da Consultec tem que ser o contratado, senão nós não recebemos nada." Aí o Lopo Coelho: "Dr. Mário, o senhor é um homem mais de quebrar do que vergar." Digo: "Muito obrigado pelo elogio, dr. Lopo." Mas ele disse: "Vá-se embora tranqüilo que eu resolvo isso." Levantei, apertei a mão dele, o Rafael de Almeida me estendeu a mão, apertei com frieza, fui-me embora. À tarde, umas duas horas depois, Lopo Coelho me telefona: "Eles vão pagar o preço do contrato. Pode preparar o recibo." Eu: "Está bem. Muito obrigado, dr. Lopo. Eu sei que devo isso ao senhor." Ele disse: "Quem sabe?" Isso para a senhora ver o trabalho que tem uma firma de consultoria.

M.Q. - Dr. Mário, nós vimos aí que existem alguns trabalhos, são poucos mas alguns, na área de petróleo. Parece que dois diretamente vinculados à parte de distribuição, firmas distribuidoras estrangeiras. Uma parece que é de fertilizantes, mas parece que é vinculada também ao grupo Petrobrás. E um terceiro, que é um trabalho mesmo para a Petrobrás, bem re-

cente. O senhor poderia falar desses trabalhos?

M.P. - Posso. Vamos começar pelo recente. Esse trabalho recente foi fazer o balanço social da Petrobrás. O que é o balanço social? É fazer acompanhar as contas de lucros e perdas, tudo, por uma descrição da importância ou não importância da firma para o meio social que a rodeia. Então, nós contratamos isso com a Petrobrás e recebemos elogios pelo trabalho feito, mas nos deu uma preocupação muito grande. Porque o trabalho teria que ser calcado em dados fornecidos pela Petrobrás. E tinha uma data final do contrato, salvo motivo de força maior. A Petrobrás não nos entregou - os órgãos dela, Seplan, Serviço de Planejamento e tudo - não nos entregou nada algum. E nós tivemos que fazer o perfil social da Petrobrás na base do nosso banco de dados e de notícias outras que eram publicadas sobre a Petrobrás. Esse trabalho foi para nós muito interessante, porque nós mesmos não tínhamos noção da grandeza da Petrobrás. A Petrobrás tem 80 mil funcionários diretos, inclusive nas subsidiárias. Mas nas empresas que estão a montante da Petrobrás e a jusante, e que servem à Petrobrás, tem 1 milhão e 900 mil empregados. Então, a Petrobrás influi na formação de 2 milhões de empregos. Nós medimos também geração de divisas, geração de caixa, a montante e a jusante, e é possível que tenha um outro erro porque ela não nos deu nenhum dado. Mas nós queríamos evitar discussão com a Petrobrás. Então resolvemos tocar o barco. E tivemos sorte. E parece agora que eles querem nos dar o aprofundamento desse serviço. E aí todos os dados. Abrindo a caixa preta. [risos] E outra coisa...

M.Q. - O senhor acha que isso foi proposital?

M.P. - O quê?

M.Q. - Não dar os dados.

M.P. - Ah, foi! Foi propositado. [risos] Não da diretoria, mas de funcionários que têm mais amor à sua empresa do que à sua

esposa. Então não deram dados. Mas nós conseguimos safar a onça e fazer um trabalho razoável. Seria melhor com os dados da própria Petrobrás, que é o que parece que vai-se fazer agora. Bem. Depois nós fizemos um outro trabalho sobre petróleo, sobre a questão de postos de revenda, de distribuição. Esse trabalho foi feito por um sindicato. Era um general que presidia esse sindicato. General... Tubino.

M.Q. - Tubino?

M.P. - É. Ou, se a memória me trai, Obino. Um desses dois nomes.

M.Q. - Ex-presidente da Petrobrás?

M.P. - Não. Era presidente do sindicato de distribuidores. E então nós fizemos um estudo geral, geoeconômico, da parte de transporte, da justeza ou não da distribuição desses postos de revenda e dos custos da revenda, para justificar eventuais pretensões que eles tivessem para obter pelos serviços que prestavam. Bem. Esse serviço não se repetiu. Agora, depois nós fizemos um serviço sobre...

M.Q. - Tem um trabalho aqui da Petrobrás Fertilizantes. Mais recente, inclusive, do que esse último de que o senhor falou.

M.P. - O caso é o seguinte. A Petrofértil tinha confiança na Consultec. Tinham sido alunos nossos e tudo. E eles souberam de um trabalho nosso para aproveitamento de rejeitos da indústria de ácido fosfórico. Porque, quando a senhora troca o fosfato pelo ácido sulfúrico, surgem dois produtos principais: ácido fosfórico, que é um produto líquido, e gesso químico, que é um produto sólido. Então, a idéia nos surgiu de aproveitar esse gesso químico, esse produto sólido, para com ele produzir ácido sulfúrico e evitar a importação de enxofre. O Brasil importa coisa de quase um milhão de toneladas de enxofre para fazer ácido sulfúrico para atacar as rochas fosfatadas e fazer ácido fosfórico. E esse gesso químico, ficam montanhas nas fábricas, ocupando terreno caro e sem uso.

Então, a idéia era, com esse gesso químico, fazer ácido sulfúrico e evitar a importação de enxofre. O Brasil produz apenas 16% do enxofre químico que consome.

M.Q. - Dr. Mário, ainda tem um trabalho aqui, de 74, que vocês fizeram para a Shell S/A, não é? Parece que a explicação está aqui. "Alguns aspectos de problemas energéticos no Brasil." Como é que foi esse trabalho?

M.P. - O trabalho é o seguinte. Energia no Brasil não é apenas de petróleo, é energia das quedas d'água. É energia da lenha, do carvão vegetal, do xisto pirobetuminoso, tudo isso. Então esse trabalho foi um balanço nas possibilidades energéticas que o Brasil tinha além do petróleo.

M.Q. - Mas eles estavam interessados em quê, objetivamente?

M.P. - Objetivamente, como empresa de petróleo, estavam, por exemplo, interessados em saber: será que já era hora de em vez de gasolina, nos postos, fornecer gás? Já estaria maduro o emprego de gasogênio, e se poderia nos postos de revenda de gasolina, revender carvão de madeira para os veículos a gasogênio? Então, eles queriam saber isso tudo. Qual era a maturidade das fontes substitutivas de petróleo no Brasil. Foi esse o trabalho.

M.Q. - Certo. Bom, eu não tenho mais nada a perguntar ao senhor. Eu não sei se a Cláudia quer ainda fazer alguma pergunta.

C.G. - Não. Quer encerrar?

M.Q. - Então, encerrou. Se o senhor quiser acrescentar alguma coisa...

M.P. - Não. Eu, nada. Eu quero é o seguinte. Dizer que essa oportunidade de deixar de viva voz para algum pósterio curioso um depoimento sobre a conjuntura brasileira, isso é uma grande honra, foi uma grande honra para mim. E deixar as justificativas de minha vida. De modo que eu realmente conside-

ro um privilégio muito elevado ter sido entrevistado pelas senhoras, e figurarem no arquivo do CPDOC algumas das coisas que eu penso, fiz e digo.

M.Q. - Dr. Mário, muito obrigada. Nós é que temos a honra de tê-lo entrevistado. Muito obrigada.

M.P. - Nada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]